

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

POLÍTICA, POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
(1975- 2019)

TRABALHO DE FINAL DE CURSO APRESENTADO À ESCOLA BRASILEIRA DE  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE  
MESTRE

**MICHEL FERREIRA DE OLIVEIRA**  
**Rio de Janeiro - 2020**

**MICHEL FERREIRA DE OLIVEIRA**

**POLÍTICA, POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO  
(1975-2019)**

Dissertação para obtenção do grau de  
mestre apresentada à Escola Brasileira  
de Administração Pública e de Empresas.

Área de concentração: Governança e  
Administração Pública.

Orientador: Octavio Amorim Neto

**RIO DE JANEIRO  
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Oliveira, Michel Ferreira de  
Política, polícia e segurança pública no Estado do Rio de Janeiro (1975- 2019)  
/ Michel Ferreira de Oliveira. – 2021.

110 f.

Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

Orientador: Octavio Amorim Neto

Inclui bibliografia.

1. Rio de Janeiro (Estado). Polícia Militar. 2. Brasil - Política e governo. 3. Eleições. 4. Segurança pública. 5. I. Amorim Neto, Octavio, 1964-. II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 355.03

Elaborada por Rafaela Ramos de Moraes – CRB-7/6625

MICHEL FERREIRA DE OLIVEIRA

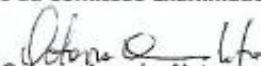
“POLÍTICA, POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1975 - 2019)”.

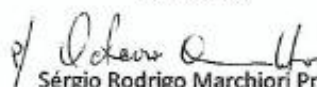
Trabalho de conclusão apresentado(a) ao Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública do(a) Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas para obtenção do grau de Mestre(a) em Administração Pública.

Data da defesa: 28/01/2021

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Presidente da Comissão Examinadora: Prof<sup>o</sup> Octavio Amorim Neto


  
Octavio Amorim Neto  
Orientador

  
Sérgio Rodrigo Marchiori Praça  
Membro Interno

  
Fabiano Guilherme Mendes Santos  
Membro Externo

Em cumprimento Lei nº 13.979 de 06/02/20 - DOU nº 27 de 07/02/20, a Portaria MEC nº 473 de 12/05/20 - DOU nº 90 de 13/05/20 e ao Decreto nº 068 de 11/06/20 - Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, DOE nº 082-A em 11/06/20 que dispõe sobre a suspensão temporária das atividades acadêmicas presenciais e a utilização de recursos tecnológicos (em conformidade à legislação vigente), face ao COVID-19, as apresentações das defesas de Tese e Dissertação, de forma excepcional, serão realizadas de forma remota e síncrona, incluindo-se nessa modalidade membros da banca e discente.

  
Flávio Carvalho de Vasconcelos  
Diretor

  
Antonio de Araujo Freitas Junior  
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação FGV  
Antonio Freitas, PhD  
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação  
Fundação Getúlio Vargas

Instrução Normativa nº 01/19, de 09/07/19 - Pró-Reitoria FGV

Em caso de participação de Membro(s) da Banca Examinadora de forma não-presencial\*, o Presidente da Comissão Examinadora assinará o documento como representante legal, delegado por esta I.N.

\*Skype, Videoconferência, Apps de vídeo etc

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família, esposa, filhos e pais por me apoiarem nessa jornada e moldar meu caráter e à polícia militar por essa oportunidade de crescimento profissional e garantir a segurança de nosso estado sacrificando-se por ele, ao cidadão fluminense que, verdadeiramente, deseja ser a mudança, ao meu orientador e demais professores da FGV EBAPE e convidados que com paciência e apoio souberam me guiar até aqui. Um agradecimento especial ao professor Octavio Amorim Neto que assumiu a missão de me orientar e direcionar, num dos momentos mais difíceis dessa trajetória. Ao professor Sérgio Praça que ajudou a engrandecer nosso trabalho com seus conhecimentos na área de Ciências Sociais do CPDOC e ao professor Fabiano Santos que enriqueceu o estudo com seu trabalho e conhecimento da política estadual e a Deus que nos guia, ajuda e um dia nos julgará.

*“Para que o mal triunfe basta que os  
bons fiquem de braços cruzados.”*

Edmund Burke

## RESUMO

**Objetivo-** Mapear as relações políticas da segurança, em especial, da polícia militar com o poder legislativo e executivo, por meio de nomeações, mandados e candidaturas políticas, durante todo período compreendido entre a fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro até o ano de 2019.

**Metodologia** – A pesquisa abordará o método misto, com o uso de dados quantitativo e qualitativo, a análise dos Método de Estudo de caso com fontes quantitativas usando estatística descritiva. Método de Estudo de caso com fontes quantitativas usando estatística descritiva.

**Resultados** – Ficou demonstrado que a segurança influencia o eleitorado brasileiro, além de demonstrar o apelo dos deputados aos projetos voltados para segurança pública.

**Limitações** – A limitação temporal do trabalho que retroagiu a fusão dos estados em 1975, demonstrou a influência da política fluminense no número de candidatos e na renovação eleitoral no estado e, conseqüentemente, na candidatura de policiais, bombeiros e militares federais.

**Contribuições para a sociedade** – A principal contribuição está na identificação do viés do eleitor, bem como das propostas dos candidatos na área de segurança pública e suas conseqüências para o estado do Rio de Janeiro.

**Originalidade** – Pelo nosso conhecimento, este é o primeiro estudo que relaciona a eleições de candidatos da segurança pública no estado do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Segurança Pública; Rio de Janeiro; Eleições.

**Categoria do artigo:** Dissertação de Mestrado

## ABSTRACT

**Objective** - To map the political relations of security, especially of the military police with the legislative and executive power, through nominations, warrants and political candidacies, during the entire period between the merger of the States of Guanabara and Rio de Janeiro until the year of 2019.

**Methodology** - The research will address the mixed method, using quantitative and qualitative data, the analysis of the Case Study Method with quantitative sources using descriptive statistics. Case study method with quantitative sources using descriptive statistics.

**Results** - It was demonstrated that security influences the Brazilian electorate, in addition to demonstrating the deputies' appeal to projects aimed at public security.

**Limitations** - The temporal limitation of the work that led to the merger of the states in 1975, demonstrated the influence of Rio de Janeiro's policy on the number of candidates and on the electoral renewal in the state and, consequently, on the candidacy of police, firefighters and federal military personnel.

**Contributions to society** - The main contribution is in identifying voter bias, as well as candidates' proposals in the area of public security and their consequences for the state of Rio de Janeiro.

**Originality** - To our knowledge, this is the first study that relates to the election of candidates for public security in the state of Rio de Janeiro.

**Keywords:** Public Security; Rio de Janeiro; Elections.

**Article category:** Master's Dissertation



## LISTA DE FIGURAS

Origem partidária dos Governadores do Estado do Rio de Janeiro após a Fusão.....	24
Origem profissional dos secretários estaduais de segurança pública (2003- 2015).....	26
Origem profissional dos SESEG no estado do Rio de Janeiro (1975 – 2018).....	27
Perfil profissional dos SESEG (1975-2018).....	27
Ex-secretário de estado de segurança pública que foram candidatos.....	29
Número absoluto de candidatos das forças repressivas a deputado federal no Brasil, 1998-2014.....	32
Número absoluto de candidatos das forças repressivas civis e militares a deputado federal no Brasil, 1998-2014.....	33
Número absoluto de candidatos policiais militares para os cargos Federais e Estaduais no Brasil, 1998-2018.....	34
Número absoluto de candidatos policiais militares por cargo almejado, 1998-2018.....	35
Número absoluto de candidatos policiais militares por orientação partidária, 1998-2018.....	35
Número absoluto de candidatos policiais militares por sexo, 1998-2018.....	36
Número absoluto de candidatos policiais militares por escolaridade, 1998-2018.....	36
Número absoluto de candidatos policiais inscritos nas eleições municipais.....	38
Número absoluto de candidatos policiais militares por cargo municipal almejado, 1998-2018.....	39
Número absoluto de candidatos policiais militares por orientação partidária nas eleições municipais, 1998-2018.....	39
Número absoluto de candidatos policiais militares por sexo nas eleições municipais, 1998-2018.....	39
Número absoluto de candidatos policiais militares por escolaridade nas eleições municipais, 1998-2018.....	41
Candidatos para o ano e cargo das demais forças de segurança	42
Orientação política dos candidatos das demais forças de segurança e forças armadas nas Eleições Federais e Estaduais.....	42
Número absoluto de candidatos das forças de Segurança Pública e Forças Armadas excetuando-se os da PM nas eleições municipais no estado do Rio de Janeiro (2000-2016).....	43
Eleições municipais: demais forças de segurança .....	43
Orientação política dos candidatos das demais forças de segurança e forças armadas nas Eleições Federais e Estaduais.....	44
Propostas de autoria e coautoria do ex-deputado Luisinho.....	46
Propostas relatadas pelo ex-deputado Luisinho.....	46

Emendas orçamentárias propostas pelo ex-Deputado Luisinho.....	47
Propostas de autoria e coautoria do ex-deputado Josias Quintal.....	48
Propostas relatadas pelo ex-deputado Josias Quintal.....	49
Emendas orçamentárias propostas pelo ex-deputado Josias Quintal.....	50
Propostas de autoria e coautoria do ex-deputado Marcelo Delaroli.....	51
Propostas relatadas pelo ex-deputado Marcelo Delaroli.....	51
Emendas orçamentárias propostas pelo ex-deputado Marcelo Delaroli.....	52
Propostas de autoria e coautoria do deputado Daniel Silveira.....	53
Propostas relatadas pelo deputado Daniel Silveira.....	53
Emendas orçamentárias propostas pelo deputado Daniel Silveira.....	53
Propostas de autoria e coautoria do deputado Gurgel.....	54
Propostas relatadas pelo deputado Gurgel.....	55
Emendas orçamentárias propostas pelo deputado Gurgel.....	56
Propostas de autoria e coautoria da deputada Major Fabiana.....	57
Propostas relatadas pela deputada Major Fabiana.....	57
Emendas orçamentárias propostas pela deputada Major Fabiana.....	58
Propostas de autoria e coautoria do deputado Paulo Ramos.....	59
Propostas relatadas pelo deputado Paulo Ramos.....	59
Emendas orçamentárias propostas pelo deputado Paulo Ramos.....	61
Propostas de autoria e coautoria do deputado Professor Joziel.....	61
Propostas relatadas pelo deputado Professor Joziel.....	62
Emendas orçamentárias propostas pelo deputado Professor Joziel....	62
Propostas de autoria e coautoria do ex- deputado Jair Bolsonaro.....	63
Propostas relatadas pelo ex deputado Jair Bolsonaro.....	64
Emendas orçamentárias propostas pelo ex deputado Jair Bolsonaro	65
Propostas de autoria e coautoria do ex deputado Wanderley.....	66
Propostas de autoria e coautoria do ex-deputado Marcelo Itagiba.....	68
Propostas relatadas pelo ex-deputado Marcelo Itagiba .....	69
Emendas orçamentárias propostas pelo ex-deputada Marcelo Itagiba.....	70
Propostas de autoria e coautoria do ex-deputado Daciolo.....	71
Propostas relatadas pelo ex-deputado Daciolo.....	71

Emendas orçamentárias propostas pelo ex-deputado Jair Bolsonaro.....	72
Propostas de autoria e coautoria do deputado Hélio Lopes.....	73
Propostas relatadas pelo deputado Hélio Lopes.....	73
Emendas orçamentárias propostas pelo deputado Hélio Lopes.....	74
Propostas de autoria e coautoria do deputado Delegado Antônio Furtado.....	75
Propostas relatadas pelo deputado Delegado Antônio Furtado.....	75
Emendas orçamentárias propostas pelo deputado delegado Antônio Furtado.....	76
Temas de interesse dos Deputados oriundos da PMERJ.....	77
Temas de interesse dos Deputados oriundos das demais força de segurança e FFAA.....	77
Projetos de lei por autoria dos deputados oriundos das forças de segurança e forças armadas (Ano 2019/ 2020) .....	79
Ano 2015 – 2019.....	80
Ano 2011 – 2015 .....	80
Ano 2007 – 2011 .....	81
Ano 2003- 2007.....	81
Projetos de lei apresentados na ALERJ de 1983 a 2010.....	82
Projetos de lei apresentados por deputados estaduais ligados a segurança, comparando a parcela de projetos de segurança em relação a projetos da saúde, educação e economia.....	83
Projetos de lei apresentados por deputados federais ligados à segurança, comparando a parcela de projetos de segurança em relação aos demais temas.....	84
Emendas orçamentárias individuais destinadas por parlamentares da segurança e forças armadas às políticas públicas do ministério da justiça e segurança pública frente a investimentos em outras políticas públicas.....	84

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2.</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>17</b>
<b>3.</b>	<b>RIO DE JANEIRO: CENÁRIO HISTÓRICO E POLÍTICO</b>	<b>19</b>
3.1	Estado da Guanabara	19
3.2	Fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro	22
<b>4.</b>	<b>SEGURANÇA E POLÍTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b>	<b>25</b>
4.1	Secretaria de Estado de Segurança Pública sob a ótica profissional	25
4.2	Candidatura de policiais e militares no Rio de Janeiro	30
4.2.1	Candidatos da Polícia Militar para cargos políticos federais e estaduais	31
4.2.2	Candidatos da Polícia Militar para cargos políticos municipais	36
4.2.3	Forças Armadas e demais Forças de Segurança	40
4.3	Legislativo Federal e Estadual	44
4.3.1	Deputados Federais	45
4.3.2	Deputados Estaduais	77
<b>5.</b>	<b>RESULTADOS E HIPÓTESES</b>	<b>83</b>
5.1	O avanço dos indicadores de violência aumenta o número de parlamentares ligados à segurança pública	85
5.2	Parlamentares da segurança adotam políticas corporativas	88
<b>6.</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>91</b>
	REFERÊNCIAS	93
	ANEXOS	100

## 1. INTRODUÇÃO

A atual Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) é uma instituição secular, instituída em 13 de maio de 1809 como divisão da Guarda Real de Polícia, responsável por garantir a segurança da corte, mudou de nome várias vezes, mantendo a segurança da capital do país até 21 de abril de 1960, se tornando a polícia militar da Guanabara. A instituição passou pelo Governo Vargas e pelo Governo Militar e, por anos, ainda foi comandada por militares das Forças Armadas, seja na função de comandantes ou de secretários de segurança.

A constituição de 1988 conservou a subordinação das polícias militares aos governadores, mas também instituiu o *status* de força auxiliar ao exército. Politicamente à sombra das forças armadas, a PMERJ foi vista como ferramenta política de governos estaduais. Contudo, um governador pode ter mudado esse cenário ao extinguir a Secretaria de Segurança e quebrar o monopólio do Exército nessa função: Leonel Brizola ao criar a primeira versão de Secretaria de Estado de Polícia Militar e Civil, seguida recentemente pelo atual governador Wilson Witzel.

A segurança no Brasil tem como princípio apoiar-se nas Forças Armadas em situações adversas. Nas Olimpíadas o Exército, a Marinha e a Aeronáutica figuraram entres as quatro maiores receitas. O exército perdeu somente para o ministério dos esportes (BRASIL, 2019); na intervenção a receita do Exército chegou a 504 milhões (aproximadamente 50% do total destinado) e um resultado patrimonial de 319 milhões (FERNANDES, MEDEIROS, ALMEIDA, CRUZ, SANTOS, DUARTE E CORREIA, 2019). Demonstrando que o maior ganho da segurança pública patrimonial fica nas Forças Armadas que pouco atua nessa área.

Segundo Amorim e Acácio (2020), o agravamento da insegurança gerou movimentos pelo endurecimento no combate à criminalidade, aumentando o apoio a militarização da segurança pública, seja pela nomeação de secretários de Estado de Segurança pública das forças armadas, seja pelas operações de garantia da lei e da ordem. A pouca ameaça externa frente às ameaças internas fez com que os militares voltassem à segurança e ao desenvolvimento interno do país. Contudo, esse investimento acentuado a nível federal, inviabiliza o apoio às políticas preventivas e investimentos que deixem legados de segurança nos estados, agindo de maneira emergencial sem grandes mudanças estruturais de longo prazo.

As Forças Armadas enaltecem seu preparo para combate aos inimigos externos (guerras tradicionais de exércitos contra exércitos), reforçando seu despreparo em atuações policiais, mas, atualmente, a principal força militar do mundo atua contra insurgentes: civis, armados, lutando ao lado de inocentes e familiares, onde sua morte potencializa o ódio contra as forças regulares e cada incursão é uma invasão ao seu território. A insurgência de povos contra os americanos se aproxima da atuação da polícia militar no estado, porém, não se trata de um país contra outro, mas do estado diante de uma parcela da sociedade. A dificuldade dos americanos junto aos insurgentes, pode demonstrar que o modelo de guerra convencional também não servirá para o problema de segurança nos estados, mesmo com muito planejamento e inteligência.

Muitas políticas de segurança foram instituídas, mas, com resultados tímidos ou temporários, mesmo o Estatuto do Desarmamento não foi suficiente para diminuir o número de mortes violentas no país. Políticos com discursos inflamados na segurança foram eleitos com propostas nessa área, o cargo de secretário de segurança passou a ser um propulsor em campanhas, onde ex-secretários e ex-chefes de polícia ascenderam a cargos eletivos, inclusive militares das forças armadas.

A polícia militar, responsável pela segurança do cidadão fluminense, é vista por alguns como uma necessidade ao cenário caótico e, por outros, como uma herança dos governos repressores, por vezes responsáveis por políticas públicas que influenciaram na segurança fluminense e, por vezes, envolvida em escândalos de violência. A instituição enfrentou dois regimes de exceção com Vargas e com os Militares, sempre sob comando dos militares federais.

O ingresso de policiais militares na política vislumbra somente as brigas por melhores salários ou as questões de segurança? Com mais de 70 mil militares entre ativos e inativos, como se desenvolveu a política dentro da PMERJ? Com perda da capital nacional, com a fusão do Estado da Guanabara ao Estado do Rio de Janeiro e com o uso político das funções de Secretário de Segurança qual foram as possíveis reações da PMERJ? Segundo Sankara (2019), um militar sem orientação política ideológica é um potencial criminoso, porém para Góis Monteiro, devemos ter a política do exército, não a política no exército, apesar dos militares serem o instrumento da força e um órgão essencialmente político, o militar não deveria envolver-se com a política partidária (PINTO, 1999).

É o objetivo geral desta dissertação mapear as relações políticas das forças de segurança, em especial polícia militar, com o poder legislativo e executivo, por meio de nomeações, mandados e candidaturas políticas, durante todo o período compreendido entre a fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro até o ano de 2019. São objetivos específicos: Pesquisar junto ao Tribunal Superior Eleitoral as candidaturas, cujos candidatos se declarem policiais militares (municipais, estaduais e federais); Pesquisar, junto ao Congresso Nacional (CN) e à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), a temática dos projetos de leis apresentados por parlamentares oriundos da polícia militar; Pesquisar quais comissões (CN e ALERJ) os parlamentares oriundos da PMERJ fizeram parte durante seu mandato; Pesquisar todas as nomeações de secretários de Estados verificando se houve a nomeação de policiais militares para pastas diferentes da pasta de Secretaria de Segurança; Pesquisar as nomeações dos Secretários de Estado de Segurança Pública, com uma análise curricular e política.

O primeiro limite é o temporal, uma vez que a pesquisa regredirá até a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro (1975 a 2019). O mapeamento político ficará restrito às ligações entre policiais militares e as instituições políticas. A relevância do trabalho está na representação corporativista da segunda maior categoria de servidores do estado<sup>1</sup>, suas implicações políticas na vida militar, no executivo e no legislativo, tentando demonstrar esses elos e suas possíveis consequências.

A escolha do tema justifica-se pela forma como a política fluminense vem sendo estudada por vários autores, mas o foco político-partidário foi *a priori* a motivação desses estudos. O foco na polícia militar e nos desdobramentos na política, na segurança e na sociedade pode demonstrar a motivação de decisões políticas na área de segurança, bem como sua importância para o político a nível estadual.

O trabalho estará estruturado em seguidos tópicos, visando uma leitura dinâmica e de fácil entendimento. O concatenamento de ideias será o foco principal e, facilitará o entendimento daqueles que já estudam o tema ou aqueles que se interessem na leitura da dissertação. Com o segundo maior PIB e figurando como a terceira maior

---

<sup>1</sup> Site da secretaria de Fazenda (Gestão de Pessoal) do Estado do Rio de Janeiro: <http://www.fazenda.rj.gov.br/>. Acesso em: 23 setembro 2020.

bancada federal no congresso, o Estado do Rio de Janeiro teve um afastamento político a nível nacional que reflete em várias políticas públicas no Estado, neste caso, a segurança pública.

Diferente de outros Estados, o viés oposicionista afastou o Rio de Janeiro do governo militar, bem como afastou o estado dos governos pós- constituição de 1988, fato este que diminuiu investimentos e políticas voltadas para a população Fluminense. Contudo, mesmo com políticos originalmente de partidos opositores ao governo militar, os secretários de segurança, em sua maioria, eram oriundos das forças armadas.

Tendo em vista a escassez de artigos escritos acerca da política fluminense, o referido tema reforça esses estudos, bem como foca, em parte, na área de segurança e na segunda maior folha de pagamento do Estado, que é a Polícia Militar, representada, hoje, por seis deputados estaduais e 5 deputados federais, além de possuir dois senadores eleitos com discursos ligados à área de segurança e a “profissão militar”.

Policiais militares se envolvem na política direta e indiretamente, seja como elemento formulador/executor de políticas fundamentais que influenciam todo o Estado, seja como eleitor ou como força política local. Ficando demonstrada sua importância política no cenário Fluminense nas esferas dos três entes federativos. Levando à questão- problema: Como policiais militares ingressaram nos poderes do estado influenciando políticas públicas e resultados em eleições? A metodologia será mista a partir de bases de dados oficiais como a ALERJ e pesquisa bibliográfica descrita no capítulo seguinte.

No terceiro capítulo será apresentado o cenário Histórico político do estado do Rio de Janeiro; o Estado da Guanabara e sua fusão com o Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, no Capítulo 4, a Segurança no Rio de Janeiro apresentará a Secretaria de Estado de Segurança Pública sob a ótica profissional, a candidatura de policiais e militares no Rio de Janeiro; Candidatura de policiais e militares no Rio de Janeiro; Forças Armadas e demais Forças de Segurança além de deputados estaduais e federais eleitos. Em seguida, nos resultados serão analisados os dados apresentados anteriormente seguido da Conclusão, Referências Bibliográficas e Anexos.



## 2. METODOLOGIA

A pesquisa abordará o método misto, com o uso de dados quantitativo e qualitativo, a análise dos dados eleitorais disponíveis pelo Tribunal Superior Eleitoral, diários oficiais. Segundo Creswell (2007, p. 33) os procedimentos concomitantes de coleta de dados são aqueles nos quais o pesquisador faz a convergência de dados quantitativos e qualitativos a fim de obter uma análise ampla do problema de pesquisa. Neste projeto, haverá ambos os métodos de coleta de dados, com ênfase maior no quantitativo para, depois do devido tratamento de dados, se chegar à análise dos resultados.

Por fim, a pesquisa usará um método, dos diversos previstos na pesquisa qualitativa, para coleta de dados a serem interpretados: a pesquisa documental, (GODOY, 2005). Método de estudo de caso com fontes quantitativas usando estatística descritiva.

Análise de documentos: Serão analisados os documentos relativos à campanha, currículos, nomeações, projetos de lei etc. Segundo Yin (2015), uma limitação da análise de documentos é sua presunção de veracidade, sendo importante perceber que os documentos foram feitos com alguma finalidade específica para certo público e não para estudo de caso realizado. Porém, se verificam diversas vantagens na utilização desta técnica, tais como estudo sobre pessoas que não se pode mais entrevistar, eles serem fontes não reativas e possibilitar a pesquisa sobre longos períodos.

Quanto às limitações do método, o primeiro limite é o temporal, uma vez que a pesquisa regredirá até a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro (1975-2019). Outro limite serão os dados pesquisados que deverão possuir o vínculo profissional, sendo essa pesquisa realizada em diários oficiais e sites dos tribunais eleitorais, tendo em vista o prazo para apresentação desses estudos. Outro fator limitador ocorre devido a pandemia vivida em 2020, dificultando acessos a setores públicos, bibliotecas e pessoas.

As questões norteadoras/ hipóteses são:

**1ª Hipótese:** O avanço dos indicadores de violência aumenta o número de parlamentares ligados à segurança pública (PM).

Segundo Berlatto e Codato (2014), a experiência profissional de policiais se

torna um recurso social facilmente instrumentalizado durante as campanhas, por comporem um terreno fértil na agenda eleitoral.

**2ª Hipótese:** Parlamentares ligados à PMERJ atuam em defesas de pautas ligadas aos interesses corporativistas.

Segundo Graça (2016), os projetos de lei, oriundos do executivo e enviados ao legislativo (ALERJ), pouco influenciam a agenda de segurança no Estado, tratando-se em sua maioria de questões de cunho administrativo, referentes às forças de segurança estaduais, o que facilita a defesa institucional realizada por parlamentares originários dessas forças, sem incrementar o rol de proposições legislativas ligadas às pautas que poderiam influenciar diretamente nos indicadores de segurança públicas.

Os resultados esperados são: mapear as relações políticas da Polícia Militar, sendo fundamental para acompanhar as direções políticas esperadas pela sociedade, Estado e Corporação; Demonstrar a importância do cargo de Secretário de Segurança, da segurança em si na vida do eleitor, mas, principalmente, o momento em que os policiais militares deixaram de ser coadjuvantes e passaram a atuar nesse cenário político, influenciando nomeações, exonerações, políticas públicas e a eleição em si.

### 3. RIO DE JANEIRO CENÁRIO HISTÓRICO E POLÍTICO

Os cenários históricos do Rio de Janeiro como capital federal, estado dividido e fusão podem ser usados para interpretar o cenário político vivido no estado atualmente, uma vez que a construção do estado do Rio de Janeiro que vemos hoje em dia enfrentou embates entre políticos do antigo estado do Rio de Janeiro e entre políticos da antiga capital.

Segundo Ferreira (2015), as forças políticas do antigo estado do Rio de Janeiro entendiam que a então capital federal havia sido desmembrada do estado, unicamente para representar o papel de capital do império, cessando-se essa função, deveria voltar ao que era, já os políticos da capital federal almejavam autonomia política para o novo estado.

A importância do Rio de Janeiro para o Brasil pode ser observada na fala do então presidente eleito Fernando Henrique Cardoso que ressaltou em sua primeira entrevista como presidente, sua preocupação com o Rio de Janeiro, destacando a condição da cidade: “símbolo do Brasil” e ressaltando a gravidade da “crise” que atingia a ex-capital do país, exprimiu o sentimento de que “o Brasil não podia ir bem se o Rio ia mal” (MOTTA, 1997). Nas palavras de Oswaldo Orico, um auxiliar próximo ao presidente, “Brasília seria uma libertação, para os governantes, das lutas sociais no Rio de Janeiro. A antiga ebulição sócio-político carioca perturbava a administração do Estado.”. O que demonstra a complexidade administrativa e política da antiga capital.

#### 3.1 Estado da Guanabara

A transferência da capital federal e a criação do estado da Guanabara servirá para compreendermos os motivos políticos da fusão e seus impactos na política estadual. Além disso, as intenções políticas da cidade do Rio de Janeiro ficam evidentes na afirmação de que o estado da Guanabara não seria mais uma estrela na bandeira, se tornando o estado mais preparado para influir na condução geral do país (DEBERT, 1979, p.81). As realizações do governo Carlos Lacerda reafirmam o papel de vitrine da ex-capital federal e mostram que o novo estado da Guanabara possuía pela primeira vez a chance de colocar um “filho” na presidência da República (MOTTA, 1997).

As intenções políticas de Carlos Lacerda e sua oposição ferrenha ao governo federal, ao modelo clientelista dos governos de Getúlio Vargas (1937-1945 e 1951 – 1954), Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) e João Goulart (1961- 1964), além de sua postura anticomunista que apresentava o estado como reduto democrático e bastião da resistência ao “perigo vermelho” (MOTTA, 1997).

O movimento político do estado-capital apresentava um alto preço: a ameaça constante de uma intervenção Federal, mesmo sendo um Estado autônomo protegido pelos dispositivos constitucionais (MOTTA, 1997). Vários foram os momentos em que o fantasma da intervenção assolou o estado, ao longo de 1963, dentre eles destacava-se a proibição de Lacerda da realização do Congresso de Solidariedade à Cuba; e a proposta do Ministério da Justiça para federalizar a Polícia Militar da Guanabara (MOTTA, 1997).

Segundo Motta (1997), apesar de negar envolvimento na conspiração que derrubou o então presidente Jango, em entrevista dada ao Jornal da Tarde, em abril de 1977, os efeitos que o golpe de 1964 poderiam ter sobre suas ambições políticas, deixavam claro que Lacerda esperava uma reedição de 1945, onde os militares afastaram o governo, considerado nocivo e devolveram rapidamente o governo aos civis.

Em 1965 tudo indicava um futuro favorável para Lacerda, que teve papel significativo na ascensão de Castelo Branco, que nutria admiração pelo governador carioca (MOTTA, 1997). Num primeiro momento as expectativas do governador carioca em conseguir mais verbas federais e derrubar opositores na ALEG, com as cassações provenientes do Ato Institucional nº 1, que derrubaria oposicionistas e manteria os demais sob controle do governo (MOTTA, 1997).

No entanto, o adiamento das eleições presidenciais de 1966, além das expectativas frustradas no que tangia ao apoio do governo federal, fizeram com que Lacerda rompesse com os militares, sofrendo retaliações e dura resistência dentro da ALEG, oriunda da bancada udenista (MOTTA, 1997).

A prorrogação do mandato de Castelo Branco através da aprovação de uma emenda à constituição, faz com que Lacerda emita uma nota de repúdio, acusando o governo de “obrigar” o parlamento a votar tal medida que transformaria o Presidente em “Ditador” (MAGALHÃES, 1933, p.132).

Retornava ao estado, o que Lacerda chamava de “Cerco à Guanabara”, como exemplo, a politização na concessão de empréstimos, que possuíam como exigências

o abandono de algumas posições por parte do governador, preço que o estado pagava por ser oposição ao governo, se transformando numa espécie de “trincheira da democracia”, na visão de Lacerda (MOTTA, 1997).

Outro golpe na economia do estado veio das políticas econômicas restritivas impostas pela equipe econômica federal (MOTTA, 1997). Os ramos industriais mais afetados pelas falências foram vestuário, alimentício e construção civil, justamente os ramos que formavam a base econômica carioca. O projeto de estado-capital reforçou a crise de identidade política do recém criado estado da Guanabara, que ainda não seria um estado, nem poderia vir a sê-lo ou se ainda era uma cidade capital (MOTTA, 1997).

A política carioca continua a mostrar sua direção ao dar o domínio ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro) para Assembleia Legislativa da Guanabara, partido de oposição ao Regime Militar (DIAS, 2000, p. 167-168). Ainda nas palavras de Dias (2000, p.168), “O MDB obteve quase 60% dos votos na Guanabara, tornando o segundo estado da Federação em termos de importância econômica, com mais de dois milhões de eleitores, um bastião oposicionista incontornável.”

Segundo Amorim e Santos (2013), a liderança do MDB contribui para o enfraquecimento político do Rio de Janeiro perante o Governo Federal, juntamente com Carlos Lacerda, líder da direita carioca, que “bandeou-se” para a oposição aos militares em 1966, transformando o estado em ameaça política ao Regime Militar. Segundo Ferreira (2015), depois da eleição de Negrão de Lima para o governo do estado, a situação da cidade-estado começa a ser novamente questionada, problemas políticos marcam seu governo, que juntamente com Minas Gerais faziam oposição ao governo militar.

As diferenças políticas entre o Estado e a União continuam na presidência de Geisel, que decide pela fusão do estado da Guanabara e do Rio de Janeiro, por meio da Lei Complementar n. 20 de 1974 (FERREIRA e GRYNZPAN, 2000, p.118). Contudo, não é possível afirmar que a fusão tinha como objetivo exclusivo a aniquilação política do estado da Guanabara (AMORIM e SANTOS, 2013).

O cenário político que culminou na fusão do estado ampliará o entendimento sobre a política estadual após a fusão até a atualidade (2020), que culminou na eleição histórica de policiais militares (VETTORAZZO, 2018).

### 3.2 Fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro

O período da fusão até a atualidade (2020), escolhido para o estudo, nesse tópico servirá para demonstrar de maneira explícita as forças políticas que tornaram o estado do Rio de Janeiro uma referência em candidaturas que envolvem as carreiras da segurança pública.

O Estado fluminense sempre desejou incorporar a Guanabara. Em uma matéria publicada no Jornal do Brasil, intitulada “Razões do Estado do Rio em 10 itens contra o Estado da Guanabara”, em sua primeira razão já se destaca a política caótica e inexpressiva do estado carioca (FERREIRA, 2015). Segundo Amorim e Santos (2013), a fraqueza política do Rio de Janeiro no Executivo Federal, na década de 70, está correlacionada à força eleitoral do MDB. Ainda segundo Amorim e Santos (2013), o Rio obteve a maior ou a segunda maior bancada dentro do MDB, posição jamais ocupada pelo partido do governo Federal, Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

À época da fusão, o Estado do Rio de Janeiro defendia a fusão como “um retorno do filho pródigo ao lar”, mas deve-se reconhecer que o filho carioca não se encontrava seguro de sua vontade de retornar, nem o pai fluminense parecia ansioso pelo seu retorno (FERREIRA, 2015). Contudo, a inevitável fusão trouxe a necessidade de os agentes políticos mobilizarem-se com intuito de capitalizarem dividendos políticos (FERREIRA, 2015).

Segundo Amorim e Santos (2013), a fusão levou à nomeação do almirante Faria Lima, adiando com isso a constituição de um governo alinhando com o MDB, que havia vencido as eleições de 1974 no estado da Guanabara. A fusão trouxe dificuldade para o MDB, mas nas eleições seguintes demonstrou que não seria capaz de afetar o desempenho da agremiação. Em 1978, o MDB obteve 65% dos votos na cidade do Rio de Janeiro, o que era proporcionalmente superior aos 60% dos votos conseguidos em 1974, no estado da Guanabara (FERREIRA, 2015).

O surgimento de Leonel Brizola e do PDT trouxe mudanças nas organizações partidárias no Estado do Rio de Janeiro; com isso, dos 35 deputados eleitos pelo MDB em 1978, somente 3 retornariam à Brasília, pelo então PMDB em 1983 (FERREIRA, 2015). Contudo, a vitória de Brizola não significou o surgimento de um processo de hegemonia partidária similar aos vividos em outros estados brasileiros (FERREIRA, 2015). O estado vivenciou uma política marcada pelo conflito vivido entre o PDT e as

demais forças políticas, a política se dava pelo permanente processo de definições de amigos e inimigos, onde destruição do oponente era o objetivo (FERREIRA, 2015).

Em 1986, o otimismo e o apoio ao plano cruzado, criaram condições para que partidos conservadores se unissem em apoio à candidatura de Moreira Franco no Estado e, mesmo com o aumento dos votos, a esquerda não foi capaz de derrotar o candidato do PMDB (FERREIRA, 2015). No entanto, o fracasso do plano cruzado e o desempenho de Moreira Franco, principalmente na área de segurança, abriram a possibilidade do retorno do PDT, que elegeu Marcelo Alencar em 1988, prefeito do Rio de Janeiro. A administração de Marcelo Alencar e a traumática eleição de Fernando Collor à Presidência do Brasil abriria espaço para o retorno de Brizola ao Governo do estado (FERREIRA, 2015).

Segundo Ferreira (2015), mais uma vez a eleição de Brizola não foi suficiente para inaugurar um período de hegemonia no estado. Na assembleia legislativa, Brizola iniciou um processo de alianças com os partidos conservadores, que garantiram altos custos em termos de imagem e desempenho de seu governo. A ida de Marcelo Alencar para o PSDB, demonstra as divisões internas no PDT, e somado ao desgaste de Brizola e seu apoio a Collor em 1992, deram a vitória a Marcelo Alencar sob Anthony Garotinho do PDT, garantiram o retorno do conservadorismo na capital fluminense, que garantiu ao PSD do General Newton Cruz 12% dos votos, chegando à frente do PT (FERREIRA, 2015).

De 1974 a 1994, o MDB / PMDB e PDT se intercalaram como partido mais votado nas eleições para deputado Federal (GAMA, 2018). Já para deputados estaduais, esse dualismo somente foi quebrado em 1994, pelo PSDB de Marcelo Alencar (FERREIRA, 2015). A tabela abaixo demonstra esse fato, principalmente ao analisarmos as origens partidárias dos Governadores (LISTA DE GOVERNADORES DO RIO DE JANEIRO, 2019).

Tabela 1: A origem partidária dos Governadores do Estado do Rio de Janeiro após a Fusão, orientada por partidos originariamente de esquerda ou de oposição ao governo militar, nortearam as políticas de segurança do Estado (1975-2019).

PERÍODO	PARTIDO	GOVERNADOR
15MAR1975- 15MAR1979	ARENA	Faria Lima
15MAR1979-15MAR1983	MDB	Chagas Freitas
15MAR1983-15MAR1987	PDT	Leonel Brizola
15MAR1987-15MAR1991	PMDB	Moreira Franco
15MAR1991-02ABR1994	PDT	Leonel Brizola
02ABR1994-01JAN1995	PDT	Nilo Batista
01JAN1995-01JAN1999	PSDB	Marcelo Alencar
01JAN1999-06ABR2002	PDT/PSD	Anthony Garotinho
06ABR2002-01JAN2003	PT	Benedita da Silva
01JAN2003-01JAN2007	PSB/PMDB	Rosinha Garotinho
01JAN2007-03ABR2014	PMDB	Sergio Cabral
04ABR2014-01JAN2019	PMDB	Luiz Fernando Pezão
16FEV2018-31DEZ2018	Intervenção Federal	Braga Neto
01JAN2019-...	PSC	Wilson Witzel

Fonte: Wikipedia (2019) e Gama (2018).

Segundo Ferreira (2015), a votação para deputados deixaria de ser uma estratégia partidária, tornando-se apenas reflexo do patrimônio pessoal do parlamentar, sua imagem e prestígio valeriam mais que a estratégia e o ideal partidário. Fato semelhante ocorre com as eleições de policiais e militares para o parlamento do estado, que se elegem por seus conhecimentos na área de segurança somados aos altos índices de insegurança.

Nos próximos capítulos, a segurança pública se tornará a principal fonte do estudo, onde as indicações políticas e projetos na área da segurança serão comparados com os números de candidatos e de eleitos.



#### **4. SEGURANÇA E POLÍTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

O capítulo servirá para analisar como a segurança pública vinha e vem sendo usado na política do estado, visto que na antiga capital, esta já era parte do jogo político carioca, onde o então presidente Campos Sales reforçou o sistema de segurança pública, com o intuito de desconstruir a política local (FERREIRA, 2015). Na gestão de Rodrigues Alves a capital recebe investimento e obras, surgindo um novo conjunto de relações políticas. Nessa nova engenharia ganhavam maior expressão as figuras do prefeito e do chefe de polícia, levando a eleição de Sampaio Ferraz (Chefe de Polícia) ao cargo de deputado federal pela cidade do Rio de Janeiro (FERREIRA, 2015).

A complexidade política do estado, no que tange à segurança, exige uma análise das Secretarias de Estado de Segurança e as intenções políticas dos secretários nomeados para pasta, além de uma análise sob o viés eleitoral no estado, sob a ótica da segurança pública e seus desdobramentos, conforme exposto nos tópicos abaixo.

##### **4.1 Secretaria de Estado de Segurança Pública sob a ótica profissional**

O cargo de secretário de segurança no estado é um dos mais importantes do país, podendo explicar os números políticos do estado, na segurança pública. No início da república o cargo de chefe de polícia do antigo Distrito Federal passou a servir como uma fase para a cadeira no Supremo Tribunal Federal, mostrando a importância do estado no cenário nacional e da segurança pública, onde 15 chefes de polícia exerceram o cargo entre os anos de 1890 a 1910, sendo que desses, 9 se tornaram membros do Supremo tribunal Federal (FERREIRA, 2015).

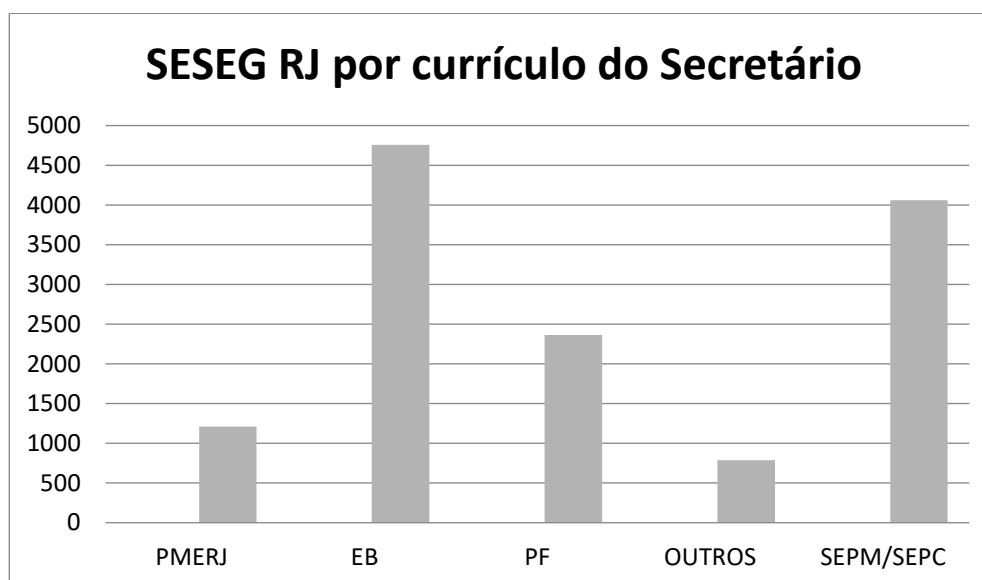
Segundo Berlatto (2016), a nível nacional o cargo de secretário de estado de segurança pública (SESEG) tem sido preenchido entre os anos de 2003 e 2016 por policiais federais, policiais civis, policiais militares, oficiais do exército, políticos, carreiras jurídicas e sociólogo. A tabela abaixo mostrará os secretários recrutados nessas áreas.

Tabela 2- Origem profissional dos secretários estaduais de segurança pública, em todos os estados da federação e distrito federal (2003- 2015).

<i>Cargo</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentual</i>
<i>Policial Federal</i>	78	34,2
<i>Carreiras Jurídicas</i>	47	20,6
<i>Político</i>	34	14,9
<i>Policial Civil</i>	31	13,6
<i>Policial Militar</i>	23	40,1
<i>Oficial do Exército</i>	14	4,1
<i>Sociólogo</i>	1	0,4
<i>Total</i>	228	100,0

Fonte: Adaptado de Berlatto (2016)

Segundo a Secretaria de Estado de Segurança Pública (2019), o estado do Rio de Janeiro apresenta os mesmos perfis profissionais, contudo em proporções diferentes das apresentadas acima. A tabela abaixo relaciona o Governador e a nomeação do Secretário por seu perfil profissional.



**Gráfico 1: Permanência, em dias, dos secretários de estado de segurança pública no estado do Rio de Janeiro, dividido por seu perfil profissional (1975 – 2018).**

Fonte: O autor.

O Governo do PDT inovou com o desmembramento da SESEG em Secretaria de Estado de Polícia Militar e Civil, porém, ao contrário do que mostra a tabela a nível nacional, os oficiais do Exército dominaram a função no Estado, permanecendo 4756 dias à frente da segurança do estado. Em segundo lugar, aparece o modelo adotado por Brizola, Moreira Franco e Nilo Batista que desmembrou a SESEG em Secretária de Estado de Polícia Militar e a Secretaria de Estado de Polícia Civil com um total de 4061 dias.

Os policiais federais alcançaram 2368 dias, policiais militares ficaram à frente da SESEG por 1211 dias e outras carreiras (um político e um advogado) permaneceram 787 dias à frente da pasta. A tabela abaixo compara percentualmente os profissionais à frente da pasta.

Tabela 3- Perfil profissional dos secretários de estado de segurança pública no estado do Rio de Janeiro (1975-2018)

<i>Cargo</i>	<i>Dias no cargo</i>	<i>Percentual</i>
<i>Oficial do Exército</i>	4756	36,1%
<i>SEPM/SEPC</i>	4061	30,8%
<i>Policial Federal</i>	2362	17,9%
<i>Oficial da PMERJ</i>	1211	9,2%
<i>OUTROS</i>	787	6,0%
<i>Total</i>	13177	100,0

Fonte: O Autor.

Segundo Berlatto (2016), os mandatos de secretários estaduais de segurança são em sua maioria ocupados pelas categorias “policial federal” e “carreiras jurídicas” (principalmente membros e ex-membros dos ministérios públicos), que somados chegam a 55% dos secretários. No estado do Rio de Janeiro esse cenário não se repete, uma vez que oficiais do exército ocupam a primeira posição com mais de 36%, ficando em segundo lugar o modelo de extinção do cargo de secretário estadual de segurança pública por chefias independente das duas polícias estaduais com mais de 30%, fato que se repete no atual governo, não calculado nesse estudo, policiais federais ficam na terceira posição com somente 17,9%.

O estado e a cidade do Rio de Janeiro buscaram uma aliança junto ao governo

federal, buscando unir PMDB e PT nos municípios, no Estado e no Distrito Federal (BRESCIANI, 2008). Segundo Berlatto (2016), os partidos ligados ao PT, durante o governo Lula e Dilma, faziam escolhas de policiais federais, com intuito de trazer verbas federais para seus respectivos estados, já governos ligados ao PSDB faziam escolhas por carreiras jurídicas. Esse alinhamento entre o PMDB e o PT pode ter interferido na escolha de Beltrame, delegado de polícia federal, para o comando da pasta da segurança no estado fluminense (AGÊNCIA DO ESTADO, 2006).

Vale ressaltar que desde a sua criação, em 13 de maio de 1809 até o governo Brizola, a Polícia Militar somente havia sido comandada por policiais militares por seis vezes, estando à sua frente, na maioria das vezes, um militar das forças armadas (LEAL; PEREIRA; MUNTEAL FILHO, 2010). Após a fusão, o estado do Rio de Janeiro vivenciou um confronto entre a esquerda capitaneada pelo PDT e grupos conservadores (FERREIRA, 2015). Fato que poderia explicar o uso maior de oficiais do exército na segurança, uma vez que a segurança já havia sido usada como mecanismo de intervenção no estado, seja pelo investimento na área de segurança feita pelo Presidente Campos Sales na Capital, seja pela tentativa de federalização da polícia militar da Guanabara durante o governo de Carlos Lacerda, seja pela recente ECO 92, ocupação da Maré ou intervenção somente na segurança do Estado do Rio de Janeiro (CAMARGO; BORDIN; SOUZA, 2018).

O uso da segurança para modificar o cenário político fica demonstrado nas intervenções federais na segurança do estado. Contudo, o uso político da segurança pelos secretários pode ser observado nas candidaturas impetradas por gestores dessa pasta, em pesquisa realizada junto ao site da SESEG e TSE; dos 34 secretários, 7 tentaram se eleger nas eleições seguintes, entre eles: Nilo Batista (político) como Secretário de Polícia Civil nos dois governos Brizola; Nilton Cerqueira e Noaldo Alves Silva general e coronel do exército que ocuparam a SESEG durante o governo Marcelo Alencar; José Siquera Silva general do Exército secretário no governo de Anthony Garotinho; Josias Quintal Coronel da PM no Governo de Anthony e Rosinha Garotinho; Marcelo Itagiba delegado da polícia Federal e secretário da pasta no governo de Rosinha Garotinho; e Anthony Garotinho secretário no governo de Rosinha Garotinho. A tabela abaixo mostra as eleições disputadas pelo secretário citados (BRASIL, 2019).

Tabela 4- Ex-secretário de estado de segurança pública do estado do rio de janeiro que concorreram as eleições após exercerem o cargo de chefe da segurança do estado (1975-2018).

SECRETÁRIO	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018
<b>NILO BATISTA</b>	Vereador		Prefeito							
<b>GENERAL NILTON CERQUEIRA</b>		Deputado Federal								
<b>CORONEL NOALDO ALVES</b>		Deputado Federal								
<b>GENERAL SIQUEIRA</b>		Deputado Estadual		Deputado Estadual						
<b>CORONEL PM JOSIAS QUINTAL</b>		Deputado Federal		Deputado Federal	Vice Prefeito		Prefeito		Prefeito	
<b>DELEGADO PF MARCELO ITAGIBA</b>				Deputado Federal		Deputado Federal	Vereador	Deputado Federal		Deputado Federal
<b>ANTHONY GAROTINHO</b>						Deputado Federal		Governador		Governador

Fonte: O autor.

Segundo Struck (2018), no estado a promessa de acabar com o crime tornou-se um lema dos governadores sendo uma velha promessa para a sociedade fluminense, sendo priorizado por mais de 44% dos cidadãos fluminenses. Sendo tão importante para o estado representantes da área de segurança apresentam os maiores índices de candidaturas para eleições federais em comparação com outros estados (BERLATTO; CODATO, 2014). Esses relatos podem justificar a utilização do cargo como alavancador nas eleições no estado.

A segurança como protagonista político no estado pode ser um dos fatores que explicaria os números de candidaturas e de cargos assumidos por membros da segurança e seus coadjuvantes das forças armadas no estado do Rio de Janeiro.

#### 4.2. Candidaturas de policiais e militares no Rio de Janeiro

A eleição de agentes da segurança vem despertando interesse no mundo acadêmico e nos institutos que analisam a segurança no país. Forcar no estado do Rio de Janeiro que influencia a visão de segurança em todo o país, refletindo até fora do Brasil, pode demonstrar a diferença entre a política fluminense e sua influência nas eleições. O estado do Rio de Janeiro encontra-se com uma média de 25 a 38,0 mortes por 100mil habitantes, segundo melhor indicador de violência do país, perdendo somente para a região sul, mais os estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Piauí (CERQUEIRA; BUENO, 2020). Contudo, a divulgação maciça transforma o estado num reduto de insegurança Pitombo e Franco (2018).

Para o estudo verifica-se que o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) disponibiliza somente as candidaturas de 1998 a 2018, referentes às eleições municipais, estaduais e federais do estado do Rio de Janeiro, o que limitou nosso regresso a vinte anos de candidatura de policiais militares do Estado do Rio de Janeiro (BRASIL, 2019).

A própria PMERJ não possui um acompanhamento efetivo sobre candidaturas ou eleições, uma vez que somente em 2010 começou a acompanhar o parlamento por meio de sua Assessoria Parlamentar<sup>2</sup> - APAR (PORTARIA/PMERJ N° 0352/2010. BOLETIM PMERJ N.º 93, 2010). Atualmente, com a extinção da SESEG e a reedição da Secretaria de Estado de Polícia Militar, a APAR voltou como órgão de assessoramento do Secretário de Estado de Polícia Militar (DIÁRIO OFICIAL, 2019). Essas mudanças diminuem a efetividade de seus dados dificultando o acompanhamento eleitoral por seus membros, o que reforça a necessidade desse estudo para a corporação.

Para a pesquisa será utilizada a autodeclaração do candidato no ato da sua inscrição eleitoral. Contudo, para tornar o estudo mais efetivo foram cruzados os dados da lista do TSE (BRASIL, 2019) com todos os dados cadastrados no sistema de pessoal da PMERJ, aumentando a credibilidade do trabalho. O SISPEL conta com um banco de dados de quase todos os policiais, um total de 103.453 policiais ativos e

---

<sup>2</sup> A Assessoria Parlamentar (APar) tem como finalidade, assessorar o Comandante Geral na interação da Polícia Militar com o Poder Legislativo, interagindo com os parlamentares envolvidos com projetos referentes a corporação, desde a apreciação até a votação em plenário (portaria PMERJ n.º 352/2010).

inativos, mesmo quando excluídos do serviço ativo<sup>3</sup>, porém alguns cadastros encontram-se desatualizados, ou seja, sem CPF (RIO DE JANEIRO, 2020).

#### 4.2.1 Candidatos policiais militares para cargos políticos Federais e Estaduais.

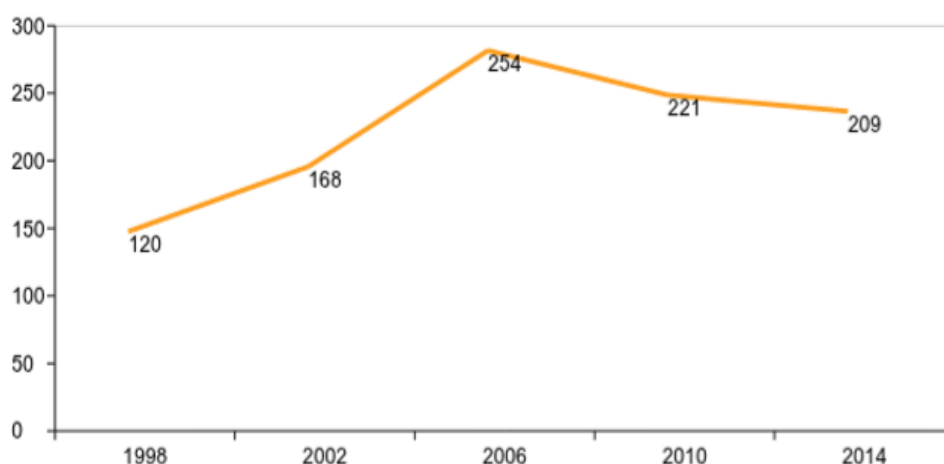
A importância das eleições federais para a segurança fica explícita, ao analisar a competência privativa da união para legislar sobre direito penal, conforme inciso I do artigo 22 da Constituição Federal: “*Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;*” (BRASIL, 1988). Cabendo assim, ao parlamentar federal a maior responsabilidade, no que tange a legislação penal brasileira.

Segundo Berlatto e Condato (2014), os altos índices de insegurança somados à divulgação, a nível nacional, tem trazido ao debate questões ligadas a segurança pública e ao aumento da criminalidade nas últimas décadas. Tornando-se o ponto focal na agenda política de vários candidatos, temas como maioria penal e endurecimento das penas fomentam essa agenda política eleitoral.

Utilizando-se de sua experiência profissional e de seu discurso alinhado com a agenda ligada a segurança pública, policiais e militares têm aumentado sua representação em eleições federais, ano após ano. De 1998 até 2014, 23.219 pessoas se candidataram ao cargo de deputado federal, sendo que 973 deles estavam ligados a cargos policiais, bombeiros ou militares no Brasil (BERLATTO e CONDATO, 2014).

---

<sup>3</sup> Art. 91 - A exclusão do serviço ativo da Polícia Militar e o consequente desligamento da organização policial-militar a que estiver vinculado o policial-militar, decorre dos seguintes motivos: I - transferência para a reserva remunerada; II - reforma; III - demissão; IV - perda de posto e patente; V - licenciamento; VI - exclusão a bem da disciplina; VII - deserção; VIII - falecimento; e IX - extravio. (lei estadual n.º 443/81).



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR.

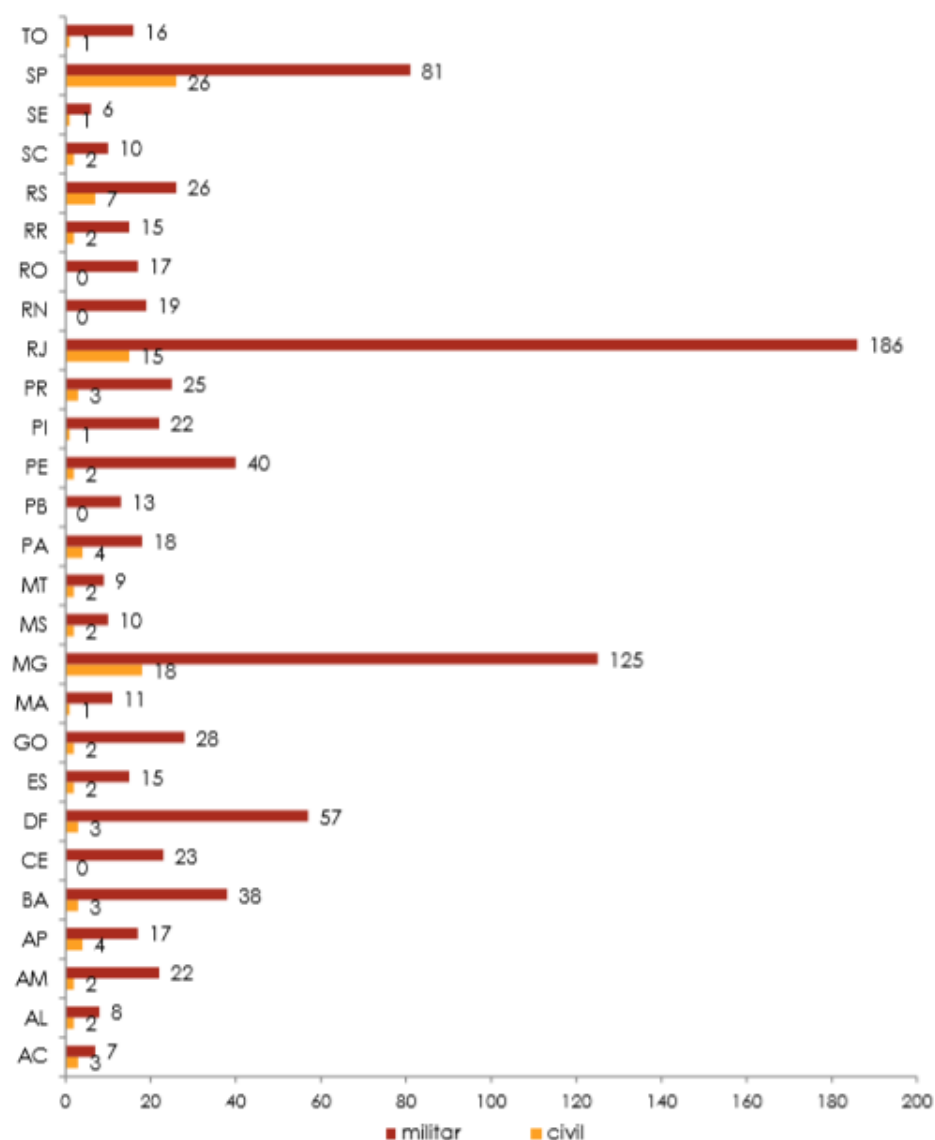
**Gráfico 2- Número absoluto de candidatos das forças repressivas a deputado federal no Brasil, 1998-2014.**

**Fonte: O autor.**

Segundo Bertolla e Condato (2014), o pico ocorrido em 2006 ocorre diante das primeiras demonstrações de força do Primeiro Comando da Capital (PCC). Esse evento ganhou os principais noticiários, o que aumentou a sensação de insegurança na população.

Outro importante ponto relacionado a esse assunto está no número significativo de candidaturas de militares (policiais militares, bombeiros militares e militares das Forças Armadas) no estado do Rio de Janeiro, em comparação aos demais estados. Em 2011, o efetivo das polícias militares era o seguinte: São Paulo (SP) aparecia com 85.056 agentes, Minas Gerais (MG) com 45.489 e o Rio de Janeiro (RJ) com 43.547 policiais militares. Contudo, o número de candidatos no mesmo período foi de 81 para SP, 125 para MG e 186 para o RJ (BERLATTO; CONDATO, 2014).





Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFR

**Gráfico 3- Número absoluto de candidatos das forças repressivas civis e militares a deputado federal no Brasil, 1998-2014.**

**Fonte: O autor.**

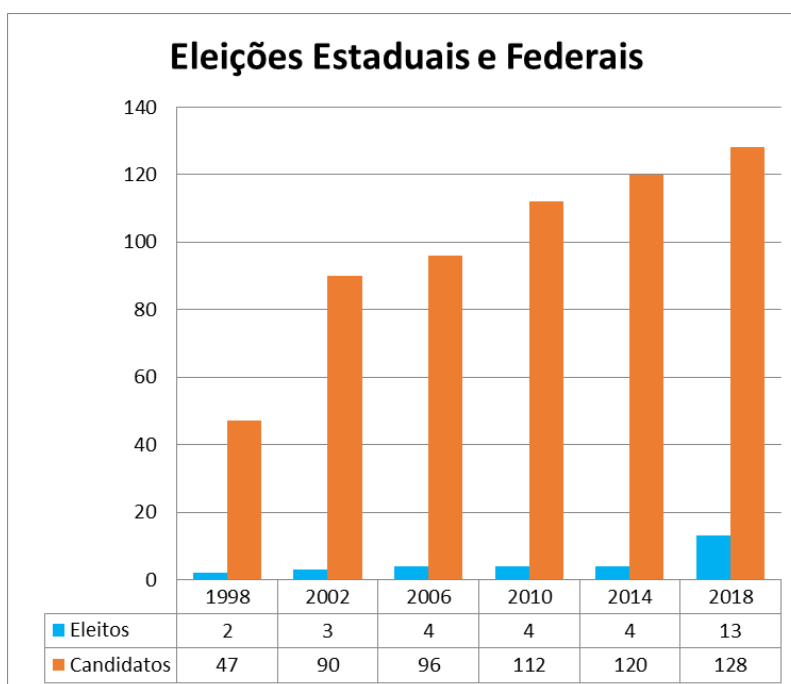
A pesquisa realizada foca no estado do Rio de Janeiro e nos policiais militares que se candidataram entre 1975 a 2018, contudo somente a partir de 1998 o TSE começa a disponibilizar os números do Estado.

Os dados do TSE representando a autodeclaração dos candidatos, além do fato que até a emenda constitucional n.º 15 de 1998 os militares estaduais e federais encontravam-se no mesmo artigo da constituição federal, o que levou o TSE a classificar todos como “militares em geral” (eleição de 1998), sendo que para tornar a

pesquisa mais crível foram cruzados os dados fornecidos pelo TSE com dados do sistema de pessoal da PMERJ.

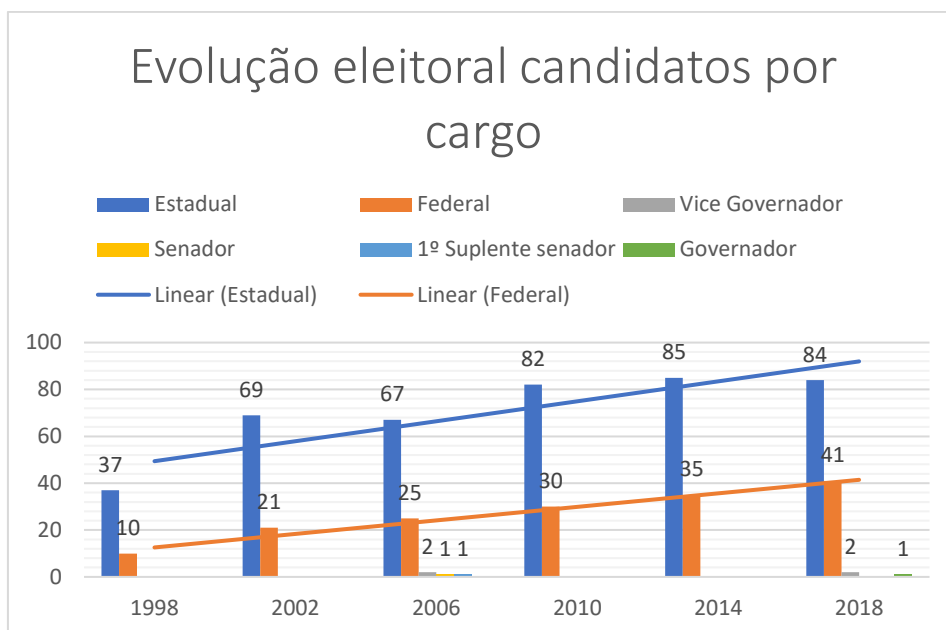
Comparando os dados do gráfico anterior com o a pesquisa realizada, verifica-se que dos 186 militares (PM, BM e FFAA), candidatos entre 1998 a 2014, 121 eram policiais militares do estado do RJ, dos quais 83 chegaram à suplência nesse período e 2 foram eleitos (1998 e 2002).

O estudo revela a candidatura para outros cargos Federais e Estaduais, sejam eles do executivo ou legislativo, revelando um sensível aumento nos números de policiais militares nos anos seguintes. Em 2018, ano em que o Rio de Janeiro se encontrava sobre intervenção federal (BRASIL, 2018), o estado tem um aumento no número de PM eleitos nas esferas estaduais e federais.



**Gráfico 4- Número absoluto de candidatos policiais militares do estado do Rio de Janeiro para os cargos Federais e Estaduais no Brasil, 1998-2018.**  
**Fonte: Autor com bases nos dados da PMERJ e TSE.**

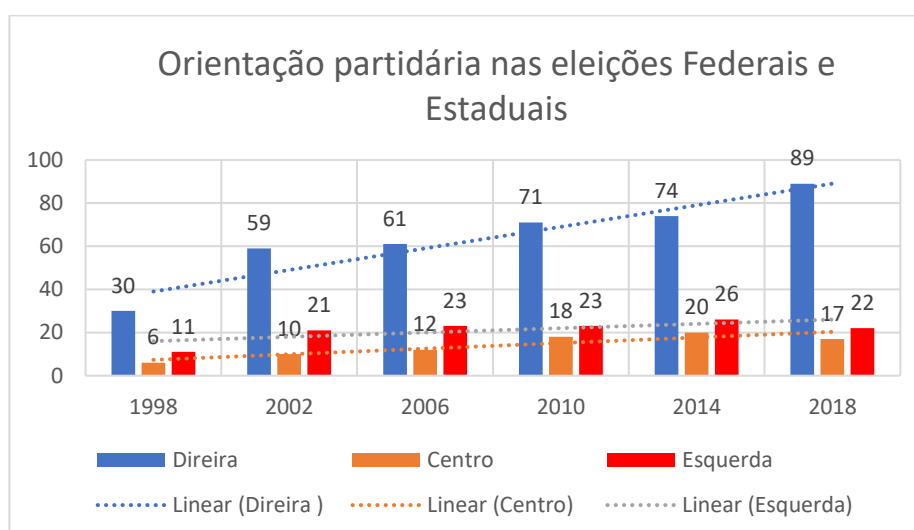
No gráfico a seguir os dados serão apresentados por cargo almejado, deixando os eleitos e suplentes que exerceram mandato para o próximo capítulo.



**Gráfico 5- Número absoluto de candidatos policiais militares do estado do Rio de Janeiro por cargo almejado, 1998-2018.**

**Fonte: Autor com bases nos dados da PMERJ e TSE.**

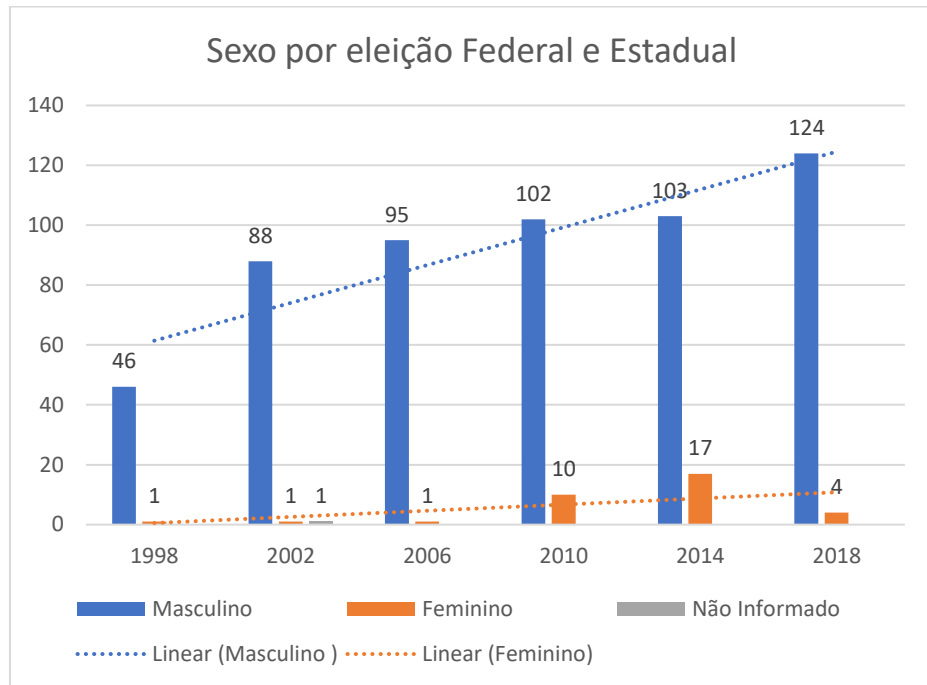
Para a avaliação partidária, quanto ao seu direcionamento político foi cruzado os dados do TSE com estudos sobre orientação partidária (ZUCCO; POWER, 2019; POWER; ZUCO, 2009). Observando-se orientações a direita e a esquerda, no entanto o centro foi unificado, ao descarta-se denominações de centro-direita e centro-esquerda, ficando exposto no gráfico 6 a orientação político partidária dos candidatos oriundos da PMERJ.



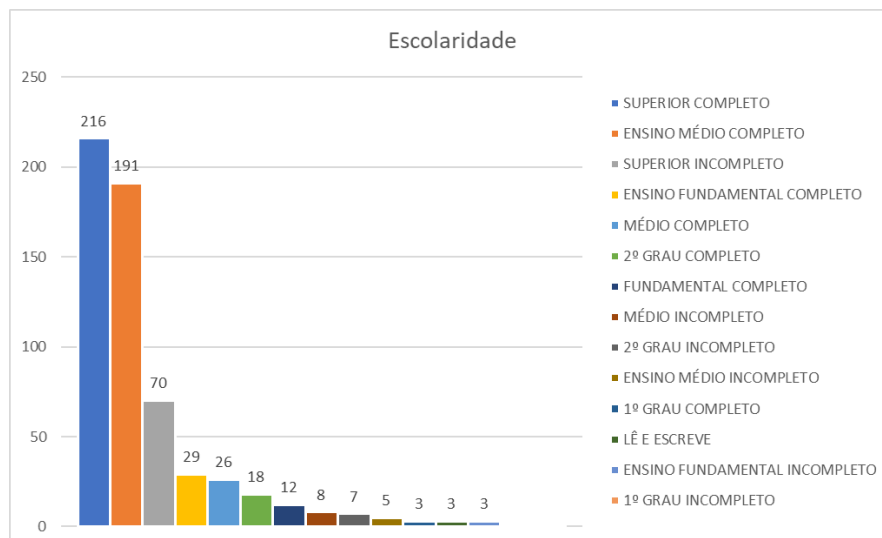
**Gráfico 6- Número absoluto de candidatos policiais militares do estado do Rio de Janeiro por orientação partidária nas eleições federais e estaduais, 1998-2018.**

**Fonte: Autor com bases nos dados da PMERJ, TSE e Zucco e Power (2019).**

Outro ponto importante está apresentado nos gráficos sobre sexo e o grau de instrução desses candidatos, conforme os gráficos a seguir:



**Gráfico 7- Número absoluto de candidatos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro por sexo nas eleições federais e estaduais, 1998-2018.**  
**Fonte: Autor com bases nos dados da PMERJ e TSE.**



**Gráfico 8- Número absoluto de candidatos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro por escolaridade nas eleições federais e estaduais, 1998-2018.**  
**Fonte: Autor com bases nos dados da PMERJ e TSE.**

Os cargos estaduais representam aproximadamente 72% dos cargos almeçados pelos Policiais Militares. Segundo Bertolla e Condato (2014), os integrantes das forças repressoras encontram na agenda de segurança um estímulo para sua candidatura, contudo, a matéria mais relacionada a segurança encontra-se nas mãos do legislativo e executivo federal, o que levaria a questionar os números para o legislativo e executivo estadual, uma vez que esses atuam em matérias de cunho administrativos, no que tange a segurança, apesar da segurança ser em quase sua totalidade responsabilidade dos Estados.

O aumento de candidaturas de agentes da segurança e forças armadas tem refletido a preocupação nacional com a área de segurança em todo país, reforçado pelo estudo realizado pelo fórum de segurança que analisou o viés político, cultural e religioso das tropas de segurança, em especial dos Estado do RJ, SP e DF (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

No tópico sobre policiais eleitos e sua atuação no legislativo estadual e federal serão apresentados dados que podem definir o foco de atuação desses parlamentares, bem como sua influência profissional nas suas decisões legislativas.

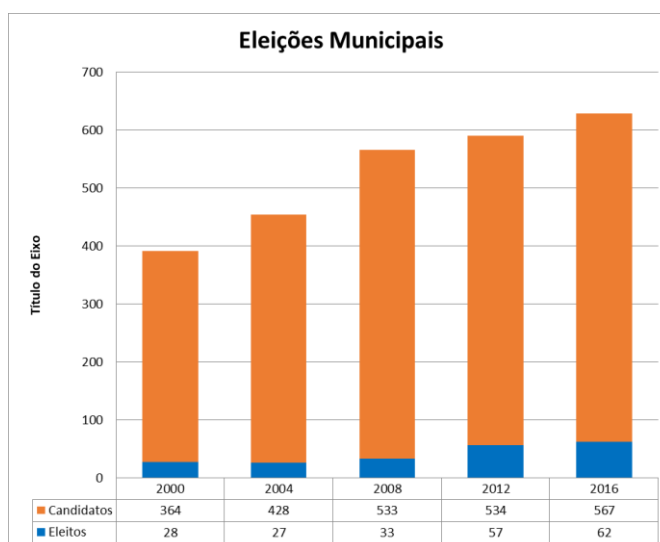
#### 4.2.2 Candidatos policiais militares para cargos políticos municipais.

A interação regional será importante para entender o cenário político federal e estadual, onde os números podem explicar esse aumento da candidatura de policiais militares. Os dados retirados do TSE e do SISPEs PMERJ para as eleições municipais visam demonstrar sua influência no cenário estadual e federal, uma vez que esse é o propósito do estudo.

Segundo Avelino Filho, Biderman e Barone (2011), baseando-se no TSE e relacionando as eleições municipais de 2008 com as eleições ao legislativo de 2010, observa-se a influência positiva da vitória de um prefeito para seu partido nas eleições proporcionais para deputado estadual e federal, conforme citação abaixo:

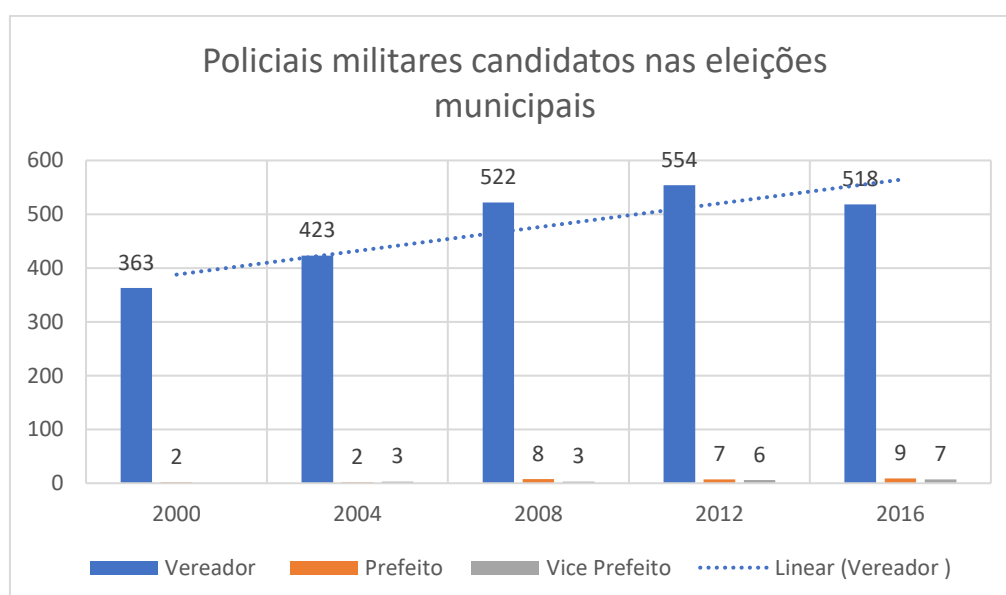
“Nossos resultados mostram evidências de um forte efeito reverso ‘coattail’ eleitoral, chamando a atenção para a importância das organizações partidárias municipais para entender os resultados das eleições legislativas estaduais. Os resultados mostram que o que está em jogo em uma eleição municipal que se aproxima não é apenas a eleição corrente. Também se está mirando nas proporcionais daqui a 2 anos.”

Nos dados retirados para esse estudo verifica-se a migração de policiais militares dos cargos de vereadores para deputados, como a de deputados para prefeitos. Os números apresentados demonstram a capilaridade e influência dos policiais militares nas eleições municipais e suas possíveis influências nas demais eleições.



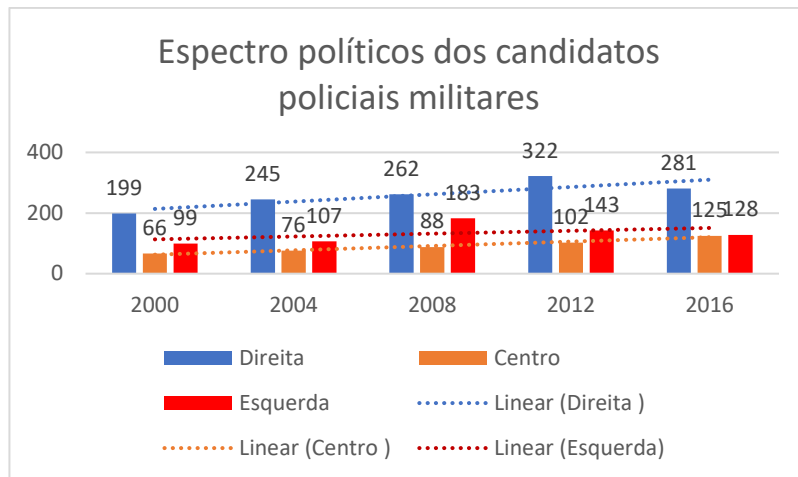
**Gráfico 9- Número absoluto de candidatos policiais militares do estado do Rio de Janeiro inscritos nas eleições municipais, 2000-2016.**

**Fonte: Autor com bases nos dados da PMERJ e TSE.**



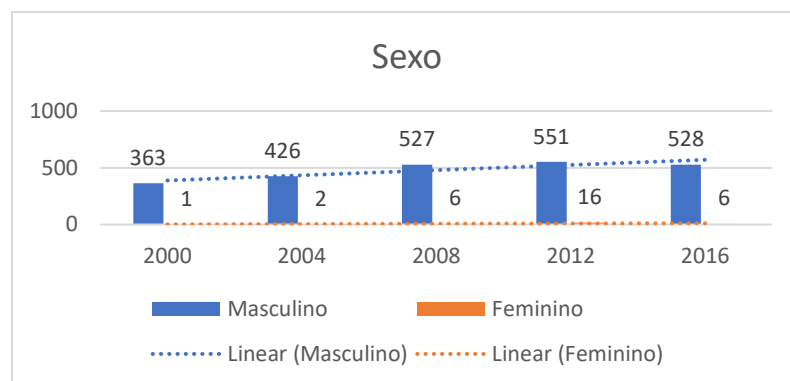
**Gráfico 10: Número absoluto de candidatos policiais militares do estado do Rio de Janeiro por cargo municipal almejado, 2000-2016.**

**Fonte: Autor com bases nos dados da PMERJ e TSE.**



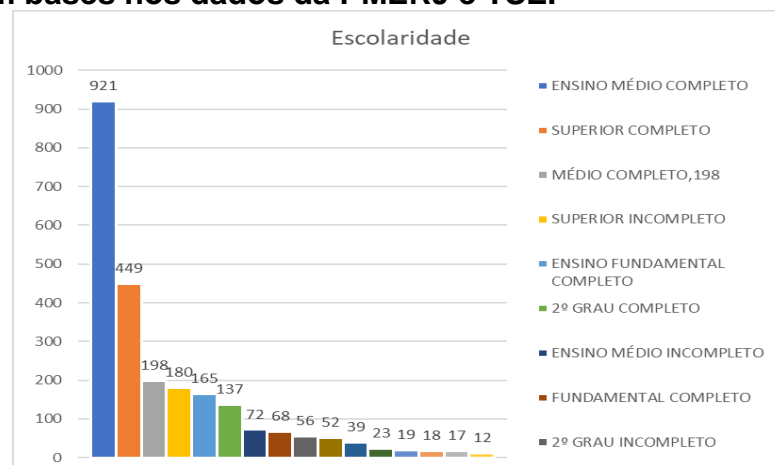
**Gráfico 11- Número absoluto de candidatos policiais militares do estado do Rio de Janeiro por orientação partidária nas eleições municipais, 2000-2016.**

Fonte: Autor com bases nos dados da PMERJ, TSE e Zucco e Power (2019).



**Gráfico 12- Número absoluto de candidatos policiais militares do estado do Rio de Janeiro por sexo nas eleições municipais, 2000-2016.**

Fonte: Autor com bases nos dados da PMERJ e TSE.



**Gráfico 13- Número absoluto de candidatos policiais militares do estado do Rio de Janeiro por escolaridade nas eleições municipais, 1998-2018.**

Fonte: Autor com bases nos dados da PMERJ e TSE.

As eleições municipais nas principais capitais brasileiras servem como termômetro nos pleitos estaduais e nacionais que as sucedem. Contudo, não permitem antecipar resultados nas eleições que possuem cargos majoritários, como de presidentes, governadores e senadores (COUTO; ABRUCIO; TEIXEIRA, 2013). As eleições municipais ajudam e influenciam às eleições proporcionais, mas não ajudam à categoria no que tange aos cargos majoritários.

O estudo revela as interações dos policiais militares na política fluminense, utilizando a segurança como forma de atrair a atenção dos eleitores. No entanto, uma análise mais profunda do sistema de segurança pode trazer um informações que podem elucidar a intensificação desse fenômeno no estado do RJ.

#### 4.2.3 Forças Armadas e demais Forças de Segurança

A segurança pública como alavancadora de votos no Brasil já vem sendo estudada; o estudo de forma regional até o presente momento vem se mostrando como único no país. Porém, como falar de segurança, sem ampliar a pesquisa, para outras forças que lidam diretamente com a segurança e as forças armadas, que seja como secretário de estado ou por força da garantia da lei e da ordem atuam também nessa área?

Os policiais militares são responsáveis pelo policiamento ostensivo e compõe as instituições previstas no artigo 144 da CRFB/1988 <sup>4</sup>. Contudo, no estado do Rio de Janeiro os militares das Forças Armadas<sup>5</sup> (artigo 142 CRFB/88) também atuam, quando solicitados, em apoio à segurança do estado, por força da Lei complementar n.º 97/1999<sup>6</sup> (Garantia da Lei e da Ordem - GLO) seja assumindo o cargo de Secretário de Segurança.

Segundo o G1 (2015), as forças armadas entendem que não são treinadas para o policiamento ostensivo, o que torna a missão mais dura. Outras autoridades civis e

---

<sup>4</sup> Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - Polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares; VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.

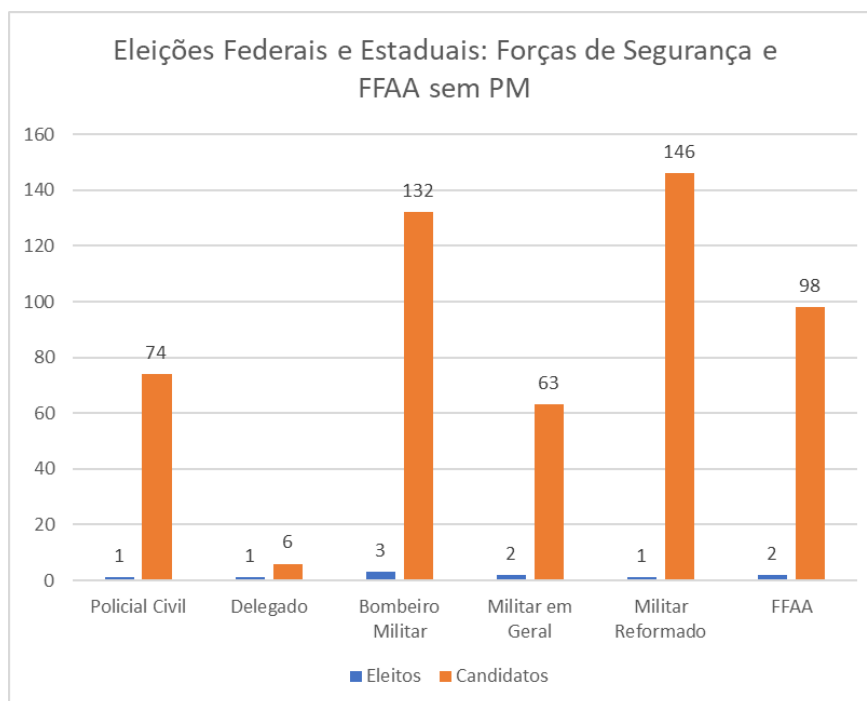
<sup>5</sup> Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

<sup>6</sup> LEI COMPLEMENTAR Nº 97 DE 09 DE JUNHO DE 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.



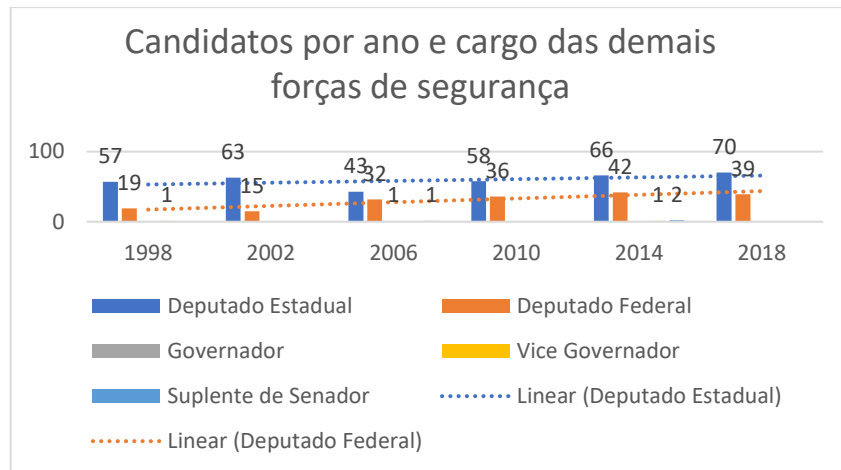
militares reforçam que os militares não são treinados para o policiamento ostensivo, porém, o estado do RJ é o estado que mais utilizou militares no comando da segurança, segundo os dados apresentados no capítulo anterior. Este dilema vivido pelo General Cerqueira, secretário de segurança pública no estado, que fez grandes alterações no regime de promoções da PMERJ, chegando a ferir pilares dos militares como a hierarquia e a disciplina ao promover por bravura e diminuir o lapso de tempo entre as promoções, ficando conhecido na época como “gratificação faroeste”, foi criticado por setores da sociedade civil e pela própria PMERJ (MUSUMECI; MUNIZ, 2000). Esse fato reforça o uso das polícias e da segurança com viés político e eleitoreiro.

As forças previstas no artigo 142 e 144 da CRFB/88, excetuando-se a polícia militar, foram responsáveis por 519 candidatos entre as eleições federais e estaduais de 2002 a 2018, número inferior ao de 593 PM que disputaram as mesmas vagas. No cenário municipal o quadro se repete, as demais forças possuem um número de 1295 candidatos, contra 2526 candidatos da PM. Eleitos nas eleições federais e estaduais chegaram a 10 contra 30 da PM e nas eleições municipais 78 contra 207 da PM.

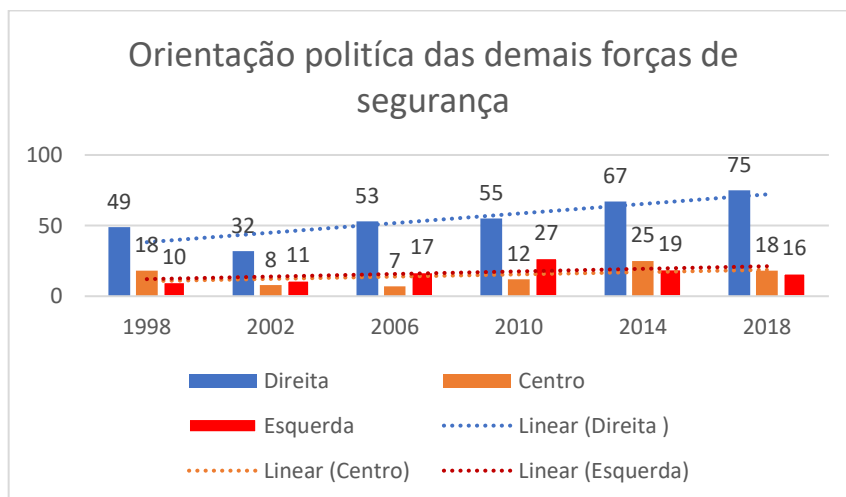


**Gráfico 14- Número absoluto de candidatos e cargos almejados por profissionais das forças de Segurança Pública e Forças Armadas excetuando-se os da PM nas eleições federais e estaduais no estado do Rio de Janeiro, 1998-2018.**

**Fonte:** Autor com bases nos dados do TSE.

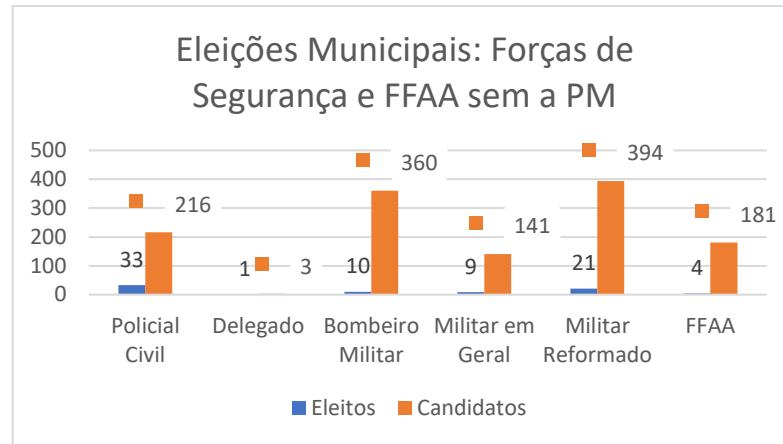


**Gráfico 15: Candidatos por ano e cargo das demais forças de segurança**  
**Fonte: Autor com bases nos dados do TSE.**



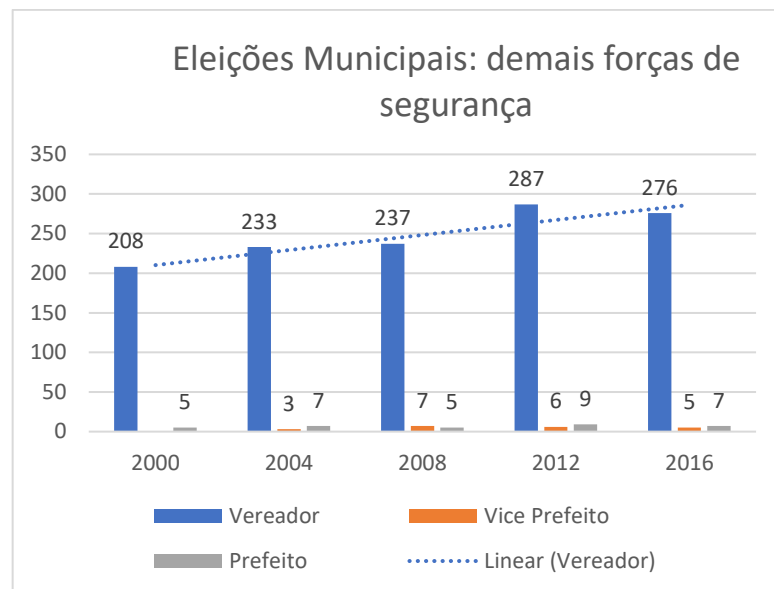
**Gráfico 16 - Orientação política dos candidatos das demais forças de Segurança Pública e Forças Armadas (exceto policiais militares) nas Eleições Federais e Estaduais no estado do Rio de Janeiro, 1998-2018.**

**Fonte: Autor com bases nos dados da PMERJ, TSE e Zucco e Power (2019).**



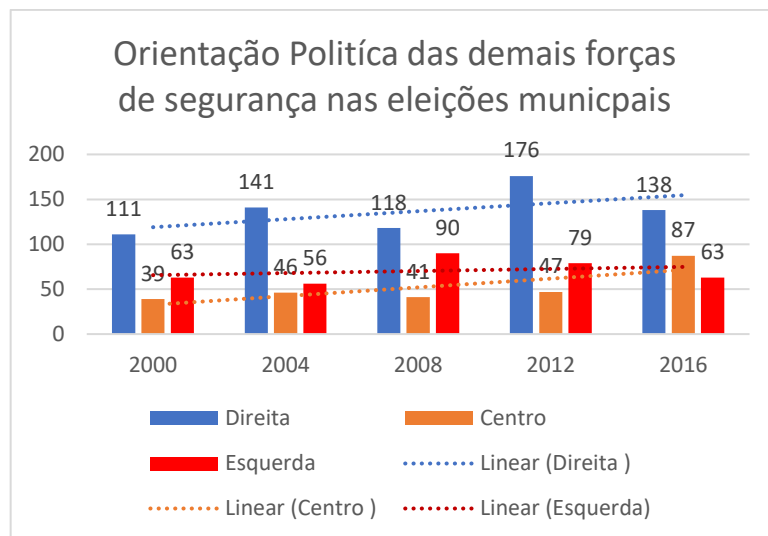
**Gráfico 17- Número absoluto de candidatos das forças de Segurança Pública e Forças Armadas excetuando-se os da PM nas eleições municipais no estado do Rio de Janeiro (2000-2016).**

Fonte: Autor com bases nos dados do TSE.



**Gráfico 18: Eleições municipais: demais forças de segurança**

Fonte: Autor com bases nos dados do TSE.



**Gráfico 19- Orientação política dos candidatos das demais forças de Segurança Pública e Forças Armadas (exceto policiais militares) nas eleições municipais no estado do Rio de Janeiro, 2000-2016.**

**Fonte: Autor com bases nos dados da PMERJ, TSE e Zucco e Power (2019).**

Cabe ressaltar que se trata de autodeclaração, como exemplo verifica-se o deputado federal Antônio Furtado e a deputada estadual Martha Rocha que se declaram funcionários públicos, além do ex-deputado estadual Álvaro Lins, que se elegeu como delegado de polícia (ex-chefe de Polícia Civil no governo Rosinha e Garotinho), mas por ser ex-PM foi classificado pelo sistema como PM.

O tópico abaixo apresentará dados acerca de projetos de lei, emendas orçamentárias e participações em comissões, com intuito de verificar se a experiência profissional reflete no trabalho legislativo do parlamentar.

#### 4.3 LEGISLATIVO FEDERAL E ESTADUAL

Segundo Bertolla e Condato (2014), a agenda da segurança tem se tornado um tema comum nas eleições, atraindo mais candidatos policiais e militares, por esses possuírem um conhecimento específico sobre o assunto, além de defenderem temas relacionados.

#### 4.3.1 Deputados Federais

Consultas realizadas junto ao TSE revelam a presença de sete policiais eleitos e um suplente para o cargo de deputado federal do estado do Rio de Janeiro. Baseando-se no estudo de Bertolla e Condato (2014), foram analisados os temas dos projetos de lei, projetos de lei relatados, principais comissões e emendas ao orçamento de cada policial que exerceu cargo eletivo na câmara dos deputados.

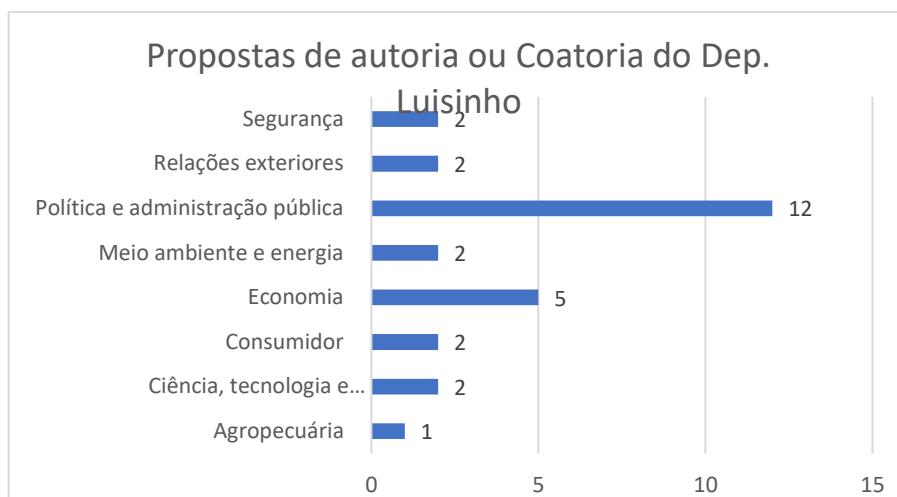
Cabe ressaltar que as emendas ao orçamento possuem pesquisa iniciando-se em 2002, restringindo a pesquisa nesse campo, além do fato de deputados eleitos em 2018 possuírem pouco mais de um ano de exercício do mandato, agravado pelo isolamento e pela Pandemia vivida em 2020.

Análise dos mandatos e dos currículos apresentados pelos deputados federais (PM) eleitos, segundo o site câmara dos deputados:

Nas eleições de 1998 verificou-se a eleição do soldado policial militar Luís Eduardo Almeida de Oliveira. Definido profissionalmente como outros, reconhecido como policial militar ao comparar o CPF com o SISPES da PMERJ, no entanto o site da câmara revela seu vínculo institucional com a corporação. Segundo Distrito Federal (2003), as informações seguem abaixo:

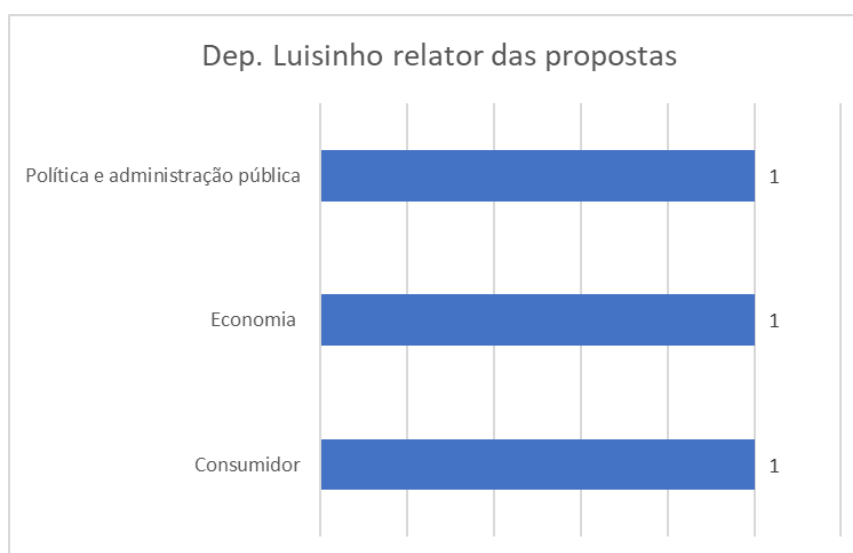
- 51ª Legislatura (1999 a 2003) – Câmara dos Deputados:
- Deputado Federal Luisinho: Luís Eduardo Almeida de Oliveira (Soldado PM da reserva remunerada).
- Atividades Profissionais e Cargos Públicos:  
Gerente, Loja de Auto Peças, Belford Roxo, RJ; Gerente, Locadora de Vídeos, Belford Roxo, RJ; Policial Militar, RJ.

Na pesquisa referente a projetos de lei não houve uma significativa representação do parlamentar em relação ao número de projetos de lei e de relatorias de projetos de lei na área de segurança, conforme expostas no gráfico abaixo (DISTRITO FEDERAL, 2003).



**Gráfico 20- Propostas de autoria e coautoria do ex-deputado Luisinho, oriundo da polícia militar do estado do Rio de Janeiro, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 1999-2003.**

**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**



**Gráfico 21- Propostas relatadas pelo ex-deputado Luisinho, oriundo da polícia militar do estado do Rio de Janeiro, divididas por assuntos pelo site da Câmara dos Deputados, 1999-2003.**

**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**

Nas atividades do parlamentar vale ressaltar sua atuação nas seguintes comissões:

- COMISSÕES PERMANENTES:

Constituição e Justiça e de Redação: Suplente;

Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado: Suplente.

- COMISSÕES ESPECIAIS:

Combate à Violência;

PEC nº 151/95, Segurança Pública.

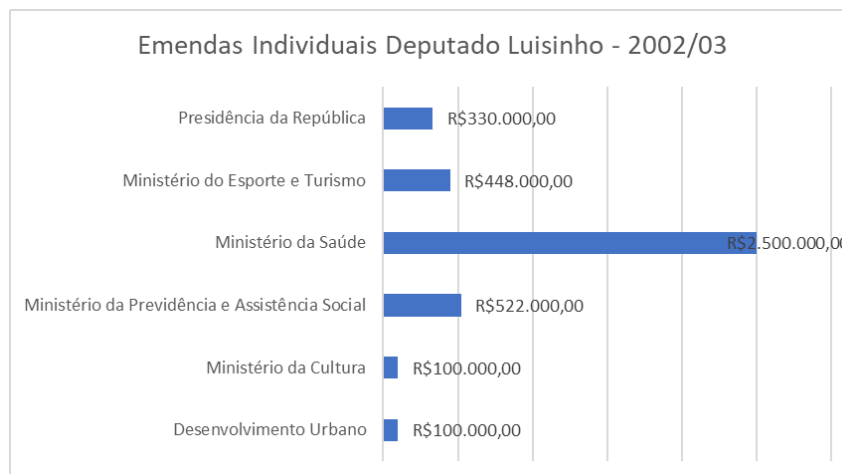
- CPI

Tráfico de Animais e Plantas.

- COMISSÕES EXTERNAS:

Apurar Denúncias em São Gonçalo.

No orçamento verifica-se que o parlamentar não utilizou as emendas parlamentares para reforçar a segurança em seu estado, prevista no parágrafo 9º do artigo 166 (BRASIL, 1988), conforme gráfico abaixo:



**Gráfico 22- Emendas orçamentárias propostas pelo ex-Deputado Luisinho destacando-se os valores e as pastas destinadas pelo parlamentar.**

**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**

Em 2002 o ex-secretário de estado de segurança pública e coronel PM Josias Quintal de Oliveira se elegeu Deputado Federal, auto declarando-se policial militar no TSE, ficando constatado no site da Câmara sua carreira na área de segurança no estado do RJ (DISTRITO FEDERAL, 2007).

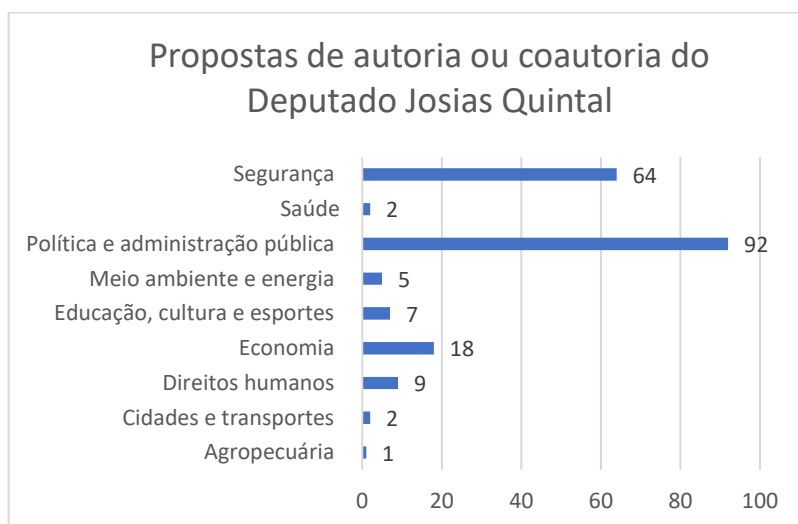
52º Legislatura (2003 a 2007) – Câmara dos Deputados:

Deputado Federal Josias Quintal: Josias Quintal de Oliveira (Coronel PM da reserva remunerada).

Atividades Profissionais e Cargos Públicos:

Comandante, 2ª CIPM, PMERJ, Queimados, RJ; Comandante da 1ª CIPM, PMERJ, Cabo Frio, RJ; Ajudante de Ordens do Governador do Estado do Rio de Janeiro; Assessor Técnico do Gabinete Militar do Governo do Estado do Rio de Janeiro; Comandante do 19º BPM, PMERJ, Copacabana, RJ; Comandante do CER, PMERJ, Niterói, RJ; Comandante do 8º BPM, PMERJ, Campos, RJ; Comandante da Guarda Municipal, Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, Campos, RJ; Diretor Presidente da EMUP, Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, Campos, RJ; Secretário de Estado Chefe do Gabinete Militar, Governo do Estado do Rio de Janeiro; Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, 1999-2002 e 2003.

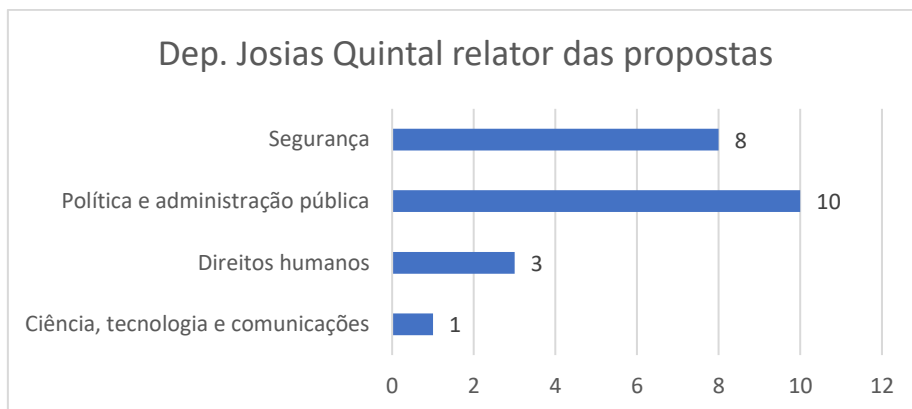
O forte apelo pela segurança pode ser verificado pelo número de proposta na área de segurança, seja como autor coautor ou relator (DISTRITO FEDERAL, 2007).



**Gráfico 23- Propostas de autoria e coautoria do ex-deputado Josias Quintal, oriundo da polícia militar do estado do Rio de Janeiro, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2003-2007.**

**Fonte:** Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.





**Gráfico 24- Propostas relatadas pelo ex-deputado Josias Quintal, oriundo da polícia militar do estado do Rio de Janeiro, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2003-2007.**

**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**

Nas atividades do parlamentar vale ressaltar sua atuação nas seguintes comissões:

**- COMISSÕES PERMANENTES:**

Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

**- COMISSÕES ESPECIAIS:**

PEC nº 215/03, Acumulação de Cargos para Militares.

**- COMISSÕES EXTERNAS:**

Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro.

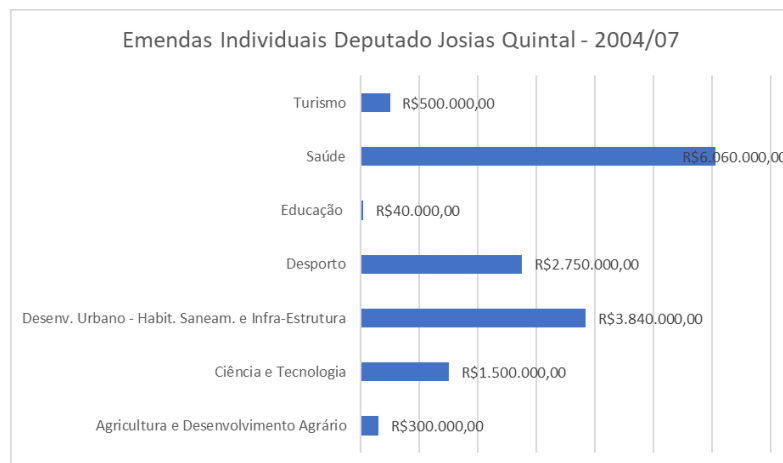
**- CPI:**

Extermínio no Nordeste.

Pirataria de Produtos Industrializados.

Tráfico de Armas.

No orçamento verifica-se que o parlamentar não utilizou as emendas parlamentares para reforçar a segurança em seu estado, prevista no parágrafo 9º do artigo 166 (BRASIL, 1988), conforme gráfico abaixo:



**Gráfico 25- Emendas orçamentárias propostas pelo ex-deputado Josias Quintal, destacando-se os valores e as pastas destinadas pelo parlamentar.**

**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**

Candidato em 2014, o soldado PM Marcelo Jandre Delaroli assumiu e foi efetivado no mandato de deputado federal em virtude da renúncia do titular, declarando-se profissional de odontologia no TSE e na Câmara, conforme informações do site da Câmara baixo (DISTRITO FEDERAL, 2019):

55ª Legislatura (2015-2019) – Câmara dos Deputados.

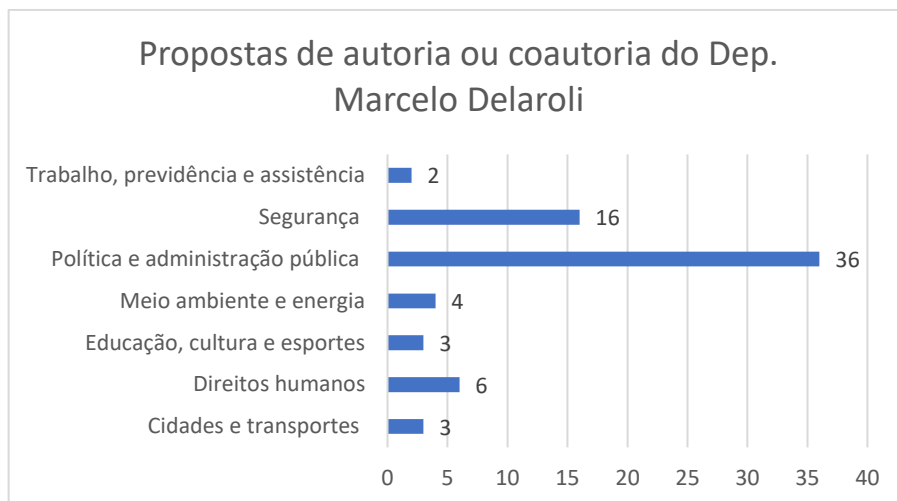
Deputado Federal Marcelo Delaroli - Marcelo Jandre Delaroli (Soldado PM inativo).

Atividades Profissionais e Cargos Públicos:

Suplências e Efetivações:

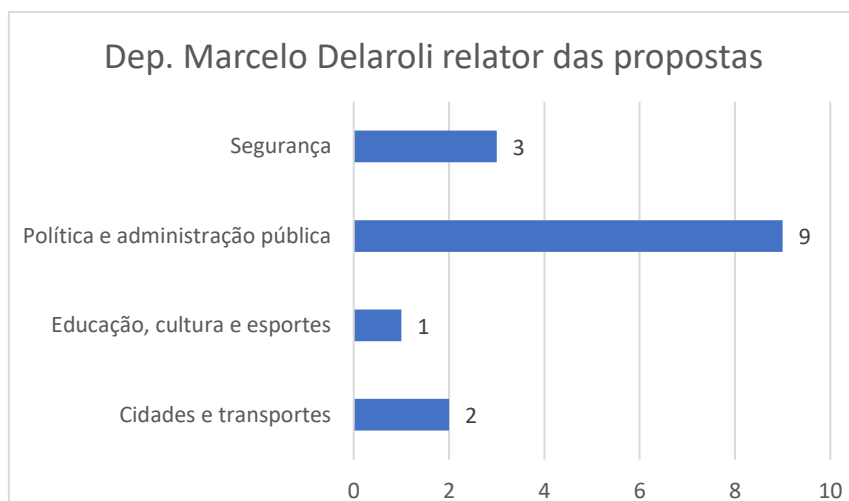
Assumiu e foi efetivado no mandato de Deputado Federal, na Legislatura 2015-2019, em 2 de janeiro de 2017, em virtude da renúncia do Titular.

Apesar na segurança não ser uma prioridade profissional em seu currículo, pode ser verificado pelo número de proposta na área de segurança, seja como autor coautor ou relator (DISTRITO FEDERAL, 2019).



**Gráfico 26- Propostas de autoria e coautoria do ex-deputado Marcelo Delaroli, oriundo da polícia militar do estado do Rio de Janeiro, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2015-2019.**

**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**



**Gráfico 27- Propostas relatadas pelo ex-deputado Marcelo Delaroli, oriundo da polícia militar do estado do Rio de Janeiro, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2015-2019.**

**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**

Nas atividades do parlamentar vale ressaltar sua atuação nas seguintes comissões:

- COMISSÃO PERMANENTE:

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO;

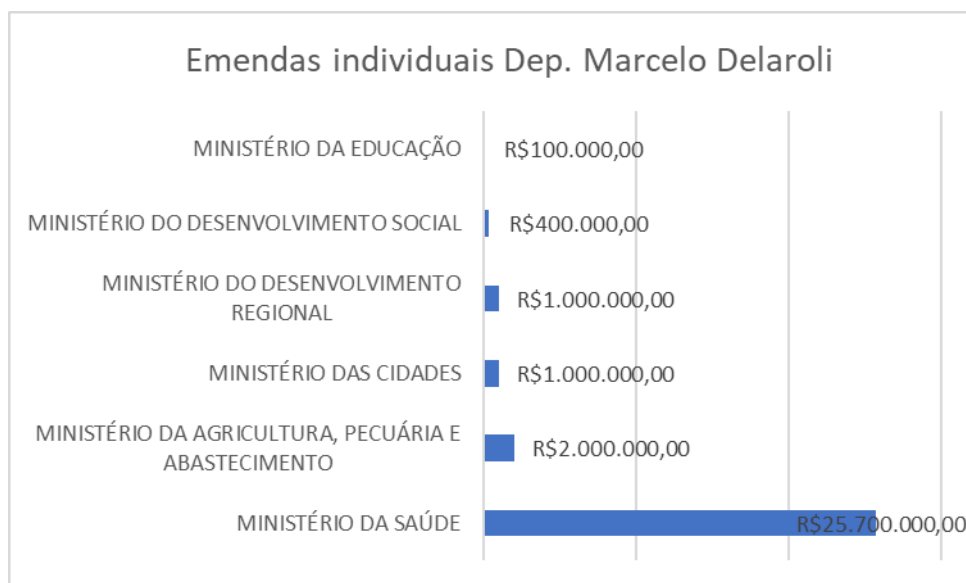
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC.

- COMISSÃO ESPECIAL:

PL 8045/10 - CÓDIGO DE PROCESSO PENAL;

## AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA MORTOS EM SERVIÇO; INTERVENÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO.

No orçamento verifica-se que o parlamentar não utilizou as emendas parlamentares para reforçar a segurança em seu estado, prevista no parágrafo 9º do artigo 166 (BRASIL, 1988), conforme gráfico abaixo:



**Gráfico 28- Emendas orçamentárias propostas pelo ex-deputado Marcelo Delaroli, destacando-se os valores e as pastas destinadas pelo parlamentar.**  
**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**

Recentemente nas Eleições de 2018, onde o RJ encontra-se sob intervenção federal na segurança pública do estado, observou-se um crescimento na candidatura de parlamentares policiais militares.

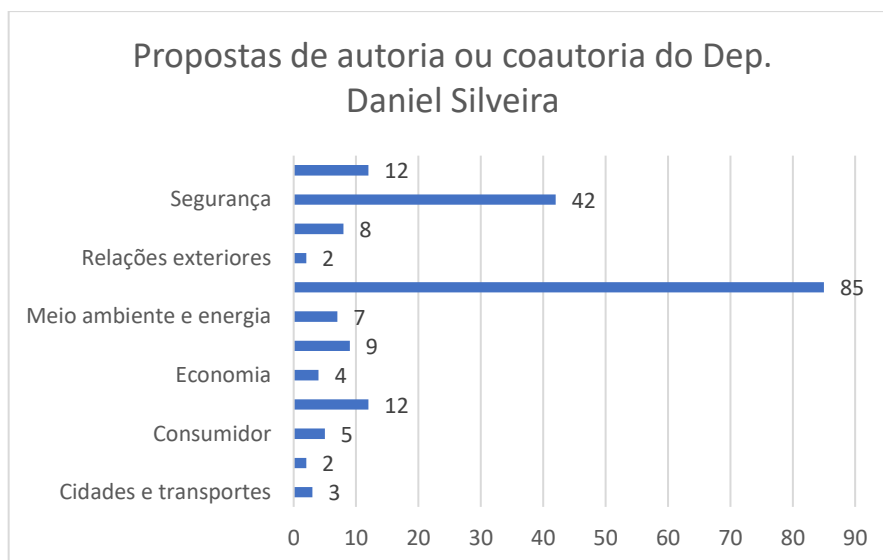
Eleito em 2018 o soldado PM Daniel Lúcio da Silveira, declarado policial militar no TSE e a Câmara conforme dados abaixo (DISTRITO FEDERAL, 2020):  
56º Legislatura (2019-2023) – Câmara dos Deputados.

Deputado Federal Daniel Silveira: Daniel Lucio da Silveira (Soldado PM Licenciado)

Atividades Profissionais e Cargos Públicos:

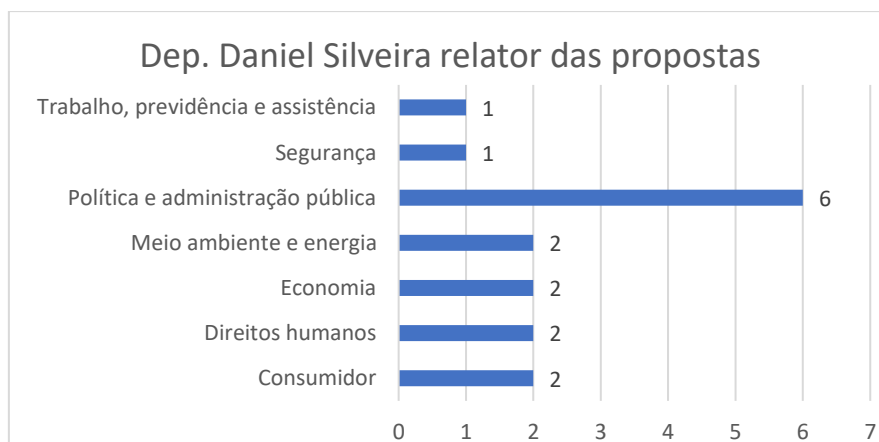
Policial Militar, PMERJ, Petrópolis, RJ, 2012 - 2018.

O currículo na área de segurança pode ser verificado pelo número de proposta na área de segurança, seja como autor coautor ou relator (DISTRITO FEDERAL, 2020).



**Gráfico 29- Propostas de autoria e coautoria do deputado Daniel Silveira, oriundo da polícia militar do estado do Rio de Janeiro, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2019-2020.**

**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**



**Gráfico 30- Propostas relatadas pelo deputado Daniel Silveira, oriundo da polícia militar do estado do Rio de Janeiro, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2019-2020.**

**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**

Nas atividades do parlamentar destaca-se sua atuação nas seguintes comissões:

- COMISSÃO PERMANENTE:

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO.

- COMISSÃO ESPECIAL:

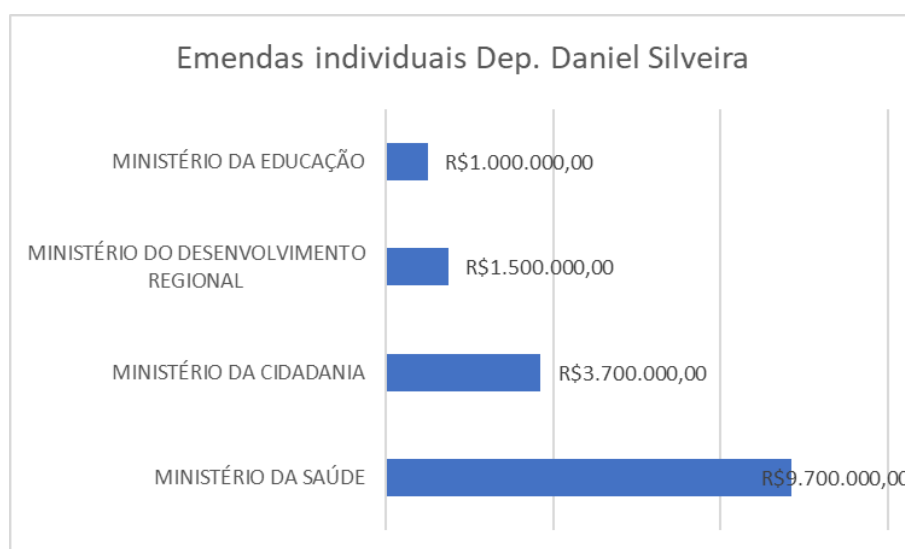
Comissão especial da reforma da previdência;

Comissão especial do código de trânsito brasileiro.

Comissão Especial Sobre Competência Legal Para Investigação Policial: Suplente, 10/10/2019; COMISSÃO ESPECIAL DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: Suplente, 16/10/2019 - 04/11/2019;

Comissão Especial Sobre Proteção Social Dos Militares: Titular, 13/08/2019 - 13/08/2019.

No orçamento verifica-se que o parlamentar não utilizou as emendas parlamentares para reforçar a segurança em seu estado, prevista no parágrafo 9º do artigo 166 (BRASIL, 1988), conforme gráfico abaixo:



**Gráfico 31- Emendas orçamentárias propostas pelo deputado Daniel Silveira, destacando-se os valores e as pastas destinadas pelo parlamentar.**

**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**

Nas últimas eleições o Sargento PM João Carlos Soares Gurgel foi eleito para o mandato de deputado federal. Declarando seu vínculo com a PM junto ao TSE e a Câmara, conforme informações retiradas do site da Câmara (DISTRITO FEDERAL, 2020).

56ª Legislatura (2019-2023) – Câmara dos Deputados.

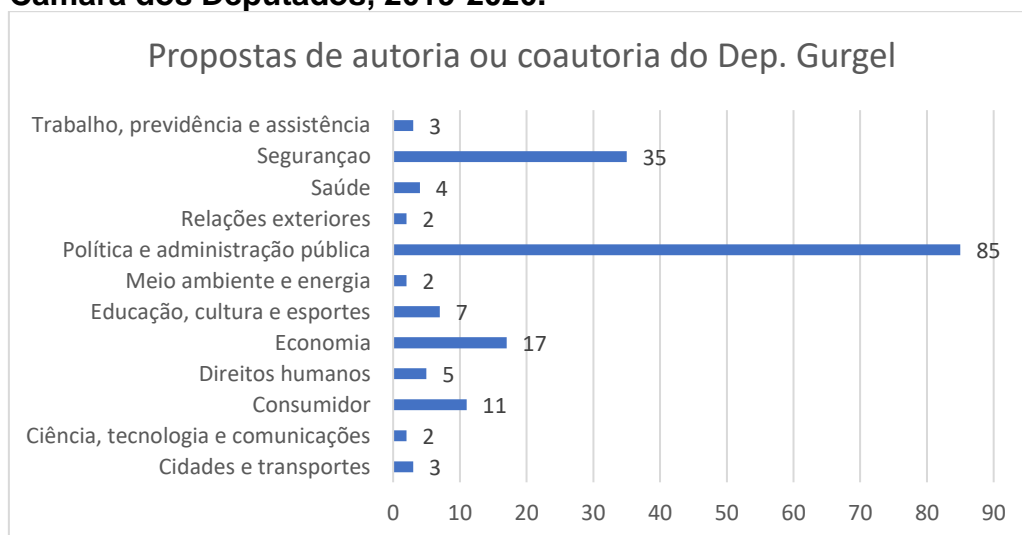
Deputado Federal Gurgel – João Carlos Soares Gurgel (3º Sargento PM Reformado)

Atividades Profissionais e Cargos Públicos:

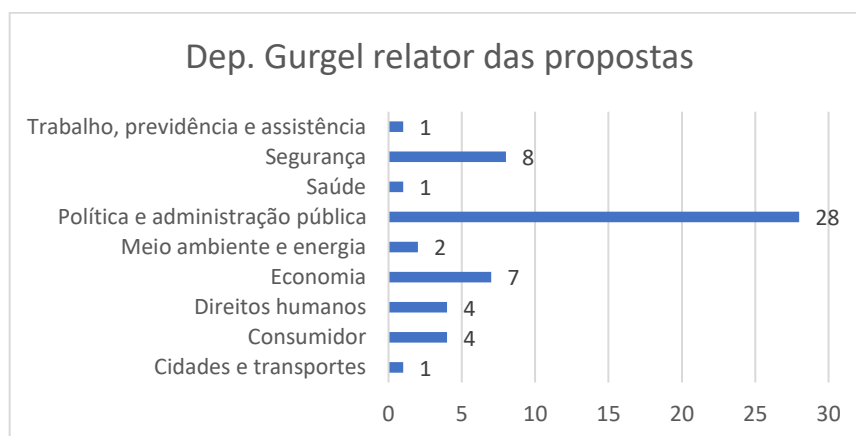
Policial Militar, Polícia Militar, Rio de Janeiro, RJ, 2002.

O currículo na área de segurança pode ser verificado pelo número de proposta na área de segurança, seja como autor coautor ou relator (DISTRITO FEDERAL, 2020).

**Gráfico 32- Propostas de autoria e coautoria do deputado Gurgel, oriundo da polícia militar do estado do Rio de Janeiro, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2019-2020.**



Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.



**Gráfico 33- Propostas relatadas pelo deputado Gurgel, oriundo da polícia militar do estado do Rio de Janeiro, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2019-2020.**

Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.

Nas atividades do parlamentar destaca-se sua atuação nas seguintes comissões:

- COMISSÃO PERMANENTE:

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC;

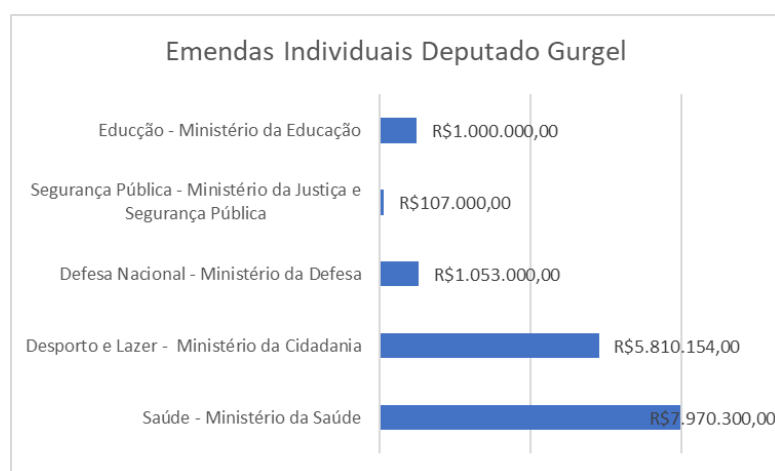
Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO.

- COMISSÃO ESPECIAL:

Comissão Especial do Código de Processo Penal: Suplente, 09/07/2019;

Comissão Especial Sobre Proteção Social dos Militares: Suplente, 15/08/2019 - 09/10/2019, 22/10/2019;

No orçamento verifica-se que o parlamentar utilizou menos de 1% do valor referente as emendas parlamentares para reforçar a segurança em seu estado, prevista no parágrafo 9º do artigo 166 (BRASIL, 1988), conforme gráfico abaixo:



**Gráfico 34- Emendas orçamentárias propostas pelo deputado Gurgel, destacando-se os valores e as pastas destinadas pelo parlamentar.**

**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**

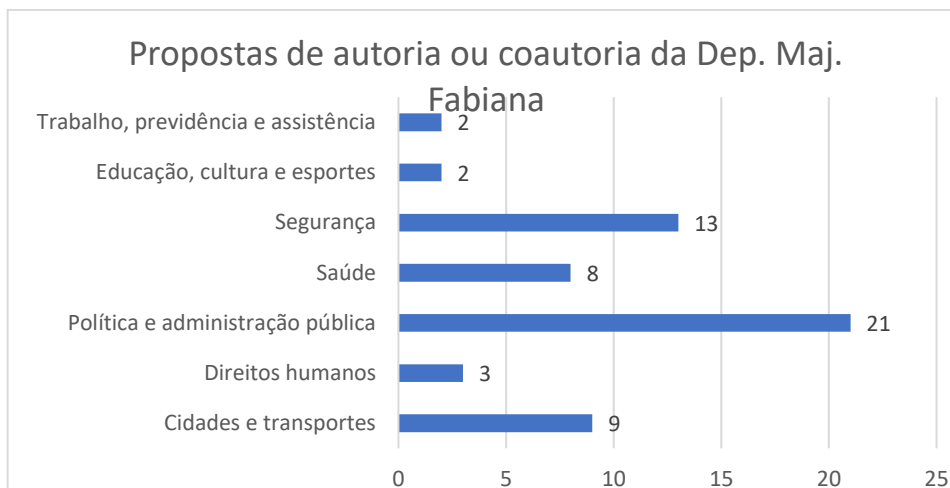
A Major PM Fabiana Silva de Souza foi eleita em 2018 para o mandato de Deputada Federal, tendo declarado a ocupação de policial militar no TSE, sem referência à ocupação na Câmara dos Deputados, apesar de utilizar o posto de Major Fabiana como nome político, conforme informações abaixo (DISTRITO FEDERAL, 2020):

56ª Legislatura (2019-2023) – Câmara dos Deputados.

Deputada Federal Major Fabiana: Fabiana Silva de Souza (Major PM reserva remunerada).

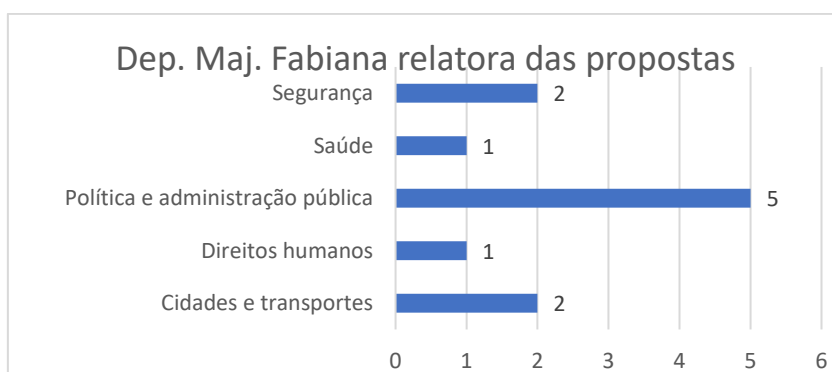
O currículo na área de segurança pode ser verificado pelo número de propostas na área de segurança, seja como autor coautor ou relator (DISTRITO FEDERAL, 2020).





**Gráfico 35- Propostas de autoria e coautoria da deputada Major Fabiana, oriundo da polícia militar do estado do Rio de Janeiro, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2019-2020.**

**Fonte:** Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.



**Gráfico 36- Propostas relatadas pela deputada Major Fabiana, oriundo da polícia militar do estado do Rio de Janeiro, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2019-2020.**

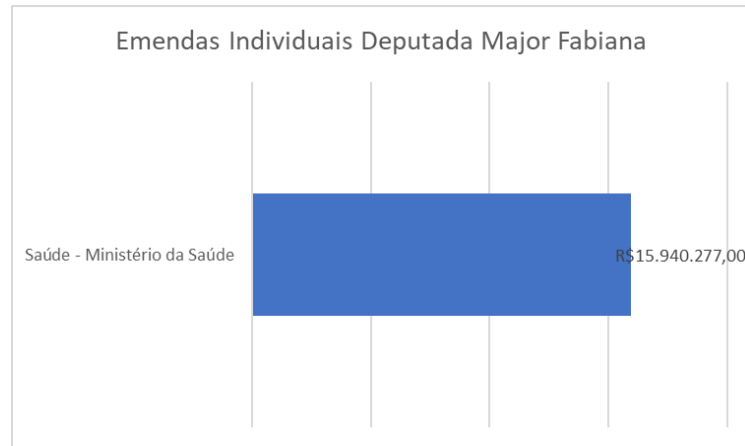
**Fonte:** Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.

Nas atividades do parlamentar destaca-se sua atuação nas seguintes comissões:

COMISSÃO PERMANENTE:

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO.

No orçamento verifica-se que o parlamentar não utilizou as emendas parlamentares para reforçar a segurança em seu estado, prevista no parágrafo 9º do artigo 166 (BRASIL, 1988), conforme gráfico abaixo:



**Gráfico 37- Emendas orçamentárias propostas pela deputada Major Fabiana, destacando-se os valores e as pastas destinadas pelo parlamentar.**  
**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**

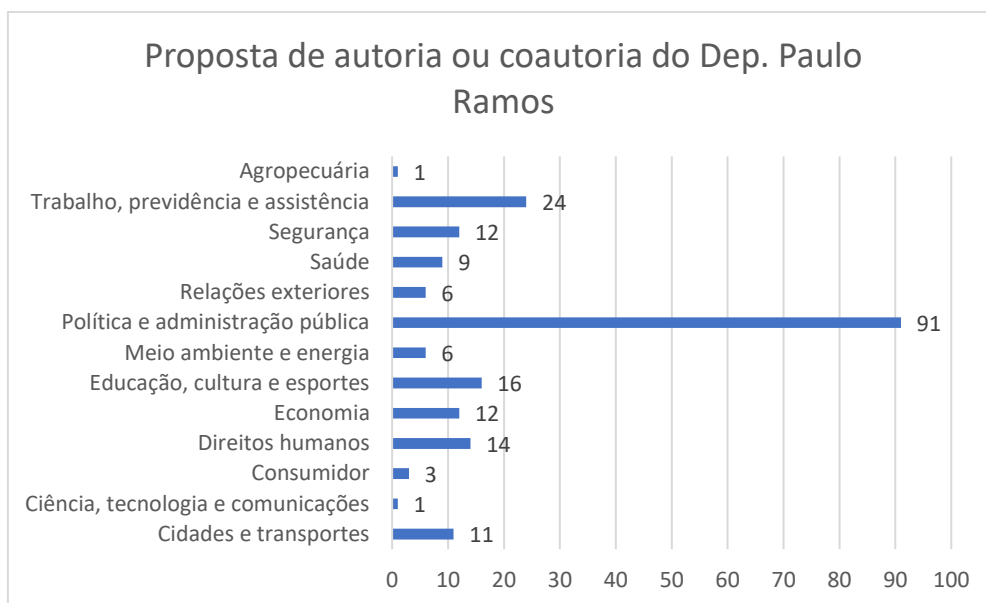
O deputado Paulo Ramos foi Major da PM, sendo segundo a pesquisa o parlamentar de origem policial militar mais antigo, participando inclusive da elaboração da constituição de 1988, constando menção ao seu currículo profissional no site da Câmara, conforme verifica-se abaixo (DISTRITO FEDERAOL, 2020):

Deputado Federal Paulo Ramos – Paulo Sergio Ramos Barboza (Major PM Inativo)  
 Deputado Federal - (Constituinte), 1987-1991, RJ, PMDB; Deputado(a) Federal - 1991-1995, RJ, PDT; Deputado(a) Federal - 2019-2023, RJ, PDT.

Estudos e Cursos Diversos:

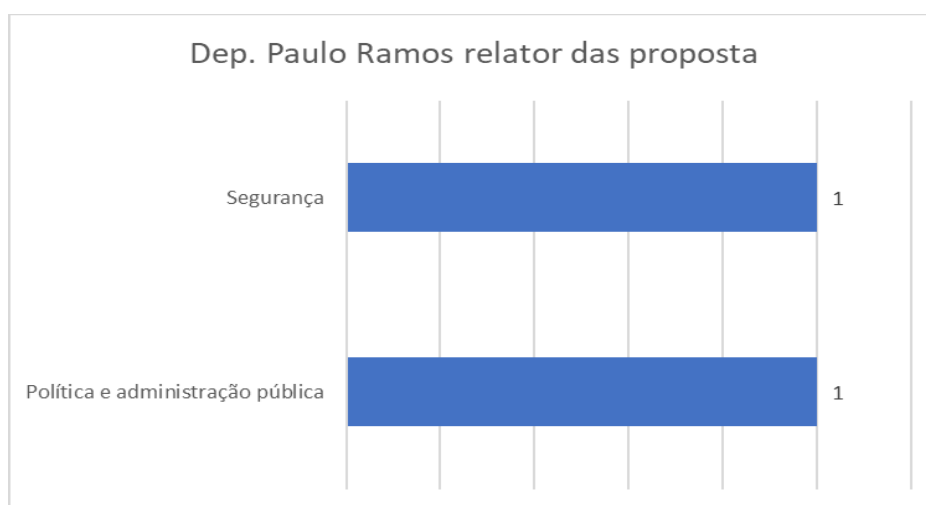
Curso de Formação de Oficiais, Escola de Formação da Polícia Militar, Rio de Janeiro, RJ, 1963-1965.

O currículo na área de segurança não reflete uma expressiva autoria, coautoria e relatoria de projetos de lei na área de segurança (DISTRITO FEDERAL, 2020).



**Gráfico 38- Propostas de autoria e coautoria do deputado Paulo Ramos, oriundo da polícia militar do estado do Rio de Janeiro, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2019-2020.**

Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.



**Gráfico 39- Propostas relatadas pelo deputado Paulo Ramos, oriundo da polícia militar do estado do Rio de Janeiro, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2019-2020.**

Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.

Nas atividades do parlamentar destaca-se sua atuação nas seguintes comissões:

Legislatura Atual:

- COMISSÃO PERMANENTE:

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO.

- COMISSÃO ESPECIAL:

Comissão especial da reforma da previdência;

Comissão especial sobre proteção social dos militares;

Comissão especial sobre competência legal para investigação policial;

Comissão especial da reforma da previdência;

Comissão especial do código de processo penal;

Comissão especial sobre prisão em 2ª instância.

Outras Legislaturas:

- COMISSÕES PERMANENTES:

Comissão de Defesa Nacional;

Comissão de Constituição e Justiça e de Redação;

- COMISSÕES ESPECIAIS:

Comissão Especial Externa - Desaparecidos políticos pós 1964: Titular, 1991;

Comissão Especial PEC nº 46/91 - modifica estrutura policial: Titular, 1992;

- ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE:

Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e emendas, da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições: Suplente, 1987;

Comissão de Sistematização: Titular, 1987-1988.

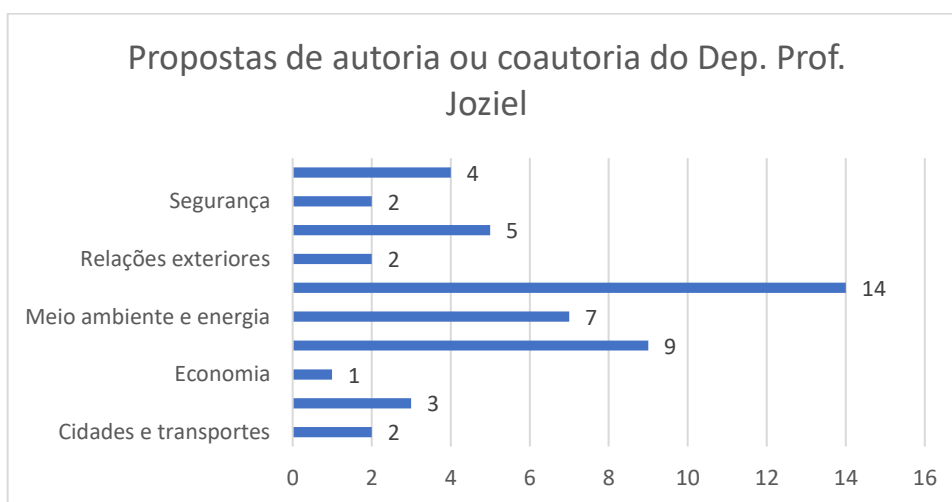
No orçamento verifica-se que o parlamentar não utilizou as emendas parlamentares para reforçar a segurança em seu estado, prevista no parágrafo 9º do artigo 166 (BRASIL, 1988), conforme gráfico a seguir:



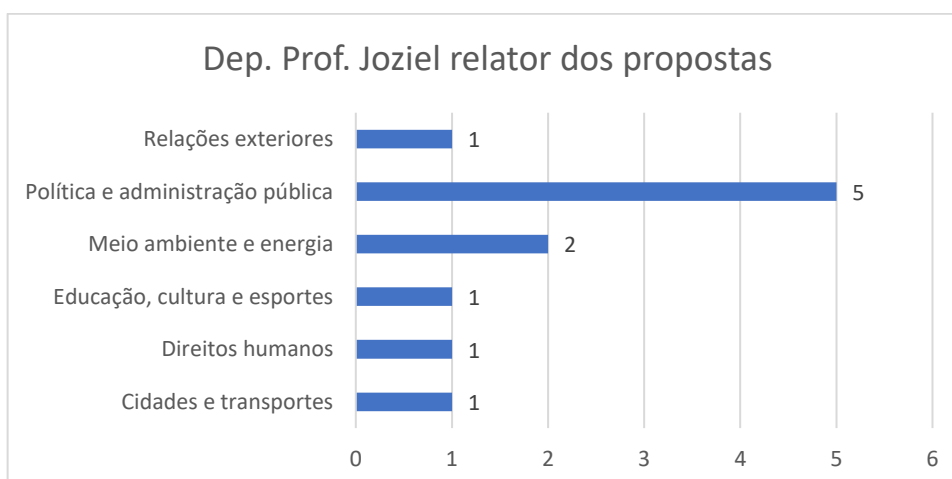
**Gráfico 40- Emendas orçamentárias propostas pelo deputado Paulo Ramos, destacando-se os valores e as pastas destinadas pelo parlamentar**  
**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**

Eleito em 2018 para o mandato de deputado federal, o Sargento PM Joziel Ferreira Carlos, utilizou no TSE a ocupação de militar reformado e no site da Câmara de servidor público, utilizando a alcunha de “Professor”, conforme informações do site da câmara (DISTRITO FEDERAL, 2020).

Assim como o deputado Paulo Ramos, o currículo na área de segurança não reflete uma expressiva autoria, coautoria e relatoria de projetos de lei na área de segurança (DISTRITO FEDERAL, 2020).



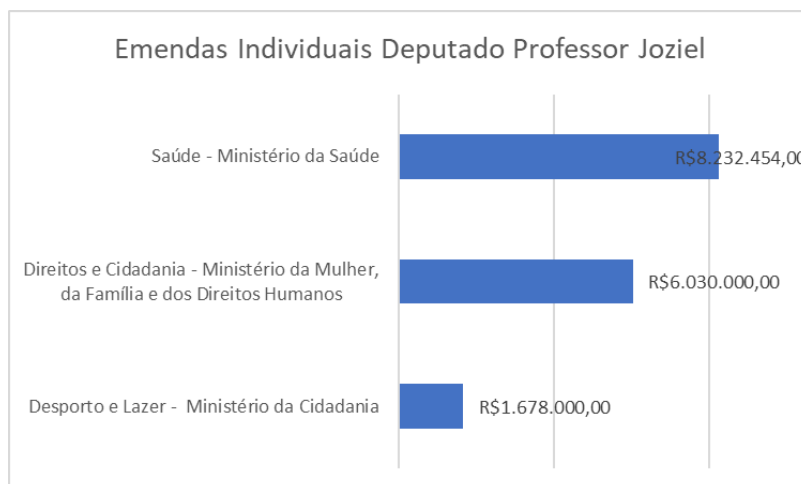
**Gráfico 41- Propostas de autoria e coautoria do deputado Professor Joziel, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2019-2020.**  
**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**



**Gráfico 42- Propostas relatadas pelo deputado Professor Joziel, oriundo da polícia militar do estado do Rio de Janeiro, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2019-2020.**  
**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**

Nas atividades do parlamentar não houve destaque para comissões que atuem diretamente na segurança pública ou que versem sobre servidores militares (DISTRITO FEDERAL, 2020).

No orçamento verifica-se que o parlamentar não utilizou as emendas parlamentares para reforçar a segurança em seu estado, prevista no parágrafo 9º do artigo 166 (BRASIL, 1988), conforme gráfico abaixo:



**Gráfico 43- Emendas orçamentárias propostas pelo deputado Professor Joziel, oriundo da polícia militar do estado do Rio de Janeiro, destacando-se os valores e as pastas destinadas pelo parlamentar.**

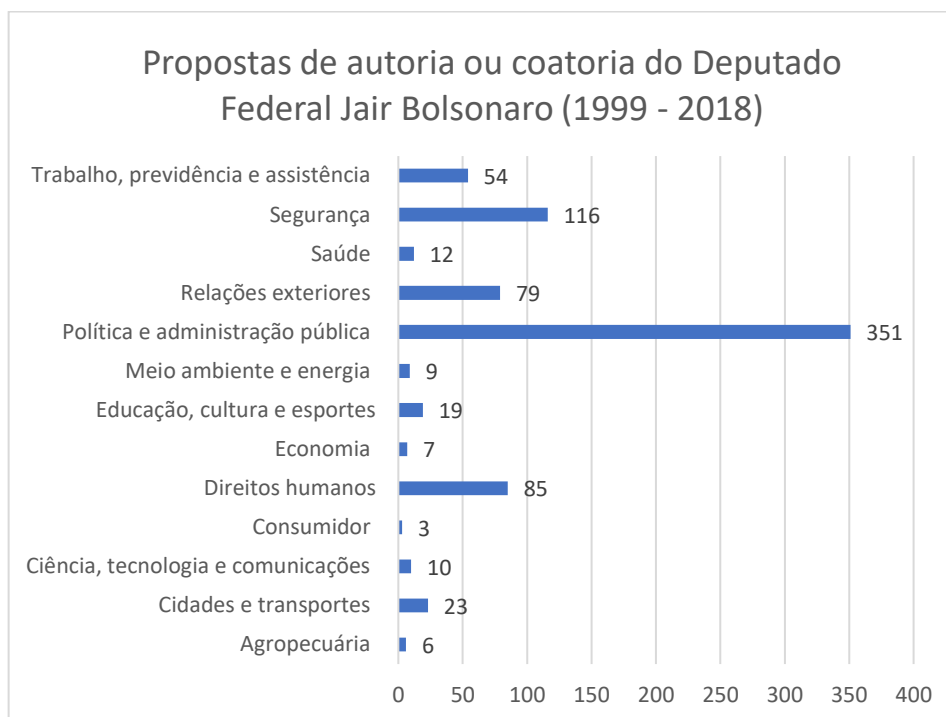
**Fonte:** Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.

A atuação na segurança pública de deputados federais oriundos das forças de segurança será apresentada no próximo capítulo. Os resultados serão relatados de forma comparativa. Empossado deputado federal em 1991, o então deputado federal e atual presidente da república, inscrito no TSE como militar em geral e como currículo de capitão do exército no site da câmara (DISTRITO FEDERAL, 2020).

Mandatos (na Câmara dos Deputados):

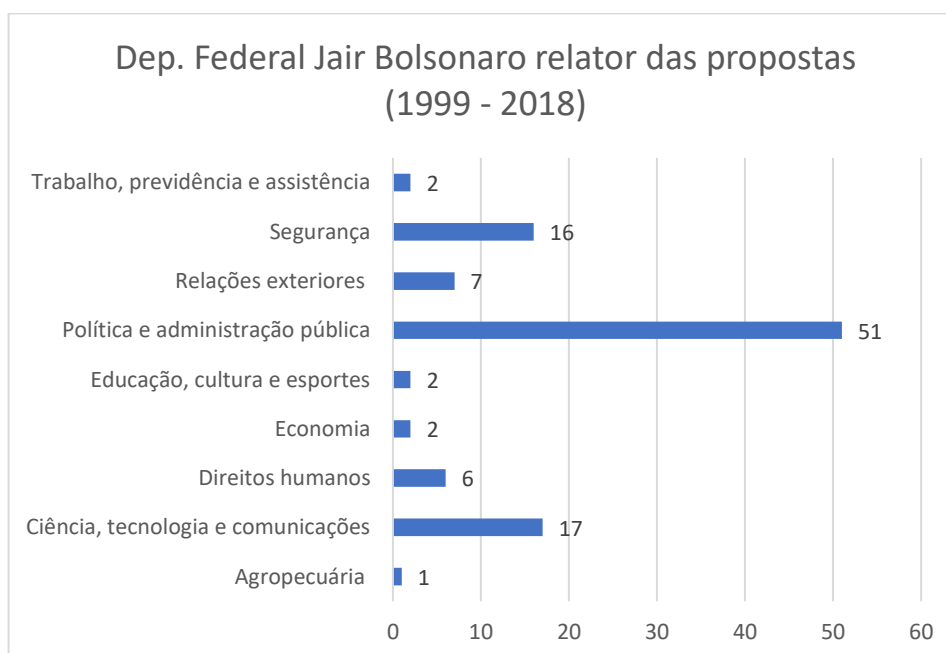
Deputado(a) Federal - (Congresso Revisor), 1991-1995, RJ, PDC, Data. Posse: 01/02/1991; Deputado(a) Federal - 1995-1999, RJ, PPR, Data. Posse: 01/02/1995; Deputado(a) Federal - 1999-2003, RJ, PPB, Data. Posse: 01/02/1999; Deputado(a) Federal - 2003-2007, RJ, PPB, Data. Posse: 01/02/2003; Deputado(a) Federal - 2007-2011, RJ, PP, Data. Posse: 01/02/2007; Deputado(a) Federal - 2011-2015, RJ, PP, Data. Posse: 01/02/2011; Deputado(a) Federal - 2015-2019, RJ, PP, Data. Posse: 01/02/2015. O currículo na área e sua bandeira na área de segurança podem ser

verificados pelo número de propostas na área de segurança, seja como autor coautor ou relator (DISTRITO FEDERAL, 2020).



**Gráfico 44- Propostas de autoria e coautoria do ex-deputado Jair Bolsonaro, oriundo do exército, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 1999-2018.**

**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**



**Gráfico 45- Propostas relatadas pelo ex-deputado Jair Bolsonaro, oriundo do exército, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 1999-2018.**

**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**

Nas atividades do parlamentar vale ressaltar sua atuação nas seguintes comissões:

CÂMARA DOS DEPUTADOS - 55ª Legislatura:

- COMISSÃO PERMANENTE:

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CREDN.

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO.

- COMISSÃO ESPECIAL:

PI 3722/12 - desarmamento;

Lei orgânica de segurança pública;

Pec 171/93 - maioria penal.

- COMISSÃO PERMANENTE:

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO;

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CREDN;

- COMISSÃO ESPECIAL:

PEC 293/13 - profissionais de saúde forças armadas; PEC 055/11 - carreira do policiamento de trânsito.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - Legislaturas anteriores à 54ª.

- COMISSÕES PERMANENTES:

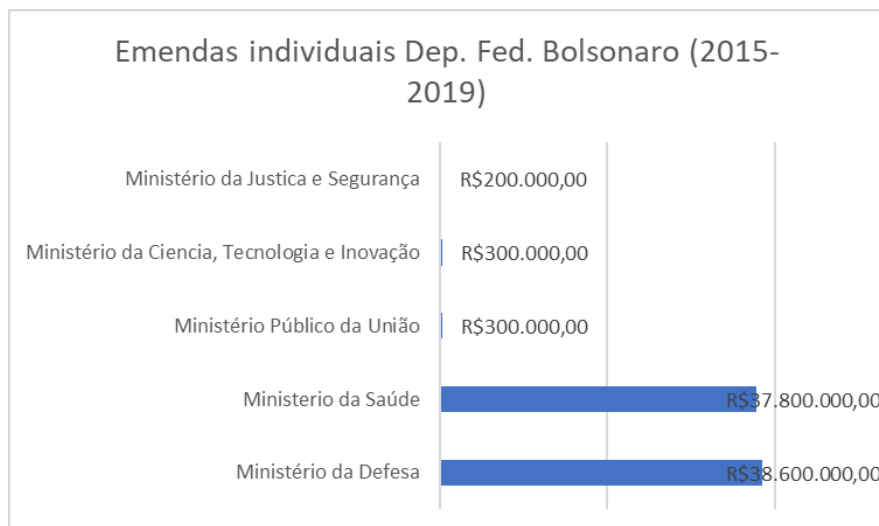
Constituição e Justiça e de Cidadania; Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

- COMISSÕES ESPECIAIS:

Combate à Violência; PEC nº 33-H/95, Modificação da Estrutura Policial; PEC nº 58/03, PEC nº 151/95, Segurança Pública; PEC nº 188/94, Anistia dos Militares; PEC nº 215/03, Acumulação de Cargos para Militares; PEC nº 289/00, Incorporação dos Policiais Militares de RO; PEC nº 300/08, Remuneração dos Policiais Militares; PEC nº 338/96, Regime Constitucional dos Militares; PEC nº 549/06, Carreiras Policiais; PEC nº 550/97, Segurança Pública.

No orçamento verifica-se que o parlamentar não utilizou as emendas parlamentares para reforçar a segurança em seu estado, porém destinou aproximadamente 50% para o ministério da defesa, sua instituição de origem, conforme gráfico abaixo:





**Gráfico 46- Emendas orçamentárias propostas pelo ex-deputado Jair Bolsonaro, destacando-se os valores e as pastas destinadas pelo parlamentar.**  
**Fonte: Autor com bases nos dados do site Siga Brasil.**

Eleito deputado federal em 1998, ex-inspetor da polícia civil do estado Rio de Janeiro, utilizou a ocupação de delegado da polícia na inscrição do TSE, além do currículo descrito no site da câmara, conforme informações abaixo (DISTRITO FEDERAL,2003):

- Deputado Federal Wanderley Martins

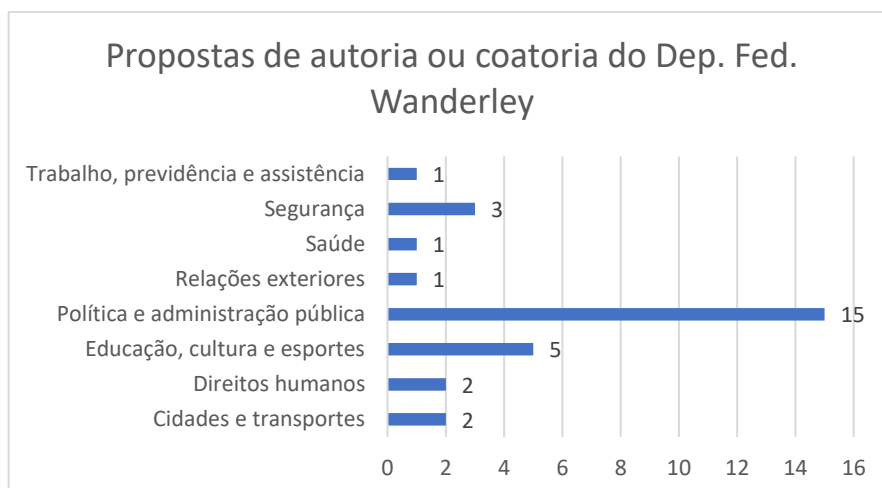
Atividades Profissionais e Cargos Públicos:

Detetive Inspetor, Polícia Civil, Rio de Janeiro, RJ, 1980; Chefe, Setor de Investigações Especializadas, Polícia Civil, Niterói, RJ; Delegado de Polícia Federal, 1986; Chefe da Seção de Operações, DRE, Superintendência Regional da Polícia Federal, São Paulo, SP, e Rio de Janeiro, RJ; Chefe, Seção de Operações do DOPS e da DPFAZ, Superintendência Regional da Polícia Federal, Rio de Janeiro, RJ; Diretor, DPF, Niterói, RJ; Chefe, DELESP, Rio de Janeiro, RJ; Instrutor de Análise de Informações e Detecção de Organizações Criminosas..

Mandatos (na Câmara dos Deputados):

Deputado Federal - 1999-2003, RJ, PDT, Data da posse: 01/02/1999.

O currículo na área de segurança não reflete uma expressiva autoria, coautoria e relatoria de projetos de lei na área de segurança (DISTRITO FEDERAL, 2003).



**Gráfico 47- Propostas de autoria e coautoria do ex-deputado Wanderley, delegado da polícia federal, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 1999-2004.**

**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**

Projetos relatados:

- PL 3742/2000 - Autor: Professor Luizinho - PT/SP

Ementa: Dá nova redação ao art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o novo Código Brasileiro de Trânsito.

- PL 2306/2000 - Autor: Agnelo Queiroz - PCDOB/DF, Magela - PT/DF.

Ementa: Dispõe sobre a proibição de utilização de munição real, de borracha, simulacro e acessórios, por integrantes de forças militares e policiais em manifestações.

Nas atividades do parlamentar vale ressaltar sua atuação nas seguintes comissões:

- COMISSÕES PERMANENTES: Constituição e Justiça e de Redação; Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

- COMISSÕES ESPECIAIS: Combate à Violência; PEC nº 151/95, Segurança Pública.

- CPI: Avanço e Impunidade do Narcotráfico.

Eleito em 1998 para o mandato de deputado federal Coronel Garcia, apresentou a ocupação de militar em geral no TSE, possuindo o seguinte currículo na câmara dos deputados, conforme informações abaixo (DISTRITO FEDERAL, 2003).

Deputado Federal - 1999-2000, RJ, PSDB, Data da posse: 01/02/1999.

Estudos e Cursos Diversos:

Formação de Oficiais do Exército, AMAN, Resende, RJ, 1974-1977.

Foram verificadas 34 Propostas de autoria ou coautoria do Deputado Coronel Garcia, sendo 12 projetos de lei e 6 propostas de emenda à constituição, sem maiores informações sobre a temática dos projetos (DISTRITO FEDERAL, 2003).

Nas atividades do parlamentar vale ressaltar sua atuação nas seguintes comissões:

- COMISSÕES PERMANENTES:

Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

- COMISSÕES ESPECIAIS:

Aplicação da Lei nº 9.503/97, Código de Trânsito Brasileiro; Combate à Violência; PEC nº 151/95, Segurança Pública; PEC nº 294/95; PEC nº 498/97 e 626/98, Ministro de Estado da Defesa.

- CPI: Avanço e Impunidade do Narcotráfico.

O ex-secretário de segurança pública e delegado de polícia federal Marcelo Itagiba, utilizou a ocupação de servidor público federal, contudo no site da Câmara ressaltou suas atividades profissionais na área de segurança, conforme informações abaixo (DISTRITO FEDERAL, 2011):

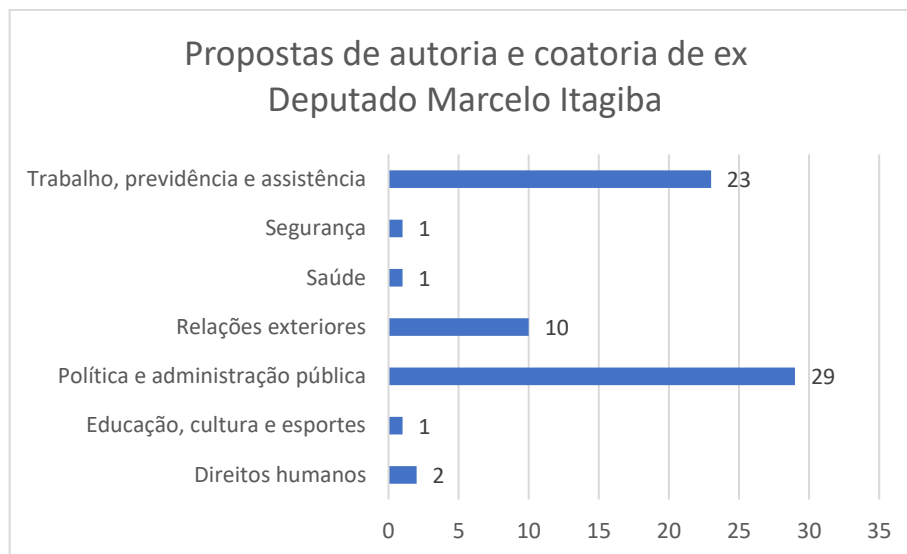
Mandatos (na Câmara dos Deputados):

Deputado(a) Federal - 2007-2011, RJ, PMDB, Data de Posse: 01/02/2007.

Atividades Profissionais e Cargos Públicos:

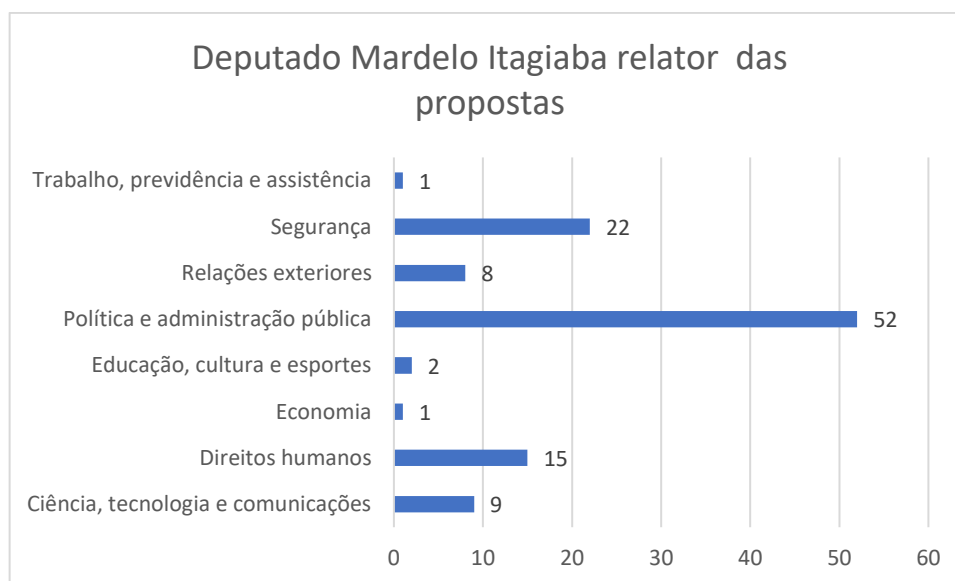
Superintendente Regional, Polícia Federal do Estado do Rio de Janeiro; Coordenador de Inteligência, Departamento de Polícia Federal; Delegado Titular, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Superintendência Regional da Polícia Federal de São Paulo; Subsecretário-Geral de Segurança Pública, Estado do Rio de Janeiro; Secretário de Segurança Pública, Estado do Rio de Janeiro.

Apesar de sua *expertise* na área de segurança e do período à frente da secretaria de estado de segurança, as propostas apresentadas pelo parlamentar não representam uma expressiva atuação na área de segurança, apesar da sua expressão como relator de propostas de segurança (DISTRITO FEDERAL, 2011).



**Gráfico 48- Propostas de autoria e coautoria do ex-deputado Marcelo Itagiba, delegado da polícia federal, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2007-2011.**

**Fonte:** Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.



**Gráfico 49- Propostas relatadas pelo ex-deputado Marcelo Itagiba, delegado da polícia federal, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2007-2011.**

**Fonte:** Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.

Nas atividades do parlamentar vale ressaltar sua atuação nas seguintes comissões:

CÂMARA DOS DEPUTADOS - Legislaturas anteriores à 54ª

COMISSÕES PERMANENTES:

Constituição e Justiça e de Cidadania;  
 Relações Exteriores e Defesa Nacional;  
 Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

#### COMISSÕES ESPECIAIS:

PEC nº 300/08, Remuneração dos Policiais Militares;  
 PEC nº 308/04, Polícias Penitenciárias;  
 PEC nº 549/06, Carreiras Policiais;  
 PL nº 6.493/09, Organização da Polícia Federal.

#### GRUPOS DE TRABALHO:

GTPENAL, Projetos sobre Direito Penal e Processo Penal.

Uns dos parlamentares que mais destinou verbas para segurança pública, sendo sua terceira maior contribuição, ultrapassando os 6 milhões de reais, durante todo seu mandato, conforme gráfico abaixo:



**Gráfico 50- Emendas orçamentárias propostas pelo ex-deputada Marcelo Itagiba, destacando-se os valores e as pastas destinadas pelo parlamentar.**  
**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**

Eleito em 2014, o deputado Daciolo, representante dos corpos de bombeiro, não escondia sua origem no TSE e na câmara, conforme informações abaixo (DISTRITO FEDERAL, 2018):

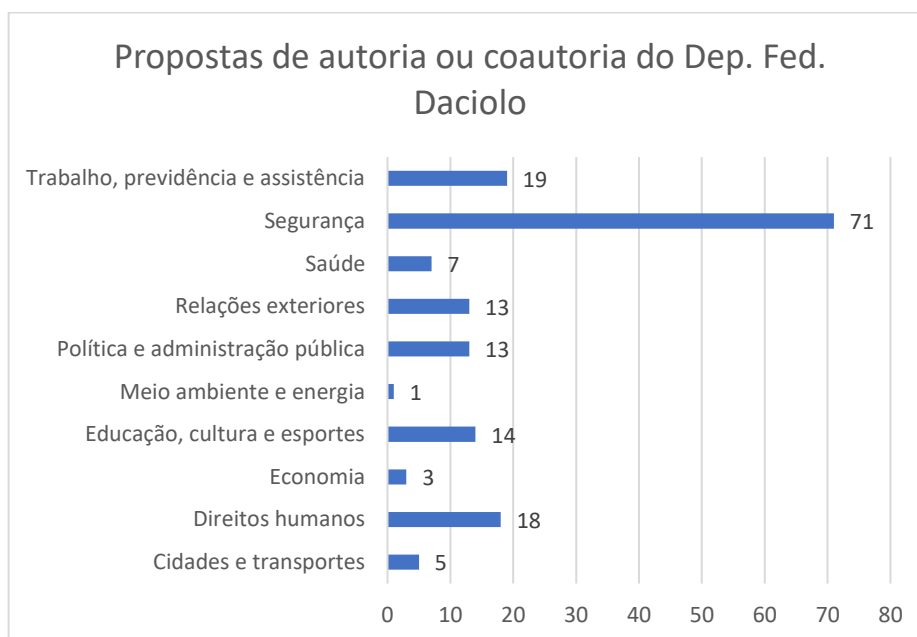
Atividades Profissionais e Cargos Públicos:

3º Sargento, CBMERJ, Rio de Janeiro, RJ, 1998.

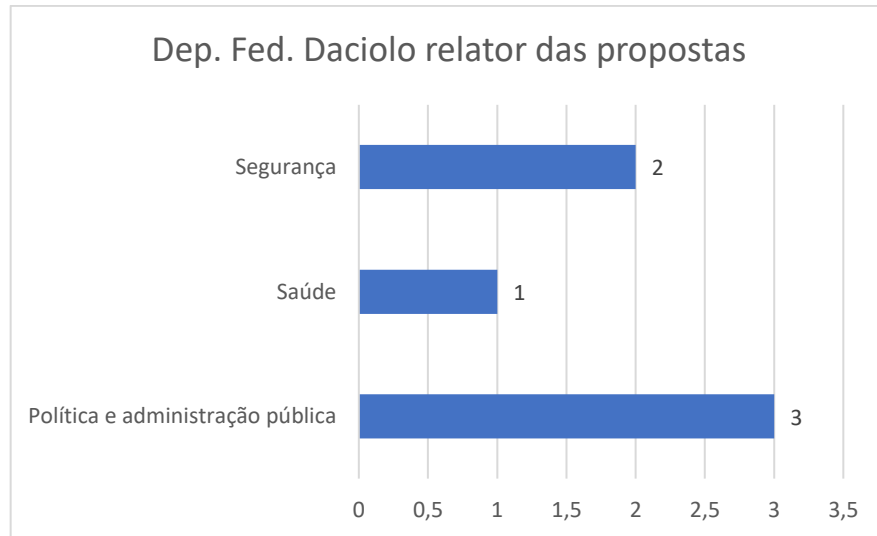
Mandatos (na Câmara dos Deputados):

Deputado(a) Federal - 2015-2019, RJ, PSOL, Data da posse: 01/02/2015.

Segundo o site da Câmara, o deputado Daciolo colocou a segurança como prioridade para elaboração de projetos de lei, destacando-se dos demais parlamentares desse estudo, conforme verifica-se a seguir:



**Gráfico 51- Propostas de autoria e coautoria do ex-deputado Daciolo, bombeiro militar, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2015-2019.**  
**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**



**Gráfico 52- Propostas relatadas pelo ex-deputado Daciolo, bombeiro militar, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2015-2019.**  
**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**

Nas atividades do parlamentar vale ressaltar sua atuação nas seguintes comissões:

**- COMISSÃO PERMANENTE:**

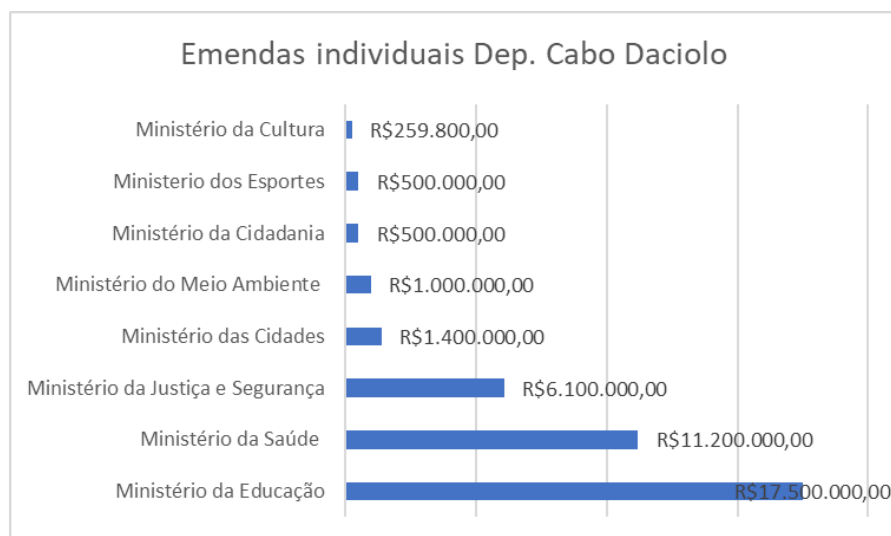
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional;

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

**- COMISSÃO ESPECIAL:**

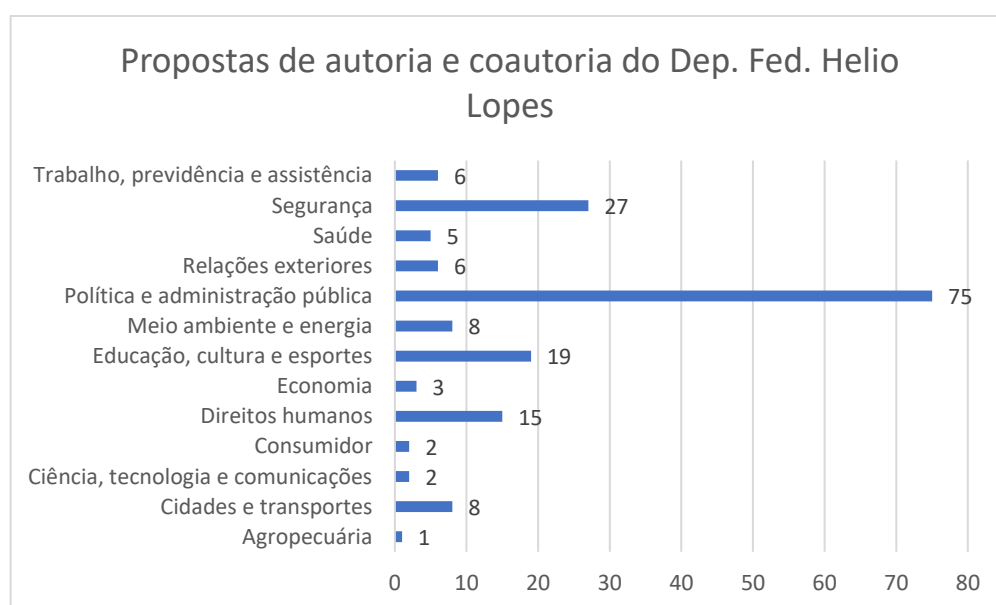
Lei orgânica de Segurança Pública.

Assim como O deputado Marcelo Itagiba, o deputado Daciolo destinou mais de 6 milhões para segurança, sendo sua terceira emenda durante todo seu mandato.



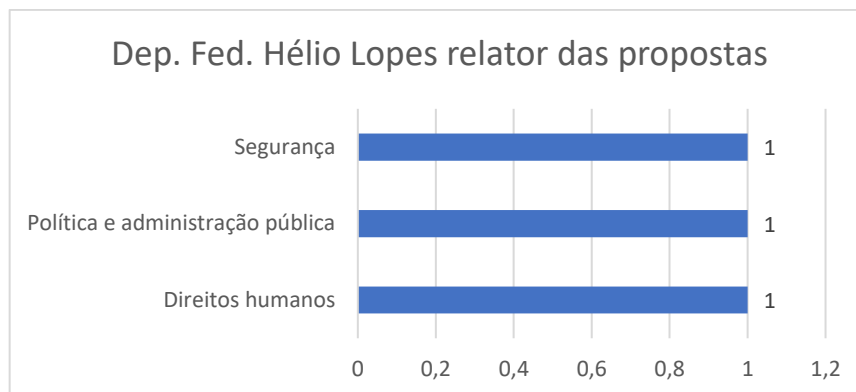
**Gráfico 53- Emendas orçamentárias propostas pelo ex-deputado Daciolo, destacando-se os valores e as pastas destinadas pelo parlamentar.**  
**Fonte: Autor com bases nos dados do site Siga Brasil.**

Outro parlamentar eleito em 2018, que se declarou membro das forças armadas no TSE, foi o Deputado Hélio Lopes. O parlamentar apoia a agenda de segurança conforme gráfico apresentado a seguir (Distrito Federal, 2020):



**Gráfico 54- Propostas de autoria e coautoria do deputado Hélio Lopes, oriundo do exército, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2019-2020.**  
**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**





**Gráfico 55- Propostas relatadas pelo deputado Hélio Lopes, oriundo do exército, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2019-2020.**  
**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**

Nas atividades do parlamentar vale ressaltar sua atuação nas seguintes comissões:

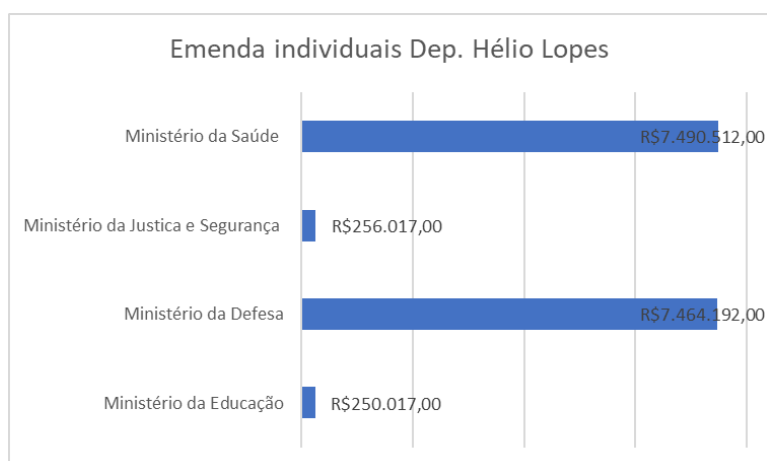
- COMISSÃO PERMANENTE:

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

- COMISSÃO ESPECIAL:

Comissão Especial Sobre Proteção Social Dos Militares.

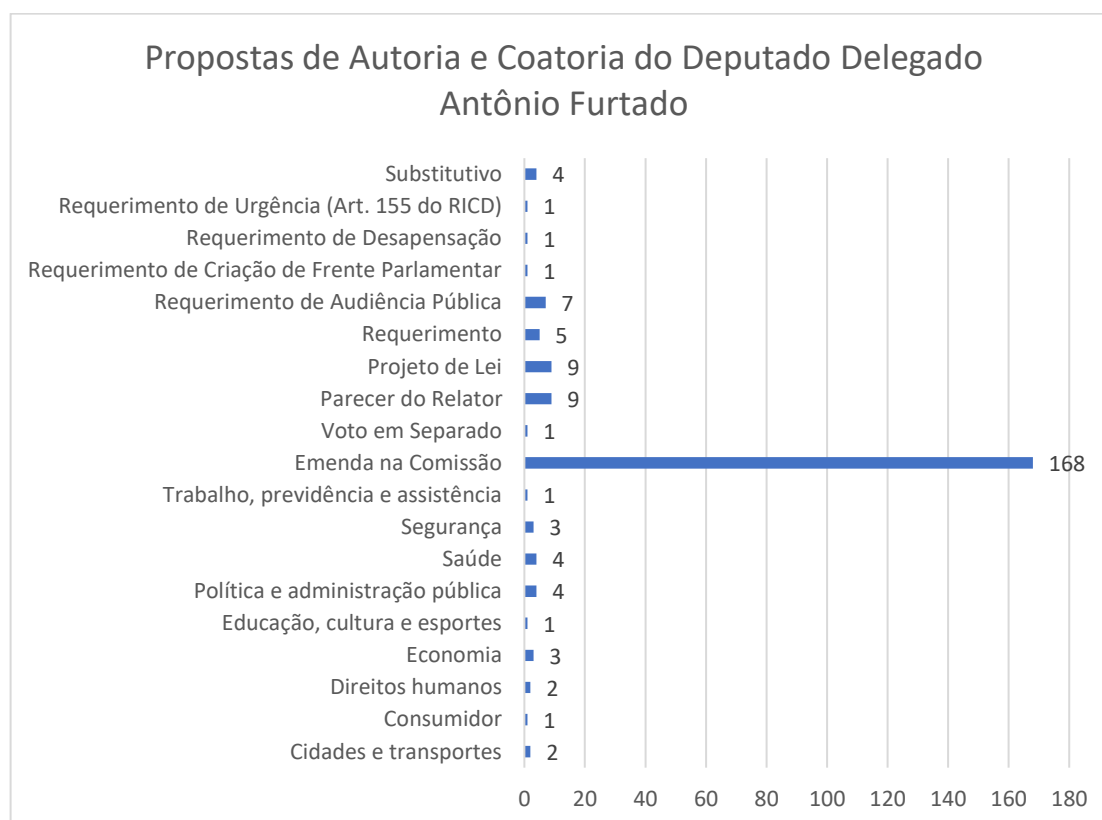
O parlamentar destinou menos de 2% de sua verba para a segurança pública, destinando quase 50% para o ministério da defesa, reforçando o que ocorreu com o então deputado Bolsonaro.



**Gráfico 56- Emendas orçamentárias propostas pelo deputado Hélio Lopes, destacando-se os valores e as pastas destinadas pelo parlamentar.**  
**Fonte: Autor com bases nos dados do site Siga Brasil.**

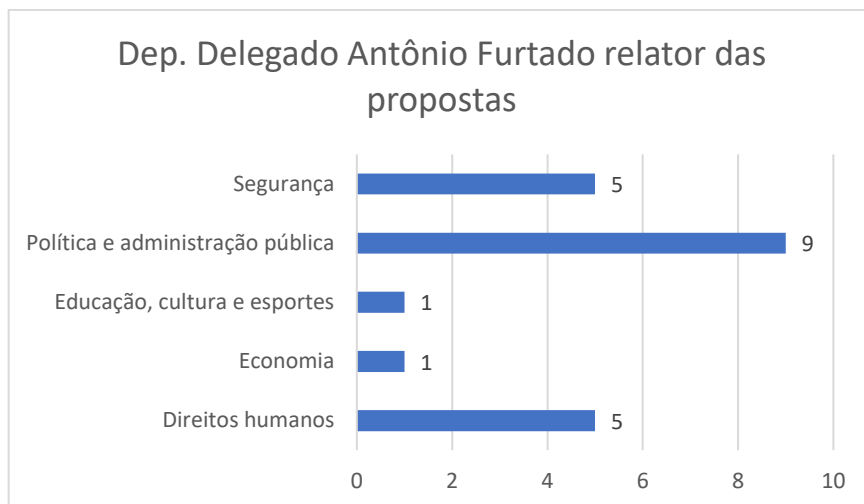
Eleito em 2018, o delegado da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro, Antônio Furtado declarou-se servidor público para o TSE, utilizando-se na eleição da alcunha de Delegado Antônio Furtado e deixando expresso junto a câmara sua origem policial (DISTRTO FEDERAL, 2020).

O parlamentar não possui um foco específico em segurança, no que tange a autoria e coautoria, focando -se na relatoria de projetos de lei na área de segurança, assim como o ex-deputado Marcelo Itagiba.



**Gráfico 57- Propostas de autoria e coautoria do deputado Delegado Antônio Furtado, delegado de polícia civil, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2019-2020.**

**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**



**Gráfico 58- Propostas relatadas pelo deputado Delegado Antônio Furtado, delegado de Polícia Civil, divididas por assunto pelo site da Câmara dos Deputados, 2019-2020.**

**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**

Atividades Parlamentares:

CÂMARA DOS DEPUTADOS - 56ª Legislatura:

COMISSÃO PERMANENTE:

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO;

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC.

COMISSÃO ESPECIAL:

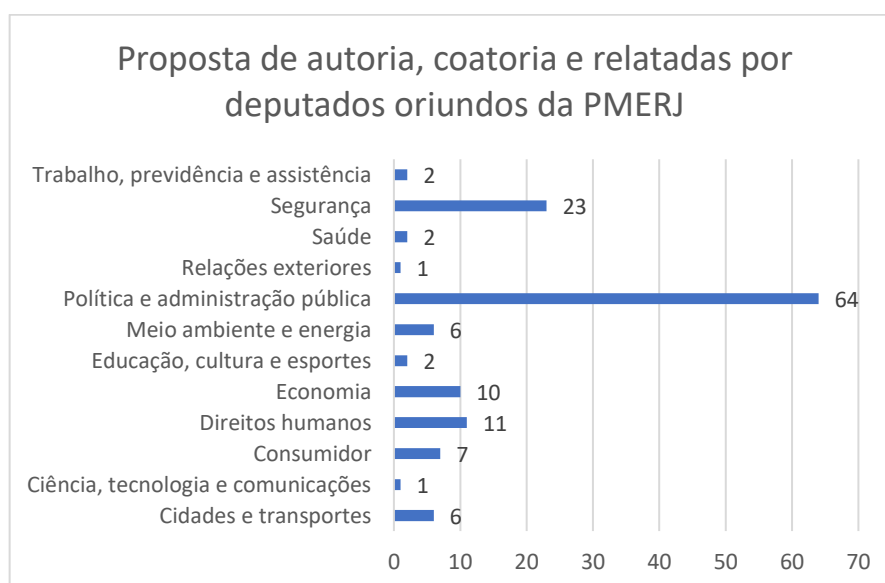
Comissão especial do código de processo penal.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública recebeu destaque no que tange aos valores de emendas parlamentares, firmando-se como prioridade para o parlamentar conforme o gráfico abaixo:



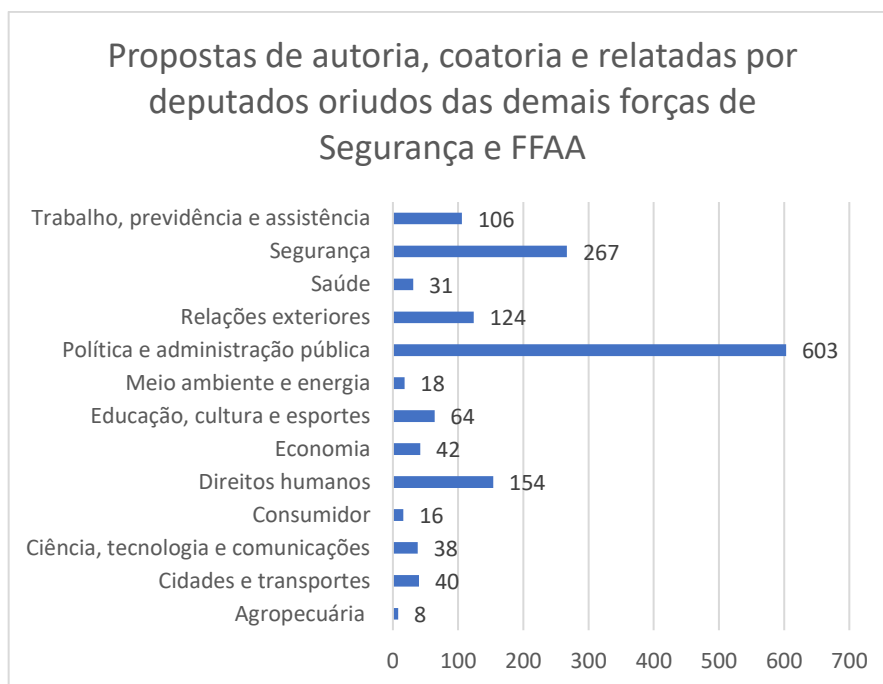
**Gráfico 59- Emendas orçamentárias propostas pelo deputado delegado Antônio Furtado, destacando-se os valores e as pastas destinadas pelo parlamentar.**  
**Fonte: Autor com bases nos dados do site Siga Brasil.**

Após analisar todos os parlamentares relatados acima, verifica-se que os deputados oriundos da PMERJ possuem uma tendência maior voltada para segurança, ficando como segundo tema de mais interesse, seja como autor, coautor ou relator.



**Gráfico 60- Temas de interesse dos Deputados oriundos da PMERJ (2003 – 2020).**  
**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**

As demais forças também apresentam a segurança como o segundo tema de maior interesse, seja como autor, coautor ou relator, conforme gráfico abaixo:



**Gráfico 61- Temas de interesse dos Deputados oriundos das demais força de segurança pública e forças armadas (2003 -2020).**

**Fonte: Autor com bases nos dados do site da Câmara dos Deputados.**

Segundo autores apresentados nesse estudo, os candidatos dessa força apresentam essa temática para angariar votos em suas candidaturas, o que é reforçado por esses dados, uma vez que os deputados continuam fiéis à temática pela qual foi eleito.

No próximo tópico será apresentado estudo similar junto à ALERJ, com intuito de reforçar a atuação da segurança na política, em especial a fluminense.

#### 4.3.2 Deputados Estaduais

Parlamentares estaduais não podem apresentar propostas sobre matéria penal, por esta ser privativa da união. Contudo, é dever do legislativo estadual fiscalizar o chefe do executivo, bem como votar matérias relativas à administração das instituições policiais do estado, quando encaminhadas pelo governador do estado, conforme parágrafo 1º do artigo 112 da constituição estadual:

§ 1º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:  
I - Fixem ou alterem os efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar;

II - Disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;
- b) servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;
- c) organização do Ministério Público, sem prejuízo da faculdade contida no artigo 172 desta Constituição, da Procuradoria Geral do Estado e da Defensoria Pública;
- d) criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos do Poder Executivo.

Em um primeiro momento será verificada a atuação com vistas à temática das propostas de autoria ou coautoria do Parlamentar, em seguida sua participação em comissões ligadas a segurança pública.

Nas últimas eleições, 13 parlamentares oriundos das forças de segurança exerceram mandato até julho de 2020, apresentando um total de 31 projetos de lei com a temática voltada para a segurança, de um total de 250 projetos filtrados pelo sistema. Outros projetos foram filtrados pelo sistema para fins de comparação entre as principais demandas do estado.

**Tabela 5-** Projetos de lei por autoria dos deputados oriundos das forças de segurança e forças armadas apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Ano 2019/2020).

Número	Deputado	Força	Segurança	Saúde	Educação	Economia
1	Alana Passos	FFAA	4	4	2	
2	Capitão Paulo Teixeira	FFAA		3		
3	Capitão Nelson	PMERJ		2	1	
3	Coronel Salema	PMERJ	2	10	3	
4	Delegado Carlos Augusto	PCERJ	4	4		
5	Gil Vianna	PMERJ	2	1	1	
6	Marcelo do Seu Dino	PMERJ	3	8	2	
7	Marcos Abrahão	PMERJ				
8	Marcos Muller	PMERJ	1	4		
9	Marcio Gualberto	PCERJ	2		2	

10	Martha Rocha	PCERJ	4	13	13	
11	Renato Zaca	PMERJ	12	2	2	1
12	Subtenente Bernardo	PMERJ	3	5		
13	Vandro Família	PMERJ	4	18	9	1
Total			31	74	35	2

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).

No período compreendido entre os anos de 2015 a 2019 oito parlamentares, oriundos das forças de segurança, compuseram os quadros da ALERJ propondo 17 projetos de lei voltados para o tema de segurança de um total de 250 projetos.

**Tabela 6-** Projetos de lei por autoria dos deputados oriundos das forças de segurança e forças armadas apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Ano 2015 – 2019)

Número	Deputado	Força	Segurança	Saúde	Educação	Economia
1	Coronel Jairo	PMERJ				
2	Gil Viana	PMERJ	1			
3	Iranildo Campos	PMERJ			1	
4	Marcos Abrahão	PMERJ				
5	Marcos Muller	PMERJ	2			
6	Martha Rocha	PCERJ	11	2	4	2
7	Paulo Ramos	PMERJ	1	2	5	
8	Zaqueu Teixeira	PCERJ	2	4	1	4
Total			17	8	11	6

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).

Entre os anos de 2011 a 2015 16 projetos foram apresentados por esses parlamentares de um total de 241, mantendo-se a média de projetos apresentados em relação ao período anterior.

**Tabela 7-** Projetos de lei por autoria dos deputados oriundos das forças de segurança e forças armadas apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Ano 2011 – 2015)

Número	Deputado	Força	Segurança	Saúde	Educação	Economia
1	Coronel Jairo	PMERJ				
2	Iranildo Campos	PMERJ	5	1		1
3	Marcos Abrahão	PMERJ				
4	Paulo Ramos	PMERJ	5	3	11	
5	Zaqueu Teixeira	PCERJ	6	1		
Total			16	5	11	1

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).

De um total de 251 projetos, apresentado durante o período compreendido entre os anos de 2007 a 2011, os 5 deputados da segurança apresentaram 9 projetos com temática similar a sua expertise profissional.

**Tabela 8-** Projetos de lei por autoria dos deputados oriundos das forças de segurança e forças armadas apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Ano 2007 – 2011)

Número	Deputado	Força	Segurança	Saúde	Educação	Economia
1	Álvaro Lins	PCERJ	1			
2	Anabal	CBMERJ	1			
3	Coronel Jairo	PMERJ	1			
3	Iranildo Campos	PMERJ				
4	Marcos Abrahão	PMERJ				
5	Paulo Ramos	PMERJ	6		9	
Total			9		9	

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).



A diminuição do número de parlamentares reflete a diminuição de projetos na área de segurança, dos 4 parlamentares militares estaduais dois parlamentares apresentaram projetos de segurança, totalizando 4 projetos de um total de 240.

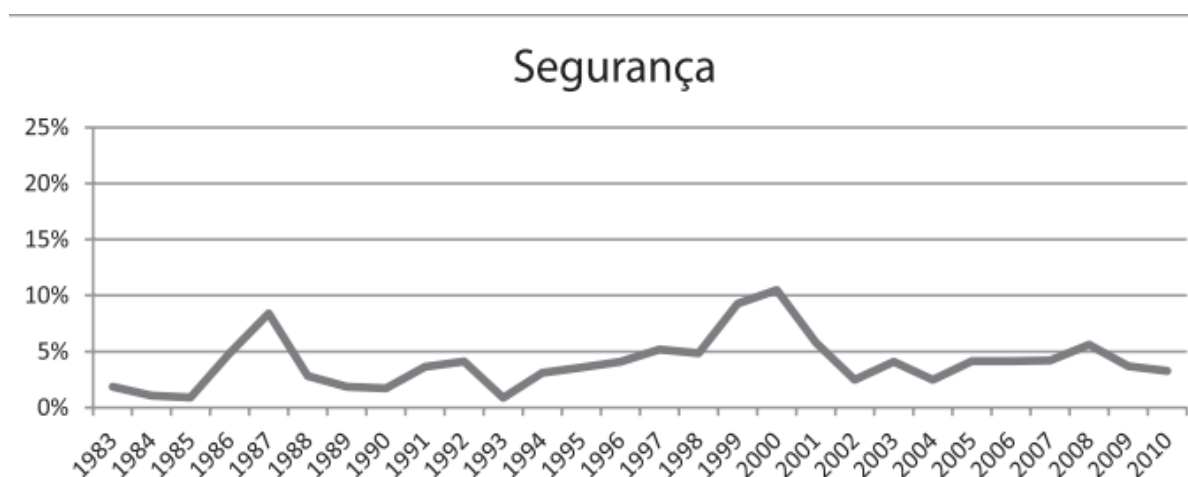
**Tabela 9-** Projetos de lei por autoria dos deputados oriundos das forças de segurança e forças armadas apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Ano 2003- 2007)

Número	Deputado	Força	Segurança	Saúde	Educação	Economia
1	Coronel Jairo	PMERJ		1	2	1
2	Geraldo Rodrigues	CBMERJ				
3	Iranildo Campos	PMERJ				1
3	Marcos Abrahão	PMERJ	1			1
4	Paulo Ramos	PMERJ	3	1	1	
Total			4	2	3	3

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).

Parlamentares oriundos da segurança apresentaram projetos de lei diversos, quando comparados com saúde, educação e economia, a segurança corresponde a 21,8 % dos projetos em 2019-2020; 40,4 % dos projetos em 2015-2019; 48,4 % dos projetos de 2011-2015; 50 % dos projetos em 2007-2011; e 33,3 % dos projetos de 2003-2007 (ALERJ ,2020).

Segundo Graça (2016), os projetos de lei que envolvem a segurança pública chegam a 13% da agenda do governador do estado. E se forem somadas as áreas administrativa, econômica, de segurança e orçamentária chegam a 92% dos Projetos enviados ao legislativo. Já as áreas sociais, de desenvolvimento, cultura, tecnologia e meio ambiente, juntas, chegam a 8% das propostas enviadas pelo Executivo. No entanto, os projetos de lei enviados ao legislativo pouco influenciam a segurança do cidadão Fluminense, tratando-se na maioria das vezes de medidas administrativas, que contemplam salário, tempo de serviço e critérios de promoção. Ainda segundo Graça (2016), verificam-se alguns picos de projetos com temas ligados a segurança.



**Gráfico 61- Projetos de lei apresentados na ALERJ de 1983 a 2010.**  
**Fonte: Adaptado de Graça (2016).**

Ao comparar esse gráfico com outros gráficos, acerca de morte de policiais, mortes relacionadas com a intervenção policial e ao número de parlamentares ligados à segurança, não foi possível correlacionar os picos desse gráfico às flutuações presentes nos números citados. Contudo, durante o governo Brizola e o desmembramento da SESEG, e Plano Diretor da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para o período de 1984 a 1987, o mesmo fato ocorre no Governo Garotinho, com o plano estadual de política pública para segurança, justiça e cidadania em 2000.

Outro crescimento ocorrido a partir de 1995 se originou da política de promoções e gratificações criadas pelo então secretário General Cerqueira, conhecidas por “gratificações faroestes”, desagradaram a sociedade cível e a cúpula da PMERJ (MUSUMECI; MUNIZ, 2000).

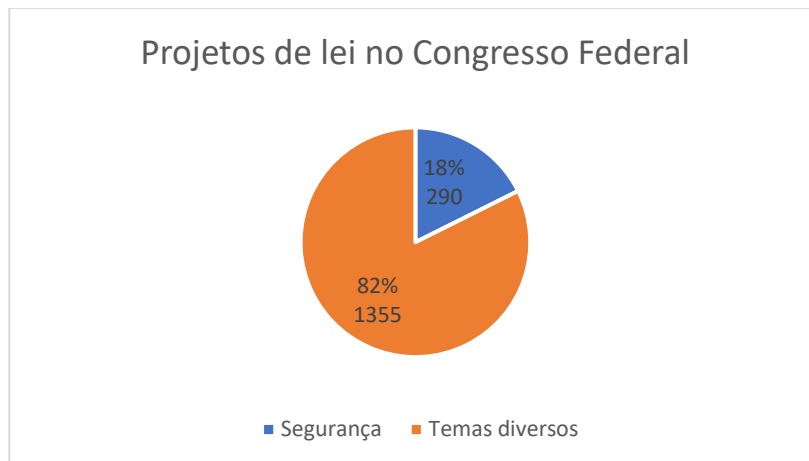
No que tange às comissões, verifica-se uma participação menos concentrada na segurança por parte dos parlamentares pertencentes às comissões, deixando de participar de comissões de segurança pública, conforme dados em anexo (RIO DE JANEIRO, 2020).

## 5. RESULTADOS E HIPÓTESES

Para Coelho (2007), o sucesso das políticas públicas está condicionado à auscultação da população no que se refere às suas necessidades. Na segurança pública a mesma premissa deve ser levada em consideração seja nas demandas da sociedade civil, seja nas demandas das forças de segurança.

As eleições refletem os números do Site Latino Barômetro e revelam que, só em 2018, mais de 79% dos brasileiros apoiavam a luta contra a delinquência e, em 2015, mais de 77% achavam o Brasil um país mais inseguro e a segurança figurou como um dos 3 maiores problemas do Brasil por cinco vezes durante os 13 anos pesquisados pelo instituto (CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, 2020).

Os projetos na área de segurança estão entre os prioritários para políticos oriundos da segurança e para políticos oriundos das forças armadas. Quando comparados aos demais projetos dos parlamentares, podem melhorar o entendimento sobre os resultados frente às hipóteses apresentadas.



**Gráfico 62- Projetos de lei apresentados por deputados federais ligados à segurança, comparando a parcela de projetos de segurança em relação aos demais temas.**

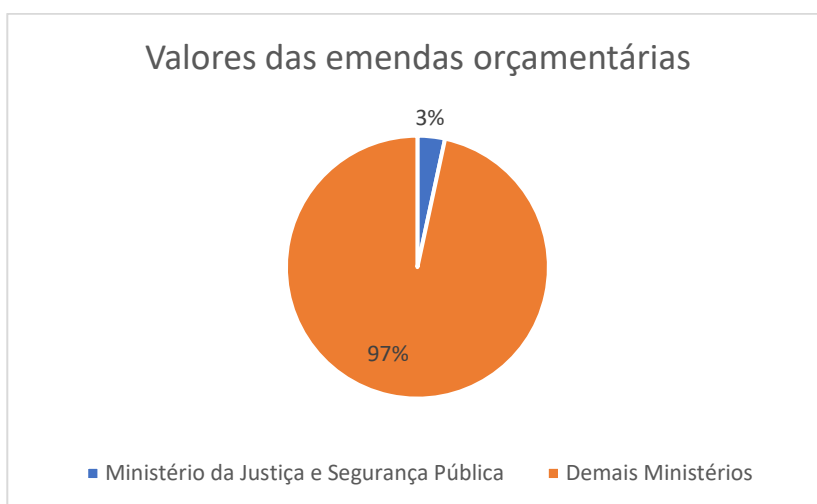
**Fonte: Autor com base nos dados da câmara dos deputados.**



**Gráfico 63- Projetos de lei apresentados por deputados estaduais ligados a segurança, comparando a parcela de projetos de segurança em relação a projetos da saúde, educação e economia.**

**Fonte:** Autor com base nos dados da câmara dos deputados.

Nas Emendas Orçamentárias os deputados federais contam com duas dificuldades. A primeira versa sobre a obrigatoriedade de destinação de metade do valor ser direcionado a ações e serviços públicos de saúde, sendo o texto incluído por emenda em 2015 na constituição federal (BRASIL, 1988). A segunda dificuldade encontra-se na transferência dos valores para o estado, que se encontra pautada pela portaria interministerial 424 de 30 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016).



**Gráfico 64- Emendas orçamentárias individuais destinadas por parlamentares da segurança e forças armadas às políticas públicas do ministério da justiça e segurança pública frente a investimentos em outras políticas públicas.**

**Fonte:** Autor com base nos dados da câmara dos deputados.

As hipóteses levantadas no trabalho serão apresentadas e debatidas frente aos dados do TSE, Congresso Nacional e Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro apresentados anteriormente.

#### 5.1 O avanço dos indicadores de violência aumenta o número de parlamentares ligados à segurança pública.

Inicialmente estudos demonstram que a segurança avança no interesse do eleitor brasileiro. Segundo Berlatto e Codato (2014), a experiência profissional de policiais se torna um recurso social facilmente instrumentalizado durante as campanhas, por comporem um terreno fértil na agenda eleitoral.

Segundo Berlatto e Codato (2014), o Rio de Janeiro possuía o maior número de candidatos originários das forças de segurança, dos quais 186 eram militares e 15 eram civis, para o cargo de deputados federais. O fato corrobora com estudo realizado nas eleições estaduais no estado, ficando este com o maior número de candidatos por vaga no Brasil, exceto Brasília 1998 (SANTOS, 2001). O número elevado de agentes da segurança pode se dar pelo mesmo motivo que o estado enfrenta esse acirramento eleitoral, o que torna a disputa mais competitiva e o cargo mais volátil. Esses dois fatos podem aumentar as chances de novos candidatos alcançarem o cargo e, com isso, agentes de segurança também se aproveitam dessa rotatividade eleitoral. Segundo Santos (2001), na ALERJ a taxa de renovação chega a 60 %, com candidatos de primeiro mandato.

Outro fator que influencia o número de candidatos oriundo das forças de segurança está na politização da segurança pública. Segundo Huntington (2016), o controle dos militares por parte dos civis pode ser feito de duas formas: pelo controle objetivo e pelo subjetivo. No primeiro caso, os civis controlam os militares de maneira a torná-los mais técnicos, afastando-os da política, já o controle subjetivo atinge seu objetivo ao transformar o militar em civil. Pode-se afirmar que o mesmo ocorre com a segurança, onde policiais perdem sua cultura organizacional, afastando-os do tecnicismo exigido aos operadores da segurança.

O controle subjetivo criado em governos anteriores, somado às críticas da imprensa fluminense, que potencializam a crise no Estado (PITOMBO e FRANCO

2018), politizaram as forças de segurança. Em estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança com as forças de segurança (quase 700 mil homens na ativa), fica demonstrada a penetração política nessas fileiras quando verifica-se que 35% dos oficiais participam de ambientes bolsonaristas, contra 41% das praças, no Rio de Janeiro 28% são oficiais e 72% são praças; na Polícia Civil 7% dos delegados e 10% dos demais policiais civis integram ambientes bolsonaristas, no estado fluminense, dos policiais civis, 32% são delegados e 68% pertencem a outras carreiras; na polícia federal, 12% são delegados contra 13 % das demais carreiras, mas no Rio de Janeiro 47% são delegados e 53% pertencem às demais carreiras da Polícia Federal. Quando comparado o número de policiais em ambientes bolsonaristas, observamos que os policiais militares são os que mais apoiam o endurecimento das leis, bandeira ligada ao bolsonarismo (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

Segundo Rio de Janeiro (2019), em 2018, 26% dos policiais mortos no Brasil eram do Rio de Janeiro, sendo que o estado figurou atrás somente dos estados do Pará, Rio Grande do Norte e Amapá. No caso de mortes por intervenção policial o estado figurou em primeiro lugar com 23% da letalidade policial no Brasil, o que se atribui muitas vezes ao perfil da criminalidade local, que seria extremamente armada e violenta, apesar do estado ser o 11º colocado entre os 27 estados da federação quando se fala em mortes violentas. Esses números indicam que um terço da tropa já testemunhou um colega ser baleado, um quinto presenciou a morte de um colega e 7% foram baleados ao menos uma vez.

Nos números acima estão relacionadas a morte em serviço, analisando os números somados a mortes de policiais em razão da profissão, mesmo quando de folga chegasse ao número de 982 policiais mortos entre os anos de 2009 a 2016, além dos mais de 4564 militares policiais vitimados parcialmente, nesse mesmo período (MENDES, 2018). Outro estudo sobre violência contra policiais militares mostra que ser policiais no Rio de Janeiro é mais perigoso do que participar das principais guerras, desde a 2ª Guerra Mundial, resultando em mais de 20 mil mortes não naturais de policiais militares, estimando mais de 7 mil órfãos (CAJUEIRO, 2019). Esses números podem justificar o motivo pelo qual os policiais militares aderem aos ideais de endurecimento das leis e consequentemente apoiam candidatos que defendem essa bandeira.

O cidadão fluminense apesar de sofrer de vários problemas no que tange à política, ordenamento urbano e economia, o estado não se encontra entre os mais violentos do país, que segundo números acima citado encontra-se na 11ª colocação entre os 27 estados, mas conforme verificando anteriormente a massificação da mídia torna insuportável a violência no estado, criando uma sensação de insegurança que não pode ser suprimida por nenhuma força policial, dando vantagem a políticos com ideias voltadas para a temática da segurança. Já a violência contra as forças de segurança pode justificar sua migração para candidatos de direita que defendam esses temas, diferente do que ocorre na sociedade civil onde a super divulgação por parte da mídia pode justificar o voto em candidatos que defendam o endurecimento penal.

Apesar de não ser um estado considerado violento, baseando-se no número de mortes por habitantes, o estado demonstra um crescimento no número de armas apreendidas, e o aumento de apreensões de pistola e fuzis, com maior poder lesivo e maior capacidade de disparos, aumentando a capacidade lesiva dos infratores e o medo da população. Segundos dados do Instituto de Segurança Pública o estado entre 2010 a 2019 apreendeu mais de 82 mil armas de fogo, dos quais mais de 31 mil eram pistolas e mais de 3 mil eram fuzis, sendo São Gonçalo o segundo município em apreensões de armas de fogo e artefatos explosivos em 2019 (OLIVEIRA et al., 2019). Recentemente o ex-deputado capitão Nelson conquistou o maior número de votos válidos para prefeitura de São Gonçalo, com discurso sobre honestidade e segurança, (REDAÇÃO DIÁRIO, 2020).

Segundo Nicolau (2020), a maior surpresa veio da grande votação de candidatos apoiadores do Bolsonaro, para cargos de deputado federal, deputado estadual, senador e governador, não se tratando de uma vitória solitária de Bolsonaro, mas de um movimento que se agregou em torno dele. Outros fatores foram possivelmente responsáveis pela vitória de Bolsonaro, mas entre os problemas citados pelos brasileiros a segurança figurou com 18% empatada com desemprego e corrupção com 17% a frente de saúde com 16%, sendo segurança e corrupção os temas centrais de sua campanha. Porém, foi o tema segurança que acompanhou quase toda a sua carreira, com temas polêmicos sobre maioridade penal, estatuto do desarmamento, pena de morte e tratamento dado a presidiários (NICOLAU, 2019).

Segundo Power e Rodrigues-Silveira (2018), Bolsonaro possuía uma carreira voltada para a defesa das forças armadas mas, logo percebeu a importância da segurança, face a sua *expertise* e ao uso das forças armadas como apoio à segurança e de militar na Secretaria de Estado de Segurança Pública e, em seguida, alcançou a bancada evangélica, com forte críticas às propostas do governo que envolviam costumes, deixou o caminho livre para conquistar a bancada econômica. O autor não previa a união das direitas num futuro próximo, mas com pautas da segurança, evangélicas, de combate a corrupção e econômicas, Bolsonaro conquistou a presidência sem dinheiro e tempo nas mídias convencionais.

Outro fator que vale ser ressaltado é a posição histórica do eleitorado brasileiro, que sendo uma posição de centro-direita mostra o lado conservador do eleitor brasileiro (POWER E RODRIGUES-SILVEIRA, 2018). Sendo a ética militar mais conservadora (HUNTINGTON, 2016), o eleitor tende a votar nos candidatos militares. Fato corroborado pela presença de policiais no Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa, prefeituras e câmaras municipais, antes mesmo da virada à direita descrita por Nicolau.

Os pontos citados e os estudos apresentados reforçam as hipóteses de que a insegurança do cidadão e dos policiais aumentam as chances de eleições de políticos com *expertise* em segurança ou apoiadores dessas causas, o que leva a segunda hipótese acerca da eficácia do voto, quando o assunto é segurança.

## 5.2 Parlamentares da segurança adotam políticas corporativistas.

Na ALERJ estudos revelam que quando o assunto é segurança fala-se mais da vida administrativa das instituições, do que de projetos de enfrentamento às mortes de civis e policiais (GRAÇA, 2016). Dos picos encontrados no estudo de Graça, pode-se identificar políticas adotadas no governo Brizola que desmembrou a SESEG, na política de Moreira Franco e de Newton Cerqueira, com promoções e gratificações que feriam posições basilares da PMERJ e a política de garotinho que almejava a criação de uma “Nova Polícia”.



As críticas à segurança no estado pode estar ligada diretamente a forma de administrar a segurança pelas forças armadas que comandaram a PMERJ por quase duas décadas e que, a partir da unificação oficial do exército permaneceram 36,1% dos dias à frente dessa pasta, projetando no militarismo policial propostas nunca imaginadas em suas forças, como as promoções, repudiadas pela oficialidade da PMERJ do General Newton Cerqueira e o recente fim da prisão administrativa, sancionada pelo Presidente Jair Bolsonaro e criticada por governadores e oficiais (DISTRITO FEDERAL, 2019).

Segundo Huntington (2016), o Marxismo vê a luta em tudo, porém, a luta de classes, projetos como os citados acima reforçam a luta entre a categoria de oficiais e praças, delegados e agentes, aumentando o controle civil subjetivo sobre essas forças e aumentando as demandas corporativas sobre a técnicas.

Os políticos oriundos da segurança possuem vários projetos na área de segurança conforme os dados mostrados, sendo sua segunda linha de formulação. Contudo, o investimento na área de segurança é insuficiente, pois poucos são os políticos que investem no Ministério da Justiça e Segurança Pública, não trazendo assim investimento e oportunidade para a segurança do estado, no caso dos militares federais o investimento retorna às suas forças de origem que pouco atuam na segurança estadual, mas poderiam atuar no combate aos crimes transnacionais, de armas e drogas (SANTOS, 2019).

Para Santos (2001) a competitividade política obriga os deputados da ALERJ a formularem propostas e mostrarem serviço. Já segundo Graça (2016), as demandas corporativas partem do executivo estadual. Ambos podem ocasionar um aumento nas demandas corporativas sem vínculo explícito com as carreiras anteriores dos políticos participantes.

Outro ponto segundo Campos (2010) é que não existe um partido que proponha mais projetos de lei na área penal, porém o PMDB e o PT tiveram o maior número de propostas aprovadas entre 1989 a 2006; também é importante o protagonismo de parlamentares da região sudeste, com 60% das propostas do Congresso Nacional, já o Executivo detinha 42,9% da agenda, ficando também com a maioria de projetos de leis mais punitivos e que tramitam mais rápido pelo Legislativo, as leis que criminalizam condutas estão igualmente divididas entre o Executivo e o Congresso

nacional, já as que ampliam direitos estão predominantemente ligadas ao Legislativo. Como observado acima em termos de matéria punitiva o Legislativo dividi protagonismo com o executivo, o que reforça o ponto de vista referente à segurança pública para o eleitorado brasileiro.

O protagonismo do sudeste pode ocorrer face às organizações criminosas e ao efetivo policial sediadas em SP e RJ, reforçando a importância da pauta pré e pós eleição. Contudo, não há como vincular as demandas profissionais aos políticos da segurança, restando focar nas emendas no orçamento que demonstram um desapego às suas carreiras originais por parte dos policiais e um desapego ao discurso segurança por parte das forças armadas.

## CONCLUSÃO

As questões de segurança na cidade do Rio de Janeiro e no Estado vêm há anos atraindo a atenção do cidadão e dos políticos fluminenses e nacionais. Operações federais de apoio à segurança no Estado são ensaiadas há anos, sendo recentemente decretadas e apoiadas pelo Congresso Nacional. O estado passou por dois regimes de exceção, onde a segurança ficou sob o comando das Forças Armadas, que recentemente retorna ao cenário estadual pela intervenção federal.

Segundo Power e Rodrigues-Silveira (2018), a direita envergonhada deixa de recorrer às Forças Armadas, quando ameaçada pela esquerda, diminuindo sua importância política. Contudo, é no principal reduto de oposição do governo militar que a segurança mais recorreu à expertise de militares do exército para formular as suas políticas de segurança pública, o Rio de Janeiro ora administrado por políticos do MDB, ora administrado por políticos do PDT.

O cidadão brasileiro ainda se socorre das Forças Armadas quando se sente ameaçado, antes sob ameaça do comunismo, agora da violência, antes pela força, agora pelo voto. Contudo, os números da insegurança crescem e continuam a morrer policiais enaltecendo discursos inflamados. A segurança padecia sob o discurso da violência policial, hoje de mão dadas com os militares federais a segurança ainda sofre, mas os policiais se sentem acolhidos.

O descrédito das polícias estaduais, seja por sucateamento, seja por corrupção, mesmo sob comando quase ininterrupto de militares das Forças Armadas, garantiram a políticos como Jair Bolsonaro uma maior penetração na segurança. Contudo, a confiança nos militares das Forças Armadas reflete nas carreiras policiais, principalmente as militares, que ganham protagonismo no parlamento estadual e federal.

Demonstrando que, mesmo sob forte ataque da imprensa e de políticos da oposição, o cidadão fluminense ainda vê nas suas polícias uma esperança para o estado deixar o julgo do medo e da insegurança. Pilar esse usado pelo então candidato à presidência, Jair Bolsonaro, em sua campanha, garantindo-lhe seguidores nas polícias e na sociedade civil.

O abandono dos militares e policiais pela direita, a politização da tropa e a crítica constante criaram uma legião de políticos que causaram mudanças no

direcionamento do país, mesmo que não tenham conseguido apresentar mudanças significativas nos números criminais. Segundo Nicolau (2019), o Brasil dobrou a direita, quando pobres e ricos votaram no mesmo candidato, cuja bandeira ia ao encontro às principais demandas do país, combate à corrupção e segurança, conseguindo apoio de setores antes silenciosos, seja pelo militarismo, seja pelo estigma antidemocrático criado pelo regime militar.

O medo do PT e da violência direcionaram o povo e as forças de segurança dando ao atual governo apoio democrático para o retorno dos militares federais ao Palácio do Planalto e aos ministérios, mas mantiveram os policiais no legislativo, sem a pasta do ministério da justiça e segurança pública, o protagonismo na segurança continua nas mãos de um ex-militar do exército (presidente), mantendo assim os números da segurança sem projetos significativos.

A (in)segurança ajudou a construir esse novo direcionamento político no país, mas será que ao final desse governo algo mudará? Estudos futuros poderão comparar os projetos na área de segurança por parte desse governo e do anterior, caso se consiga aprovar projetos de endurecimento penal frente à política de desencarceramento penal, atualmente em vigor.

Do crime ao presidio, do executivo ao judiciário, a polícia tem um grande efetivo e um grande papel, mas uma pequena reponsabilidade. Segurança deve ser gerida por policiais sejam eles militares ou civis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM NETO, O; ACÁCIO, I. De Volta ao Centro da Arena: causas e consequências do papel político dos militares sob bolsonaro. **Journal Of Democracy** em Português. São Paulo, p. 1-29. nov. 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Octavio\\_Amorim\\_Neto/publication/345035431\\_De\\_Volta\\_ao\\_Centro\\_da\\_Arena\\_Causas\\_e\\_Consequencias\\_do\\_Papel\\_Politico\\_dos\\_Militares\\_sob\\_Bolsonaro/links/5f9c8ef892851c14bcf63ac8/De-Volta-ao-Centro-da-Arena-Causas-e-Consequencias-do-Papel-Politico-dos-Militares-sob-Bolsonaro.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Octavio_Amorim_Neto/publication/345035431_De_Volta_ao_Centro_da_Arena_Causas_e_Consequencias_do_Papel_Politico_dos_Militares_sob_Bolsonaro/links/5f9c8ef892851c14bcf63ac8/De-Volta-ao-Centro-da-Arena-Causas-e-Consequencias-do-Papel-Politico-dos-Militares-sob-Bolsonaro.pdf). Acesso em: 05 jan. 2021

AMORIM NETO, O; SANTOS, F. O Rio de Janeiro e o Estado Nacional (1946-2010). **Dados**, v. 56, n. 3, p. 467-496, 2013.

AVELINO FILHO, G; BIDERMAN, C; BARONE, L. S. Ciência e política - Eleições municipais e seus efeitos nas eleições para Legislativos estadual e municipal. Anuário de Pesquisa **FGV Pesquisa**, [S.l.], jan. 2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/apgvpesquisa/article/view/58532/57009>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BERLATTO, F.; CODATO, A. Candidatos policiais na política nacional: uma análise dos aspirantes a deputado federal. Newsletter. **Observatório de elites políticas e sociais do Brasil**. NUSP/UFPR, vol. 1, no. 7, p. 1–16, 2014. DOI 10.13140/2.1.3654.4320.

BERLATTO, F. **Origens profissionais dos secretários estaduais de Segurança. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil**. Curitiba, 2016.

BRASIL. **Assessoria de Gestão Estratégica. Tribunal Superior Eleitoral (org.). Repositório de dados eleitorais: candidatos**. Candidatos. 2019. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Portal da transparência: olimpíadas**. Olimpíadas. 2019. Controladoria Geral da União. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/programas-de-governo/19-olimpiadas?ano=2015>. Acesso em: 05 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto: decreta intervenção federal no estado do rio de janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública**. Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. 2018. Poder Executivo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-)

2018/2018/decreto/D9288.htm#:~:text=DECRETA%3A&text=1%C2%BA%20Fica%20decretada%20interven%C3%A7%C3%A3o%20federal,Estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro. Acesso em: 12 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU n.º 424, de 30 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre as normas para execução do disposto no Decreto n.º 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da união mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria interministerial n.º 507 MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20457541/do1-2017-01-02-portaria-interministerial-n-424-de-30-de-dezembro-de-2016-20457287](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20457541/do1-2017-01-02-portaria-interministerial-n-424-de-30-de-dezembro-de-2016-20457287). Acesso em: 05 fev. 2021.

BRESCIANI, E. **Cabral defende aliança entre PT e PMDB para 2010: governador do rio de janeiro encontrou lula nesta quarta. Cabral quer acordo para presidência da câmara e do senado.** 2008. G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL841517-5601,00-BRESCIANI, Eduardo. Cabral defende aliança entre PT e PMDB para 2010: governador do rio de janeiro encontrou lula nesta quarta. Cabral quer acordo para presidência da câmara e do senado. 2008. G1. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL841517-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ALIANCA+ENTRE+PT+E+PMDB+PARA.html>. Acesso em: 20 out. 2020."

CAJUEIRO, F.R.B. **I Simpósio Nacional de Vitimização Policial. 2019. Associação Beneficente Heróis do RJ.** Disponível em: <https://www.heroisdoriodejaneiro.com/wp-content/uploads/2020/08/Estudo-sobre-Vitimiza%C3%A7%C3%A3o-Policial.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.

CAMARGO, G. M.; BORDIN, M.; SOUZA, A. T. As intervenções federais no Rio de Janeiro: a hipermilitarização do cotidiano. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, vol. 4, no. 2, p. 4, 2018. <https://doi.org/10.5380/nep.v4i2.63837>.

CERQUEIRA, D; BUENO, S. **Atlas da Violência 2020.** Mortes violentas por causas indeterminadas e qualidade dos dados. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. 6 p. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/200826\\_ri\\_atlas\\_da\\_violencia.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf). Acesso em: 20 ago. 2020.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO (Chile). **Latinobarómetro: análisis de datos.** Análisis de datos. 2020. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>. Acesso em: 17 nov. 2020.

COUTO, C.G; ABRUCIO, F.L; TEIXEIRA, M.A.C. Ciência política - A influência das eleições municipais sobre a corrida presidencial. **Anuário de Pesquisa FGV Pesquisa**, [S.l.], jan. 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/apgvpesquisa/article/view/58351/56824>. Acesso em: 01 jun. 2020.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Artmed Editora, 2007.

DEBERT, G.G. **Ideologia e populismo: A. de Barros, M. Arraes, C. Lacerda, L. Brizola**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

DIÁRIO OFICIAL. **DECRETO Nº 46.600/2019**. Rio de Janeiro, 18 out. 2019. Disponível em: <http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline>. Acesso em: 20 out. 2020.

DIAS, J.L. **“Partidos e Eleições no Rio de Janeiro – 1974-94”**, in: M. de Moraes Ferreira (org.), Rio de Janeiro: Uma Cidade na História. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

DISTRITO FEDERAL. AGÊNCIA SENADO. (ed.). **Fim da prisão disciplinar para bombeiros e policiais militares passa a valer**. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/27/fim-da-prisao-disciplinar-para-bombeiros-e-policiais-militares-passa-a-valer>. Acesso em: 20 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Câmara dos Deputados (org.). **Cabo Daciolo: bibliografia. Bibliografia. 2018**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/178938/biografia>. Acesso em: 30 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Câmara dos Deputados (org.). **Daniel Silveira: bibliografia. Bibliografia. 2020**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204454>. Acesso em: 30 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Câmara dos Deputados (org.). **Delegado Antônio Furtado: bibliografia. Bibliografia. 2020**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204451>. Acesso em: 30 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Câmara dos Deputados (org.). **Gurgel: bibliografia. Bibliografia. 2020**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204442>. Acesso em: 30 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Câmara dos Deputados (org.). **Hélio Lopes: bibliografia. Bibliografia. 2020**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204444>. Acesso em: 30 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Câmara dos Deputados (org.). **Jair Bolsonaro: bibliografia. Bibliografia. 2020**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>. Acesso em: 30 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Câmara dos Deputados (org.). **Josias Quintal: bibliografia. Bibliografia. 2007**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao/resultado?search=josias+quintal&partido=&uf=&legislatura=&sexo=>. Acesso em: 30 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Câmara dos Deputados (org.). **Luisinho: bibliografia.** Bibliografia. 2003. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74687/biografia>. Acesso em: 30 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Câmara dos Deputados (org.). **Macelo Delaroli: bibliografia.** Bibliografia. 2019. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao/resultado?search=delaroli&partido=&uf=&legislatura=&sexo=>. Acesso em: 30 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Câmara dos Deputados (org.). **Major Fabiana: bibliografia.** Bibliografia. 2020. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204458>. Acesso em: 30 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Câmara dos Deputados (org.). **Marcelo Itagiba: bibliografia.** Bibliografia. 2011. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/141495/biografia>. Acesso em: 30 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Câmara dos Deputados (org.). **Paulo Ramos: bibliografia.** Bibliografia. 2020. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/133968>. Acesso em: 30 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Câmara dos Deputados (org.). **Professor Joziel: bibliografia.** Bibliografia. 2020. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204446>. Acesso em: 30 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Câmara dos Deputados (org.). **Wanderley Martins: bibliografia.** Bibliografia. 2003. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74695/biografia>. Acesso em: 30 maio 2020.

FERNANDES, F.A.R.; MEDEIROS, L.E. de; ALMEIDA, M; CRUZ, C.A.S da; SANTOS, M.L. dos; DUARTE, J.S; CORREIA, A.N. **Relatório de GESTÃO 2018: gabinete de intervenção federal.** Rio de Janeiro: Governo Federal Presidência da República, 2019. 144 p. Disponível em: <http://www.intervencaofederalrj.gov.br/imprensa/releases/RelatoriodeGestao2018GIFRJ.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2021.

FERREIRA, M.M. (org.). **Rio de Janeiro: uma cidade histórica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2015.

FERREIRA; GRYNSZPAN, M. **A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro.** In: FERREIRA, M. de M. (Coord.). Rio de Janeiro: uma cidade na história. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Política e Fé entre os Policiais Militares, Cíveis e Federais do Brasil.**, p. 56, 2020.

G1: **Para Exército, ocupar Alemão é mais difícil que guerra e missão no Haiti.** São Paulo, 15 ago. 2015. Disponível em:



<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/08/para-exercito-ocupar-alemao-e-mais-dificil-que-guerra-e-missao-no-haiti.html>. Acesso em: 15 ago. 2020.

GAMA, M. **Desde a fusão, em 1975, Estado do Rio de Janeiro já teve 11 governadores: e Faria Lima a Pezão, passando por Moreira Franco, Garotinho e Cabral, gestores não conseguiram resolver graves deficiências em áreas como segurança, saúde e educação.** 2018. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/desde-fusao-em-1975-estado-do-rio-de-janeiro-ja-teve-11-governadores-23000364>. Acesso em: 17 fev. 2020.

GODOY, A.S. Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais. **Revista de Administração da Empresas**, Mai/Jun 1995.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Política pública para segurança, justiça e cidadania.** Plano estadual. Rio de Janeiro. 2000.

GRAÇA, L.F.G da. **O Governo do Estado e a Assembleia Legislativa: entre a submissão e os limites da independência.** Rio de Janeiro: Appris, 2016. 267 p.

HUNTLINGTON, S.P. **O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares.** Rio de Janeiro: Bibliex, 2016.

LEAL, A.B; PEREIRA, Í.S; MUNTEAL FILHO, Oswaldo (org.). **200 anos: Polícia militar do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: PUC Rio, 2010. 211 p.

LISTA DE GOVERNADORES DO RIO DE JANEIRO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: **Wikimedia Foundation**, 2020. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lista\\_de\\_governadores\\_do\\_Rio\\_de\\_Janeiro&oldid=59691103](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lista_de_governadores_do_Rio_de_Janeiro&oldid=59691103). Acesso em: 29 out. 2019.

MAGALHÃES, M. **Carlos Lacerda: o sonhador pragmático.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

MENDES, A.D. **Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: um estudo da vitimização do policial militar.** Paracambi: UFF, 2018. 12 p. Disponível em: [https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/9080/7/Andreia%20Dias%20Mendes\\_RT.pdf](https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/9080/7/Andreia%20Dias%20Mendes_RT.pdf). Acesso em: 11 dez. 2020.

MOTTA, M. S. Da. “Que será do Rio?” - Refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro. Tempo - **Revista do Departamento de História da UFF**, vol. 4, no. Xviii, p. 146–174, 1997.

MUSUMECI, L.; MUNIZ, J. **As instituições de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.** 2000.

NICOLAU, J. **O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

OLIVEIRA, E. et al. **Texto para Discussão: panorama das apreensões de armas de fogo e artefatos explosivos no estado do Rio de Janeiro em 2019.** Panorama

das apreensões de armas de fogo e artefatos explosivos no estado do Rio de Janeiro em 2019. 2019. Instituto de Segurança Pública. Disponível em: [http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp\\_imagens/uploads/Panorama-Armas-de-fogo2020.pdf](http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/Panorama-Armas-de-fogo2020.pdf). Acesso em: 20 dez. 2020.

PITOMBO, J.P.; FRANCO, L. **Com 'muita mídia', Rio tem violência espalhada e também mais 'visível': meandros fazem com que sensação de insegurança ganhe grandes proporções na capital do RJ.** Meandros fazem com que sensação de insegurança ganhe grandes proporções na capital do RJ. 2018. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/com-muita-midia-rio-tem-violencia-espalhada-e-tambem-mais-visivel.shtml>. Acesso em: 20 out. 2020.

PMERJ. **Plano Diretor da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para período de 1984 a 1987.** Estado do Rio de Janeiro. Secretaria da Polícia Militar. ANO 1984

PORTARIA/PMERJ N° 0352/2010. **BOLETIM PMERJ N.º 93: Aprova o Regimento Interno da Assessoria Parlamentar (RI nº 24).** Rio de Janeiro, 28 maio 2010.

POWER, T. J.; CESAR, Z. Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: A research communication. **Latin American Research Review**, vol. 44, no. 1, p. 218–246, 2009. <https://doi.org/10.1353/lar.0.0072>.

POWER, T. J.; RODRIGUES-SILVEIRA, R. Mapping ideological preferences in Brazilian elections, 1994-2018: a municipal-level study. **Brazilian Political Science Review**, v. 13, n. 1, 2019.

\_\_\_\_\_. **The Political Right and Party Politics.** In: AMES, Barry (ed.). Routledge Handbook of Brazilian Politics . Pittsburgh: Routledge Handbooks, 2018. p. 1-570.

REDAÇÃO DIÁRIO (Rio de Janeiro). **Diário do Rio (ed.). Capitão Nelson é eleito prefeito de São Gonçalo: candidato do avante venceu de virada.** Candidato do Avante venceu de virada. 2020. Disponível em: <https://diariodorio.com/capitao-nelson-e-eleito-prefeito-de-sao-goncalo/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

RIO DE JANEIRO. Alerj. **Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Composição das Comissões Permanentes.** 2020. Disponível em: [http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus\\_notes/default.asp?id=61](http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=61). Acesso em: 18 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Alerj. **Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Leis Ordinárias.** 2020. Disponível em: [http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus\\_notes/default.asp?id=53](http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=53). Acesso em: 18 jul. 2020.

RIO DE JANEIRO. Diretoria Geral de Pessoal. Secretária de Estado de Polícia Militar (org.). Sistema de Pessoal da PMERJ. SISPE. Disponível em: <http://sispes.pmerj.rj.gov.br/>. Acesso em: 30 maio 2020.

\_\_\_\_\_. MPRJ. (org.). **Letalidade Policial no RJ: letalidade policial no Rio de Janeiro em 10 pontos.** Letalidade Policial no Rio de Janeiro em 10 pontos. 2019. Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/conheca-o-mprj/centro-de-pesquisas/letalidade-policial->



## ANEXO

Comissões:

ANO 2019

<b>DEPUTADO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO EFETIVO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO SUPLENTE</b>
DEP. MARTHA ROCHA	1 – Saúde (Pres.) 2 - Tributação 3 – Defesa dos Direitos Humanos	1 – Orçamento 2 – Assuntos da Criança
DEP. MÁRCIO GUALBERTO	1 – Cultura 2 – Segurança 3 – Defesa dos Direitos Humanos (Vice-Pres)	1 – Constituição e Justiça 2 – Prevenção ao uso de drogas 3 – Saúde
DEP. RENATO ZACA	1 – Defesa e Proteção dos Animais (Pres.)	1 - Tributação
DEP. GIL VIANNA	1 – Pessoa com Deficiência (Pres.) 2 – Legislação Constitucional (Vice-Pres) 3 – Esporte e Lazer 4 – Redação 5 – Assuntos Municipais	1 – Segurança Pública
DEP. ALANA PASSOS	1 – Prevenção ao uso de drogas (Vice-Pre.) 2 – Defesa e Proteção dos Animais (vice-pres.) 3 – Pessoa com Deficiência 4 – Segurança Alimentar	
DEP. MARCELO DO SEU DINO	1 – Emendas Constitucionais(Pres.) 2 – Esporte e Lazer (vice-pres.) 3 – Saneamento Ambiental	
DEP. VANDRO FAMILIA	1 – Obras Públicas (Pres.) 2 – Emendas Constitucionais (vice-pres.)	1 – Indicações Legislativas 2 - Turismo
DEP. CARLOS AUGUSTO	1 – Segurança Pública (pres.) 2 – Indicações Legislativas	

DEP. CORONEL SALEMA	1 – Obras Públicas 2 – Segurança Públicas	
DEP. SUBTENENTE BERNARDO	1 – Prevenir e Combater a Pirataria	

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).

ANO 2018

<b>DEPUTADO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO EFETIVO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO SUPLENTE</b>
DEP. IRANILDO	1 – Obras Públicas (Pres.) 2 – Segurança Pública	1 – Assuntos Municipais
DEP. PAULO RAMOS	1 – Trabalho (Pres.) 2 – Segurança Pública 3 – Defesa Civil 4 – Servidores Públicos	1 – Constituição e Justiça 2 – Esporte e Lazer 3 – Legislação Constitucional
DEP. MARTHA ROCHA	1 – Segurança Pública (Pres.)	1 – Assuntos da Criança 2 – Redação 3 – Prevenir e Combater a Pirataria
DEP. MARCOS MULLER	1 – Emendas Constitucionais (Pres.) 2 – Transportes 3 – Defesa do Consumidor 4 – Trabalho	1 – Agricultura 2 – Ciência e Tecnologia 3 – Cultura 4 – Indicações Legislativas 5 – Defesa do Meio Ambiente 6 – Segurança Alimentar 7 – Servidores Públicos 8 – Segurança Pública 9 – Obras Públicas 10 – Normas Internas 11 – Saúde

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).

ANO 2017

<b>DEPUTADO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO EFETIVO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO SUPLENTE</b>
DEP. IRANILDO	1 – Obras Públicas (Pres.) 2 – Segurança Pública	1 – Assuntos Municipais
DEP. MARCOS ABRAHÃO	1 – Indicações Legislativas (Pres.)	1 – Agricultura 2 – Segurança Pública

	2 – Emendas Constitucionais(Vice-Pres.)	3 – Minas e Energia 4 - Turismo
DEP. PAULO RAMOS	1 – Trabalho (Pres.) 2 – Legislação Constitucional 3 – Defesa Civil 4 – Servidores Públicos	1 – Constituição e Justiça 2 – Esporte e Lazer
DEP. MARTHA ROCHA	1 – Segurança Pública (Pres.)	1 – Assuntos da Criança 2 – Redação 3 – Prevenir e Combater a Pirataria
DEP. MARCOS MULLER	1 – Emendas Constitucionais (Pres.) 2 – Transportes 3 – Defesa do Consumidor 4 – Trabalho	1 – Agricultura 2 – Ciência e Tecnologia 3 – Cultura 4 – Indicações Legislativas 5 – Defesa do Meio Ambiente 6 – Segurança Alimentar 7 – Servidores Públicos 8 – Segurança Pública 9 – Obras Públicas 10 – Normas Internas 11 – Saúde
DEP. CORONEL JAIRO	1 – Redação (Pres.) 2 – Normas Internas (Vice) 3 – Trabalho 4 – Prevenção ao uso de drogas	1 – Tributação 2 – Assuntos Municipais 3 – Ciência e Tecnologia 4 – Educação 5 – Pessoa com Deficiência 6 – Política Urbana 7 – Legislação Constitucional 8 – Saneamento Ambiental 9 – Segurança Alimentar

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).

#### ANO 2016

<b>DEPUTADO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO EFETIVO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO SUPLENTE</b>
DEP. IRANILDO		1 – Assuntos Municipais 2 – Segurança Pública
DEP. MARCOS ABRAHÃO	1 – Indicações Legislativas (Pres.)	1 – Agricultura

	2 – Emendas Constitucionais (Vice-Pres.) 3 – Segurança Pública	2 – Pessoa com Deficiência 3 – Minas e Energia 4 – Turismo
DEP. PAULO RAMOS	1 – Trabalho (Pres.) 2 – Legislação Constitucional 3 – Segurança Pública 4 – Servidores Públicos	1 – Constituição e Justiça 2 – Emendas Constitucionais 3 – Esporte e Lazer
DEP. MARTHA ROCHA	1 – Segurança Pública (Pres.) 2 – Defesa Direitos Mulher (Vice.Pres.)	1 – Assuntos da Criança 2 – Redação
DEP. MARCOS MULLER	1 – Emendas Constitucionais (Pres.) 2 – Transportes 3 – Indicações Legislativas 4 – Trabalho	1 – Agricultura 2 – Ciência e Tecnologia 3 – Cultura 4 – Defesa do Consumidor 5 – Defesa do Meio Ambiente 6 – Segurança Alimentar 7 – Servidores Públicos 8 – Segurança Pública 9 – Obras Públicas 10 – Normas Internas 11 – Pessoa com Deficiência

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).

#### ANO 2015

<b>DEPUTADO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO EFETIVO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO SUPLENTE</b>
DEP. CORONEL JAIRO	1 – Segurança Pública	1 – Defesa Civil
DEP. IRANILDO		1 – Assuntos Municipais 2 – Segurança Pública
DEP. MARCOS ABRAHÃO	1 – Indicações Legislativas (Pres.) 2 – Emendas Constitucionais (Vice-Pres.)	1 – Agricultura 2 – Pessoa com Deficiência 3 – Minas e Energia 4 – Turismo
DEP. PAULO RAMOS	1 – Trabalho (Pres.) 2 – Defesa Civil 3 – Segurança Pública 4 – Servidores Públicos	1 – Constituição e Justiça 2 – Emendas Constitucionais 3 – Esporte e Lazer
DEP. MARTHA ROCHA	1 – Segurança Pública (Pres.)	1 – Assuntos da Criança

	2 – Defesa Direitos Mulher (Vice.Pres.)	2 – Prevenir e Combater a Pirataria
DEP. MARCOS MULLER	1 – Indicações Legislativa 2 – Transportes 3 – Trabalho	1 – Agricultura 2 – Ciência e Tecnologia 3 – Cultura 4 – Defesa do Consumidor 5 – Defesa do Meio Ambiente 6 – Segurança Alimentar 7 – Servidores Públicos 8 – Segurança Pública 9 – Obras Públicas 10 – Normas Internas 11 – Pessoa com Deficiência 12 – Saúde

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).

ANO 2014

<b>DEPUTADO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO EFETIVO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO SUPLENTE</b>
DEP. CORONEL JAIRO	1 – Orçamento (Pres.) 2 – Tributação 3 – Turismo 4 – Saúde (Vice-Pres.) 5 – Segurança Pública	1 – Emendas 2 – Esporte e Lazer 3 – Transportes 4 – Cultura
DEP. IRANILDO	1 – Segurança Pública (Pres.)	1 – Constituição e Justiça
DEP. MARCOS ABRAHÃO	1 – Indicações Legislativas (Pres.)	1 – Normas Internas
DEP. PAULO RAMOS	1 – Trabalho (Pres.)	1 – Defesa Direitos Humanos 2 – Defesa Civil 3 – Tributação 4 – Educação 5 – Servidores Públicos 6 – Segurança Pública 7 – Assuntos Municipais 8 – Pessoa com Deficiência

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).



ANO 2013

<b>DEPUTADO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO EFETIVO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO SUPLENTE</b>
DEP. CORONEL JAIRO	1 – Orçamento (Pres.) 2 – Tributação 3 – Turismo	1 – Emendas 2 – Esporte e Lazer 3 – Transportes
DEP. IRANILDO	1 – Segurança Pública (Pres.) 2 – Orçamento (Vice-Pres.) 3 – Defesa Direitos Humanos 4 – Saúde 5 – Saneamento Ambiental	1 – Constituição e Justiça 2 – Turismo 3 – Trabalho 4 – Ciência e Tecnologia 5 – Cultura 6 – Defesa Civil 7 – Educação 8 – Servidores Públicos
DEP. MARCOS ABRAHÃO	1 – Indicações Legislativas (Pres.)	1 – Agricultura
DEP. PAULO RAMOS	1 – Trabalho (Pres.)	1 – Defesa Direitos Humanos 2 – Defesa Civil 3 – Emendas 4 – Educação 5 – Servidores Públicos 6 – Segurança Pública

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).

ANO 2011 e 2012

<b>DEPUTADO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO EFETIVO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO SUPLENTE</b>
DEP. CORONEL JAIRO	1 – Esporte e Lazer 2 – Obras 3 – Segurança Pública 4 – Turismo	1 – Assuntos Municipais 3 – Ciência e Tecnologia 3 – Emendas Constitucionais e Vetos 4 – Minas e Energia
DEP. IRANILDO	1 – Defesa dos Direitos Humanos	
DEP. MARCOS ABRAHÃO	1 – Assuntos Municipais	1 – Tributação 2 – Agricultura 3 – Normas Internas 4 – Prevenir e Combater a Pirataria

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).

ANO 2010

<b>DEPUTADO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO EFETIVO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO SUPLENTE</b>
DEP. PAULO RAMOS	1 – Trabalho (Pres.) 2 – Tributação 3 – Defesa dos Direitos Humanos 4 – Defesa Civil 5 – Servidores Públicos 6 – Segurança Pública (Vice)	1 – Saneamento Ambiental 2 – Comissão e Justiça 3 – Orçamento 4 – Saúde 5 – Redação 6 – Defesa dos Direitos da Mulher
DEP. ANABAL	1 – Defesa Civil (Vice-Pres.) 2 – Indicações Legislativas 3 – Normas Internas	1 – Assuntos Municipais 2 – Economia 3 – Obras Públicas
DEP. MARCOS ABRAHÃO	1 – Obras Públicas (Pres.)	1 – Combate às Discriminações 2 - Trabalho

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).

ANO 2009

<b>DEPUTADO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO EFETIVO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO SUPLENTE</b>
DEP. PAULO RAMOS	1 – Trabalho (Pres.) 2 – Tributação 3 – Defesa dos Direitos Humanos 4 – Defesa Civil 5 – Servidores Públicos (Vice) 6 – Segurança Pública 7 - Educação	1 – Saneamento Ambiental 2 – Comissão e Justiça 3 – Orçamento 4 – Saúde 5 – Redação 6 - Transportes
DEP. ANABAL	1 – Defesa Civil (Vice-Pres.) 2 – Redação (Pres.) 3 – Normas Internas	1 – Assuntos Municipais 2 – Economia 3 – Obras Públicas 4 – Indicações Legislativas 5 – Prevenir e Combater a Pirataria
DEP. MARCOS ABRAHÃO		1 – Trabalho

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).

ANO 2008

<b>DEPUTADO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO EFETIVO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO SUPLENTE</b>
DEP. PAULO RAMOS	1 – Trabalho (Pres.) 2 – Tributação 3 – Defesa dos Direitos Humanos 4 – Defesa Civil 5 – Servidores Públicos (Vice) 6 – Segurança Pública	1 – Saneamento Ambiental 2 – Comissão e Justiça 3 – Orçamento 4 – Defesa dos Direitos da Mulher 5 – Educação 6 – Saúde 7 - Redação
DEP. ANABAL	1 – Defesa Civil (Vice-Pres.) 2 – Indicações Legislativas (Vice-Pres.) 3 – Redação 4 - Normas	1 – Assuntos Municipais 2 – Economia 3 - Obras
DEP. MARCOS ABRAHÃO	1 – Normas Internas e Proposições Externas (Pres.)	1 – Assuntos da Criança 2 - Trabalho

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).

ANO 2007

<b>DEPUTADO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO EFETIVO</b>	<b>COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO SUPLENTE</b>
DEP. ÁLVARO LINS	1 – Constituição e Justiça (Vice-Pres.) 2 – Assuntos da Criança	1 – Saneamento Ambiental
DEP. PAULO RAMOS	1 – Trabalho (Pres.) 2 – Tributação 3 – Defesa dos Direitos Humanos 4 – Defesa Civil 5 – Servidores Públicos (Vice) 6 – Segurança Pública	1 – Saneamento Ambiental 2 – Comissão e Justiça 3 – Orçamento 4 – Defesa dos Direitos da Mulher 5 – Educação 6 – Saúde 7 - Redação
DEP. ANABAL	1 – Defesa Civil (Vice-Pres.) 2 – Indicações Legislativas (Vice-Pres.) 3 – Redação	1 – Assuntos Municipais 2 - Economia

	4 - Normas	
DEP. MARCOS ABRAHÃO	1 – Normas Internas e Proposições Externas (Pres.)	1 – Assuntos da Criança 2 - Trabalho

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).

#### ANO 2006

DEPUTADO	COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO EFETIVO	COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO SUPLENTE
DEP. CORONEL JAIRO	1 – Constituição e Justiça (Vice-Pres.) 2 – Segurança Pública (Pres.) 3 – Defesa Civil	1 – Tributação 2 – Defesa do Meio Ambiente 3 – Redação 4 – Cultura
DEP. PAULO RAMOS	1 – Assuntos Municipais (Pres.) 2 – Assuntos da Criança 3 – Defesa dos Direitos Humanos 4 – Saúde 5 – Segurança Pública 6 – Servidores Públicos	1 – Emendas Constitucionais e Vetos 2 – Política Urbana 3 - Trabalho
DEP. CORONEL RODRIGUES	1 – Emendas Constitucionais e Vetos (Pres.) 2 – Defesa Civil (Pres.) 3 – Trabalho	1 – Constituição e Justiça 2 – Segurança Pública 3 – Legislação Constitucional
DEP. IRANILDO CAMPOS	1 – Assuntos da Criança(Pres.)	1 – Esporte e Lazer
DEP. MARCOS ABRAHÃO	1 – Indicações Legislativas (Pres.) 2 – Defesa Civil	1 – Legislação Constitucional

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).

#### ANO 2005

DEPUTADO	COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO EFETIVO	COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO SUPLENTE
DEP. CORONEL JAIRO	1 – Constituição e Justiça (Vice-Pres.) 2 – Segurança Pública (Pres.)	1 – Tributação 2 – Defesa do Meio Ambiente 3 – Redação 4 – Transportes 5 – Cultura

DEP. PAULO RAMOS	1 – Assuntos Municipais (Pres.) 2 – Assuntos da Criança 3 – Defesa dos Direitos Humanos 4 – Saúde 5 – Segurança Pública 6 – Servidores Públicos	1 – Emendas Constitucionais e Vetos 2 – Política Urbana 3 - Trabalho
DEP. CORONEL RODRIGUES	1 – Emendas Constitucionais e Vetos (Pres.) 2 – Defesa Civil (Pres.) 3 – Trabalho 4 – Legislação Constitucional	1 – Constituição e Justiça 2 – Segurança Pública
DEP. IRANILDO CAMPOS	1 – Assuntos da Criança (Pres.)	1 – Esporte e Lazer
DEP. MARCOS ABRAHÃO	1 – Indicações Legislativas (Pres.)	1 – Legislação Constitucional 2 - Turismo

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).

#### ANO 2004

DEPUTADO	COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO EFETIVO	COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO SUPLENTE
DEP. CORONEL JAIRO	1 – Constituição e Justiça (Vice-Pres.) 2 – Esporte e Lazer (Vice-Pres) 3 – Política Urbana (Pres.) 4 – Segurança Públicas 5 - Trabalho	1 – Tributação 2 - Agricultura
DEP. PAULO RAMOS	1 – Assuntos Municipais (Pres.) 2 – Indicações Legislativas 3 – Servidores Públicos 4 – Prevenção ao Uso de Drogas 5 - Redação	1 – Emendas Constitucionais e Vetos 2 – Legislação Constitucional Complementar e Códigos 3 – Normas Internas e Proposições Externas 4 – Obras Públicas 5 – Trabalho 6 – Segurança Públicas 7 – Defesa dos Direitos Humanos

DEP. CORONEL RODRIGUES	1 – Normas Internas e Proposições Externas 2 – Trabalho	1 – Defesa do Meio Ambiente 2 – Economia, Indústria e Comércio 3 – Obras Públicas 4 – Servidores Públicos
------------------------	--	--

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).

ANO 2003

DEPUTADO	COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO EFETIVO	COMISSÃO EM QUE ERA MEMBRO SUPLENTE
DEP. CORONEL JAIRO	1 – Legislação Constitucional Complementar e Códigos (Pres.) 2 – Esporte e Lazer 3 – Segurança Pública	1 – Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social
DEP. PAULO RAMOS	1 – Servidores Públicos (Pres. ) 2 – Defesa dos Direitos Humanos 3 – Segurança Pública e Assuntos de Polícia	1 – Emendas Constitucionais e Vetos 2 – Legislação Constitucional Complementar e Códigos 3 – Normas Internas e Proposições Externas 4 – Obras Públicas

Fonte: Autor – (RIO DE JANEIRO, 2020).